

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	9
DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	10
Demonstração do Valor Adicionado	11

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Fluxo de Caixa	16

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	18
DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	19
Demonstração do Valor Adicionado	20

Comentário do Desempenho	21
Notas Explicativas	25
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	98

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	99
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2011</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	203.423
Preferenciais	399.597
<b>Total</b>	<b>603.020</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	13.231
<b>Total</b>	<b>13.231</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	27/04/2011	Juros sobre Capital Próprio	05/05/2011	Ordinária		0,43596
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	27/04/2011	Juros sobre Capital Próprio	05/05/2011	Preferencial		0,43596
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	27/04/2011	Dividendo	05/05/2011	Ordinária		0,29923
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	27/04/2011	Dividendo	05/05/2011	Preferencial		0,29923

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
1	Ativo Total	27.379.477	24.823.332
1.01	Ativo Circulante	6.038.415	6.179.259
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.138.510	1.788.001
1.01.02	Aplicações Financeiras	35.824	582.115
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	35.824	582.115
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	35.824	582.115
1.01.03	Contas a Receber	1.697.668	1.718.789
1.01.03.01	Clientes	1.697.668	1.718.789
1.01.04	Estoques	9.560	4.243
1.01.06	Tributos a Recuperar	48.896	214.748
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	48.896	214.748
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.107.957	1.871.363
1.01.08.03	Outros	2.107.957	1.871.363
1.01.08.03.01	Outros tributos	420.995	294.748
1.01.08.03.02	Depósitos judiciais	1.432.293	1.357.777
1.01.08.03.03	Creditos com controladas	0	1.548
1.01.08.03.04	Demais ativos	254.669	217.290
1.02	Ativo Não Circulante	21.341.062	18.644.073
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	9.398.623	8.742.936
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	13.034	0
1.02.01.01.03	Caixa Restrito	13.034	0
1.02.01.06	Tributos Diferidos	4.125.743	4.276.901
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.125.743	4.276.901
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	5.781	0
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	5.781	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	5.254.065	4.466.035
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	4.964.674	4.217.356
1.02.01.09.04	Outros tributos	141.077	130.661
1.02.01.09.05	Ativo relacionado aos fundos de pensão	98.073	90.249
1.02.01.09.06	Demais ativos	50.241	27.769
1.02.02	Investimentos	7.677.532	5.765.176
1.02.02.01	Participações Societárias	7.677.532	5.765.176
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	7.659.135	5.749.706
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	18.397	15.470
1.02.03	Imobilizado	3.975.700	3.771.471
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.453.618	3.322.119
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	522.082	449.352
1.02.04	Intangível	289.207	364.490
1.02.04.01	Intangíveis	289.207	364.490
1.02.04.01.02	Sistemas de Processamento de Dados	224.009	247.805
1.02.04.01.03	Intangível em andamento	33.625	82.150
1.02.04.01.04	Outros	31.573	34.535

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2	Passivo Total	27.379.477	24.823.332
2.01	Passivo Circulante	6.473.974	6.309.888
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	68.733	99.091
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	68.733	99.091
2.01.02	Fornecedores	1.290.809	1.328.617
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.290.809	1.328.617
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.528	106.621
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.528	106.621
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	4.528	106.621
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	955.095	1.561.691
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	955.095	1.561.691
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	954.504	1.506.710
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	591	54.981
2.01.05	Outras Obrigações	2.844.666	1.941.577
2.01.05.02	Outros	2.844.666	1.941.577
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	56.321	568.840
2.01.05.02.04	Outros tributos	973.980	735.994
2.01.05.02.05	Programa de refinanciamento fiscal	33.637	32.801
2.01.05.02.06	Instrumentos financeiros derivativos	39.127	70.719
2.01.05.02.07	Autorizações e concessões a pagar	0	56.759
2.01.05.02.08	Demais obrigações	1.741.601	476.464
2.01.06	Provisões	1.310.143	1.272.291
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.310.143	1.272.291
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	34.987	31.998
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	64.879	66.198
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	60.056	74.080
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	1.150.221	1.100.015
2.02	Passivo Não Circulante	10.205.947	7.176.956
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.398.084	2.562.163
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	5.398.084	2.562.163
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	5.397.770	2.561.351
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	314	812
2.02.02	Outras Obrigações	1.105.331	1.029.120
2.02.02.02	Outros	1.105.331	1.029.120
2.02.02.02.03	Programa de refinanciamento fiscal	386.981	365.296
2.02.02.02.04	Outros tributos	535.810	604.692
2.02.02.02.05	Demais obrigações	182.540	59.132
2.02.03	Tributos Diferidos	0	9.630
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	9.630
2.02.04	Provisões	3.702.532	3.576.043
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.702.532	3.576.043
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	229.219	201.456
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	945.251	853.939
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	545.810	575.365
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.982.252	1.945.283
2.03	Patrimônio Líquido	10.699.556	11.336.488

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2.03.01	Capital Social Realizado	3.731.059	3.731.059
2.03.02	Reservas de Capital	4.217.934	5.719.918
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	458.684	458.684
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	1.465.845	2.967.829
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-149.642	-149.642
2.03.02.07	Doações e subvenções para investimento	123.558	123.558
2.03.02.08	Reserva especial de incorporação - Acervo Líquido	1.415.970	1.415.970
2.03.02.09	Juros sobre obras em andamento	745.756	745.756
2.03.02.10	Correção monetária Lei 8.200/91	31.287	31.287
2.03.02.11	Reserva de opções de ações	104	104
2.03.02.12	Outras Reservas de Capital	126.372	126.372
2.03.04	Reservas de Lucros	1.885.511	1.885.511
2.03.04.01	Reserva Legal	383.527	383.527
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	1.501.984	1.501.984
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	865.052	0

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.841.910	5.704.834	2.077.208	6.353.244
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.010.511	-2.852.948	-941.998	-2.927.146
3.03	Resultado Bruto	831.399	2.851.886	1.135.210	3.426.098
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-376.790	-1.346.614	-376.989	-1.593.533
3.04.01	Despesas com Vendas	-237.744	-720.056	-194.986	-659.225
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-288.151	-850.798	-325.397	-874.538
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	173.373	454.163	122.410	287.736
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-248.247	-664.683	-34.551	-526.672
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	223.979	434.760	55.535	179.166
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	454.609	1.505.272	758.221	1.832.565
3.06	Resultado Financeiro	12.175	-462.372	11.792	-119.129
3.06.01	Receitas Financeiras	271.713	481.175	218.961	536.247
3.06.02	Despesas Financeiras	-259.538	-943.547	-207.169	-655.376
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	466.784	1.042.900	770.013	1.713.436
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-68.799	-177.848	-229.034	-447.449
3.08.01	Corrente	-3.412	-16.722	47.281	-74.324
3.08.02	Diferido	-65.387	-161.126	-276.315	-373.125
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	397.985	865.052	540.979	1.265.987
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	397.985	865.052	540.979	1.265.987
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,67479	1,46671	0,91724	2,14651
3.99.01.02	PN	0,67479	1,46671	0,91724	2,14651
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,67479	1,46671	0,91724	2,14651
3.99.02.02	PN	0,67475	1,46663	0,91717	2,14634

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.572.584	2.279.398
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.260.680	2.879.222
6.01.01.01	Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.042.900	1.713.438
6.01.01.02	Encargos, rendimentos financeiros e atualizações monetárias	52.914	165.176
6.01.01.03	Depreciação e amortização	529.157	534.611
6.01.01.04	Perdas sobre contas a receber	211.205	226.506
6.01.01.05	Provisões	466.394	279.469
6.01.01.07	Equivalência patrimonial	-434.760	-179.166
6.01.01.08	Perda na baixa de ativo permanente	9.288	5.002
6.01.01.09	Taxa de prorrogação do contrato de concessão - ANATEL	37.410	42.264
6.01.01.10	Participação de empregados e administradores	7.769	50.985
6.01.01.11	Operações com instrumentos financeiros derivativos	41.561	6.685
6.01.01.12	Atualização de créditos com empresas ligadas e debêntures privadas	-1.108	-138.063
6.01.01.13	Atualização monetária de provisões	115.901	176.193
6.01.01.14	Atualização monetária de Programa de Refinanciamento Fiscal	33.304	28.694
6.01.01.15	Reversão de atualização monetária de depósitos judiciais	198.853	0
6.01.01.16	Dividendos prescritos	-50.330	0
6.01.01.17	Outros	222	-32.572
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-400.785	-285.988
6.01.02.01	Contas a receber	-190.211	-221.097
6.01.02.02	Tributos	79.613	400.869
6.01.02.03	Aplicações financeiras mantidas para negociação	-2.246.731	-450.643
6.01.02.04	Resgate de aplicações financeiras mantidas para negociação	2.795.896	380.335
6.01.02.05	Despesas antecipadas	-130.366	62.602
6.01.02.06	Estoques	-5.317	-4.891
6.01.02.07	Fornecedores	-258.214	-75.034
6.01.02.08	Salários, encargos sociais e benefícios	-38.127	-68.993
6.01.02.09	Provisões	-226.897	-362.202
6.01.02.10	Provisões para fundos de pensão	-96.147	-104.517
6.01.02.11	Outras contas ativas e passivas	-84.284	157.583
6.01.03	Outros	-287.311	-313.836
6.01.03.01	Encargos financeiros pagos	-210.452	-261.502
6.01.03.02	Imposto de renda e contribuição social pagos - Empresa	-12.741	-487
6.01.03.03	Imposto de renda e contribuição social pagos - Terceiros	-64.118	-51.847
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.312.097	-717.727
6.02.01	Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	-410.790	-178.808
6.02.02	Créditos entre empresas ligadas e debêntures - Liberação	-77.806	-104.704
6.02.03	Créditos entre empresas ligadas e debêntures - Recebimento	75.090	134.542
6.02.04	Recursos obtidos na venda de ativo imobilizado	11.284	1.806
6.02.05	Depósitos judiciais	-1.131.350	-786.220
6.02.06	Resgates judiciais de depósitos judiciais	224.402	215.652
6.02.07	Aumento/Redução de investimentos permanentes	-2.927	5

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010</b>
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-27.270	-243.013
6.03.01	Captações Líquidas de custos	2.942.421	511.808
6.03.02	Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos, derivativos e leasing	-957.545	-753.619
6.03.03	Programa de Refinanciamento Fiscal	-10.783	-43
6.03.04	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-462.189	-1.159
6.03.05	Aumento de capital em controladas	-1.468.225	0
6.03.06	Autorizações e concessões	-70.949	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	117.292	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	350.509	1.318.658
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.788.001	705.836
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.138.510	2.024.494

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	3.731.059	5.719.918	1.885.511	0	0	11.336.488
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.731.059	5.719.918	1.885.511	0	0	11.336.488
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	865.052	0	865.052
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	865.052	0	865.052
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-1.501.984	0	0	0	-1.501.984
5.06.04	Ações Bonificadas a Resgatar	0	-1.501.984	0	0	0	-1.501.984
5.07	Saldos Finais	3.731.059	4.217.934	1.885.511	865.052	0	10.699.556

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	3.731.059	5.869.560	304.504	0	0	9.905.123
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.731.059	5.869.560	304.504	0	0	9.905.123
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.265.987	0	1.265.987
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.265.987	0	1.265.987
5.07	Saldos Finais	3.731.059	5.869.560	304.504	1.265.987	0	11.171.110

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010</b>
7.01	Receitas	8.102.396	8.836.303
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	7.859.438	8.775.073
7.01.02	Outras Receitas	454.163	287.736
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-211.205	-226.506
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.366.663	-3.459.926
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.370.116	-1.495.900
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.938.378	-1.901.935
7.02.04	Outros	-58.169	-62.091
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.735.733	5.376.377
7.04	Retenções	-1.184.894	-1.064.366
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-529.157	-534.611
7.04.02	Outras	-655.737	-529.755
7.04.02.01	Provisões (Inclui atualização monetária)	-582.295	-455.662
7.04.02.02	Outras Despesas	-73.442	-74.093
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.550.839	4.312.011
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	915.935	715.413
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	434.760	179.166
7.06.02	Receitas Financeiras	481.175	536.247
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.466.774	5.027.424
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.466.774	5.027.424
7.08.01	Pessoal	331.630	321.395
7.08.01.01	Remuneração Direta	210.298	213.090
7.08.01.02	Benefícios	51.291	49.274
7.08.01.03	F.G.T.S.	18.902	17.222
7.08.01.04	Outros	51.139	41.809
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.222.561	2.759.308
7.08.02.01	Federais	405.796	717.095
7.08.02.02	Estaduais	1.811.593	2.037.263
7.08.02.03	Municipais	5.172	4.950
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.047.531	680.734
7.08.03.01	Juros	822.625	478.411
7.08.03.02	Aluguéis	224.906	202.323
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	865.052	1.265.987
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	865.052	1.265.987

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
1	Ativo Total	28.603.970	26.886.114
1.01	Ativo Circulante	9.304.895	8.486.797
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.771.886	3.216.937
1.01.02	Aplicações Financeiras	939.414	832.077
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	939.414	832.077
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	939.414	832.077
1.01.03	Contas a Receber	1.956.561	2.069.908
1.01.03.01	Clientes	1.956.561	2.069.908
1.01.04	Estoques	20.956	14.323
1.01.06	Tributos a Recuperar	209.384	334.954
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	209.384	334.954
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.406.694	2.018.598
1.01.08.03	Outros	2.406.694	2.018.598
1.01.08.03.01	Depósitos judiciais	1.468.652	1.383.914
1.01.08.03.02	Outros tributos	610.857	416.674
1.01.08.03.03	Demais ativos	327.185	218.010
1.02	Ativo Não Circulante	19.299.075	18.399.317
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	12.628.444	11.758.715
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	13.034	0
1.02.01.01.03	Caixa Restrito	13.034	0
1.02.01.06	Tributos Diferidos	5.069.702	5.276.443
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.069.702	5.276.443
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	2.139.244	1.911.134
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	2.139.244	1.911.134
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	5.406.464	4.571.138
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	5.064.139	4.266.022
1.02.01.09.04	Outros tributos	172.589	173.051
1.02.01.09.05	Ativo relacionado aos fundos de pensão	100.635	92.619
1.02.01.09.06	Demais ativos	69.101	39.446
1.02.02	Investimentos	8.517	5.370
1.02.02.01	Participações Societárias	8.517	5.370
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	8.517	5.370
1.02.03	Imobilizado	5.524.075	5.316.799
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4.749.497	4.578.737
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	774.578	738.062
1.02.04	Intangível	1.138.039	1.318.433
1.02.04.01	Intangíveis	1.138.039	1.318.433
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	586.147	628.367
1.02.04.01.02	Sistemas de Processamento de Dados	394.243	453.136
1.02.04.01.03	Ágio	80.494	80.494
1.02.04.01.04	Intangível em andamento	75.875	152.123
1.02.04.01.05	Outros	1.280	4.313

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2	Passivo Total	28.603.970	26.886.114
2.01	Passivo Circulante	7.619.337	6.690.689
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	143.241	171.782
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	143.241	171.782
2.01.02	Fornecedores	1.506.281	1.636.598
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.506.281	1.636.598
2.01.03	Obrigações Fiscais	172.646	196.844
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	172.646	196.844
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	172.646	196.844
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.054.942	1.044.226
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.054.942	1.044.226
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.054.351	989.245
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	591	54.981
2.01.05	Outras Obrigações	3.384.963	2.326.327
2.01.05.02	Outros	3.384.963	2.326.327
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	56.321	568.840
2.01.05.02.04	Instrumentos financeiros derivativos	39.127	70.719
2.01.05.02.05	Programa de refinanciamento fiscal	35.882	35.046
2.01.05.02.06	Autorizações e concessões a pagar	122.549	183.627
2.01.05.02.07	Outros tributos	1.205.371	856.290
2.01.05.02.08	Demais obrigações	1.925.713	611.805
2.01.06	Provisões	1.357.264	1.314.912
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.357.264	1.314.912
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	59.283	53.690
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	70.340	72.625
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	62.630	77.941
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	1.165.011	1.110.656
2.02	Passivo Não Circulante	10.284.724	8.858.586
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.632.738	3.320.860
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	4.632.738	3.320.860
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	4.632.424	3.320.048
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	314	812
2.02.02	Outras Obrigações	1.885.006	1.891.249
2.02.02.02	Outros	1.885.006	1.891.249
2.02.02.02.03	Outros tributos	597.447	692.711
2.02.02.02.04	Autorizações e concessões a pagar	526.073	573.004
2.02.02.02.05	Programa de refinanciamento fiscal	412.413	394.916
2.02.02.02.06	Demais obrigações	349.073	230.618
2.02.03	Tributos Diferidos	0	11.216
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	11.216
2.02.04	Provisões	3.766.980	3.635.261
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.766.980	3.635.261
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	249.999	220.192
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	954.146	864.588
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	545.810	575.365
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	2.017.025	1.975.116

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	10.699.909	11.336.839
2.03.01	Capital Social Realizado	3.731.059	3.731.059
2.03.02	Reservas de Capital	4.217.934	5.719.918
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	458.684	458.684
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	1.465.845	2.967.829
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-149.642	-149.642
2.03.02.07	Doações e subvenções para investimento	123.558	123.558
2.03.02.08	Reserva de especial de incorporação - Acervo Líquido	1.415.970	1.415.970
2.03.02.09	Juros sobre obras em andamento	745.756	745.756
2.03.02.10	Correção monetária Lei 8.200/91	31.287	31.287
2.03.02.11	Reserva de opções de ações	104	104
2.03.02.12	Outras Reservas de Capital	126.372	126.372
2.03.04	Reservas de Lucros	1.885.511	1.885.511
2.03.04.01	Reserva Legal	383.527	383.527
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	1.501.984	1.501.984
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	865.052	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	353	351

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.281.100	7.007.176	2.548.405	7.757.102
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.170.275	-3.424.360	-1.170.024	-3.594.724
3.03	Resultado Bruto	1.110.825	3.582.816	1.378.381	4.162.378
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-746.828	-2.269.400	-601.958	-2.265.289
3.04.01	Despesas com Vendas	-256.518	-843.448	-232.611	-772.419
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-362.644	-1.071.047	-411.979	-1.140.512
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	172.078	459.065	129.072	327.553
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-299.744	-813.970	-86.440	-679.911
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	363.997	1.313.416	776.423	1.897.089
3.06	Resultado Financeiro	205.115	-36.218	18.323	-88.725
3.06.01	Receitas Financeiras	448.481	965.980	255.437	660.293
3.06.02	Despesas Financeiras	-243.366	-1.002.198	-237.114	-749.018
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	569.112	1.277.198	794.746	1.808.364
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-171.077	-412.144	-253.797	-542.467
3.08.01	Corrente	-77.767	-190.214	19.039	-142.682
3.08.02	Diferido	-93.310	-221.930	-272.836	-399.785
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	398.035	865.054	540.949	1.265.897
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	398.035	865.054	540.949	1.265.897
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	397.985	865.052	540.979	1.265.987
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	50	2	-30	-90
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,67479	1,46671	0,91724	2,14651
3.99.01.02	PN	0,67479	1,46671	0,91724	2,14651
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,67479	1,46671	0,91724	2,14651
3.99.02.02	PN	0,67475	1,46663	0,91717	2,14634

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2011 à 30/09/2011	Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.454.647	2.750.225
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.172.956	3.520.786
6.01.01.01	Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.277.198	1.808.366
6.01.01.02	Encargos, rendimentos financeiros e atualizações monetárias	31.150	205.019
6.01.01.03	Depreciação e amortização	774.090	790.030
6.01.01.04	Perdas sobre contas a receber	268.504	287.174
6.01.01.05	Provisões	492.609	287.736
6.01.01.07	Perda na baixa de ativo permanente	15.994	29.256
6.01.01.08	Taxa de prorrogação do contrato de concessão - ANATEL	37.410	42.264
6.01.01.09	Participação de empregados e administradores	23.951	76.915
6.01.01.10	Operações com instrumentos financeiros derivativos	41.561	6.685
6.01.01.11	Atualização monetária de créditos com empresas ligadas e debêntures privadas	-228.111	-170.502
6.01.01.12	Atualização monetária de provisões	120.914	186.239
6.01.01.13	Atualização monetária de Programa de Refinanciamento Fiscal	34.722	31.041
6.01.01.14	Reversão de atualização monetária de depósitos judiciais	198.853	0
6.01.01.15	Dividendos prescritos	-50.330	0
6.01.01.16	Outros	134.441	-59.437
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.114.901	-353.961
6.01.02.01	Contas a receber	-155.793	-330.184
6.01.02.02	Tributos	74.032	425.226
6.01.02.03	Aplicações financeiras mantidas para negociação	-3.376.103	-714.069
6.01.02.04	Resgate de aplicações financeiras mantidas para negociação	3.325.362	673.169
6.01.02.05	Despesas antecipadas	-301.717	112.787
6.01.02.06	Estoques	-772	8.785
6.01.02.07	Fornecedores	-232.938	-177.753
6.01.02.08	Salários, encargos sociais e benefícios	-52.492	-89.685
6.01.02.09	Provisões	-245.782	-372.155
6.01.02.10	Provisões para fundos de pensão	-96.147	-104.517
6.01.02.11	Outras contas ativas e passivas	-52.551	214.435
6.01.03	Outros	-603.408	-416.600
6.01.03.01	Encargos financeiros pagos	-387.773	-298.351
6.01.03.02	Imposto de renda e contribuição social pagos - Empresa	-127.996	-51.815
6.01.03.03	Imposto de renda e contribuição social pagos - Terceiros	-87.639	-66.434
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.616.863	-1.039.902
6.02.01	Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	-686.605	-458.005
6.02.02	Recursos obtidos na venda de ativo imobilizado	14.513	1.780
6.02.03	Depósitos judiciais	-1.169.598	-801.384
6.02.04	Resgates judiciais de depósitos judiciais	227.974	217.703
6.02.05	Aumento/Redução dos investimentos permanentes	-3.147	4
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	599.873	-260.396
6.03.01	Captações líquidas de custos	2.104.611	509.122
6.03.02	Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos, derivativos e leasing	-948.352	-753.794

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010</b>
6.03.03	Programa de Refinanciamento Fiscal	-16.107	-132
6.03.04	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-462.189	-1.159
6.03.05	Autorizações e concessões	-78.090	-14.433
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	117.292	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	554.949	1.449.927
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.216.937	1.717.441
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.771.886	3.167.368

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	3.731.059	5.719.918	1.885.511	0	0	11.336.488	351	11.336.839
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.731.059	5.719.918	1.885.511	0	0	11.336.488	351	11.336.839
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	865.052	0	865.052	2	865.054
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	865.052	0	865.052	2	865.054
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-1.501.984	0	0	0	-1.501.984	0	-1.501.984
5.06.04	Ações Bonificadas a Resgatar	0	-1.501.984	0	0	0	-1.501.984	0	-1.501.984
5.07	Saldos Finais	3.731.059	4.217.934	1.885.511	865.052	0	10.699.556	353	10.699.909

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	3.731.059	5.869.560	304.504	0	0	9.905.123	514	9.905.637
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.731.059	5.869.560	304.504	0	0	9.905.123	514	9.905.637
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.265.987	0	1.265.987	-90	1.265.897
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.265.987	0	1.265.987	-90	1.265.897
5.07	Saldos Finais	3.731.059	5.869.560	304.504	1.265.987	0	11.171.110	424	11.171.534

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010</b>
7.01	Receitas	9.729.366	10.563.499
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	9.538.805	10.523.120
7.01.02	Outras Receitas	459.065	327.553
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-268.504	-287.174
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.591.551	-3.829.648
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.313.522	-1.536.721
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.122.976	-2.139.019
7.02.04	Outros	-155.053	-153.908
7.03	Valor Adicionado Bruto	6.137.815	6.733.851
7.04	Retenções	-1.478.376	-1.361.529
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-774.090	-790.030
7.04.02	Outras	-704.286	-571.499
7.04.02.01	Provisões (Inclui atualização monetária)	-613.523	-473.975
7.04.02.02	Outras Despesas	-90.763	-97.524
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.659.439	5.372.322
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	965.980	660.293
7.06.02	Receitas Financeiras	965.980	660.293
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	5.625.419	6.032.615
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	5.625.419	6.032.615
7.08.01	Pessoal	658.154	651.216
7.08.01.01	Remuneração Direta	407.173	420.259
7.08.01.02	Benefícios	121.083	115.307
7.08.01.03	F.G.T.S.	35.132	32.151
7.08.01.04	Outros	94.766	83.499
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.897.820	3.258.318
7.08.02.01	Federais	761.431	930.959
7.08.02.02	Estaduais	2.118.625	2.308.435
7.08.02.03	Municipais	17.764	18.924
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.204.391	857.184
7.08.03.01	Juros	876.063	561.718
7.08.03.02	Aluguéis	328.328	295.466
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	865.054	1.265.897
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	865.052	1.265.987
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	2	-90

## Comentário do Desempenho

### COMENTÁRIO DE DESEMPENHO BRASIL TELECOM S.A.



O relatório de desempenho apresenta números consolidados da Brasil Telecom S.A. ("BrT") e das suas controladas, descritas na nota explicativa nº 1 das demonstrações financeiras de 31/12/2010.

#### PERFORMANCE OPERACIONAL (NÃO REVISADO PELOS AUDITORES INDEPENDENTES)

Indicadores Operacionais (Mil)	3T10	3T11	Var. % Anual
<b>Telefonia Fixa</b>			
(a) Linhas em Serviço (Mil)	7.344	6.886	-6,2%
<b>Banda Larga</b>			
(b) Usuários Banda Larga (Mil)	1.950	2.002	2,7%
% das Linhas em Serviço	26,6%	29,1%	2,5 pp
<b>Telefonia Móvel</b>			
(c) Usuários Móveis (Mil)	7.494	8.113	8,3%
% Pré-Pago	86,5%	86,8%	0,3 pp
% Pós-Pago	13,5%	13,2%	-0,3 pp
<b>UGR - Unidades Geradoras de Receita (a+b+c)</b>	<b>16.788</b>	<b>17.001</b>	<b>1,3%</b>

A BrT encerrou o 3T11 com 17,0 milhões de Unidades Geradoras de Receitas (UGRs), 1,3% superior ao 3T10. Este desempenho foi principalmente influenciado pelo crescimento da base de usuários de telefonia móvel.

#### TELEFONIA FIXA

A base de linhas fixas em serviço apresentou uma redução líquida de 458 mil unidades em relação ao 3T10, atingindo 6.886 mil linhas ao final do 3T11, em função principalmente da tendência histórica de substituição das linhas fixas por linhas móveis.

#### ACESSOS À INTERNET EM BANDA LARGA

No trimestre foram adicionados 52 mil acessos ADSL à planta, totalizando 2.002 mil clientes ao final do 3T11, aumento de 2,7% em relação ao 3T10. A penetração de ADSL (ADSL/LES) no 1T11 atingiu 29,1%, contra 26,6% no 3T10.

#### TELEFONIA MÓVEL

A base de clientes de telefonia móvel atingiu 8.113 mil no trimestre, um aumento de 619 mil clientes em relação ao 3T10. No 3T11, a base de clientes é composta por aproximadamente 87% pré-pago e 13% pós-pago.

## Comentário do Desempenho

### COMENTÁRIO DE DESEMPENHO BRASIL TELECOM S.A.



## RESULTADOS CONSOLIDADOS

### RECEITA OPERACIONAL BRUTA

A receita operacional bruta consolidada totalizou R\$4.052 milhões, R\$343 milhões inferior à do 3T10 (-7,8%), principalmente em função da queda de 12,9% nas receitas com serviço local, seguido pelo decréscimo de 15,7% na receita de longa distância e 5,1% nas receitas de dados.

Receita Bruta - R\$ Milhões	3T10	3T11	9M10	9M11
<b>Serviço Telefônico Fixo</b>	<b>3.832,4</b>	<b>3.469,3</b>	<b>11.683,5</b>	<b>10.691,9</b>
Receita Serviço Local	1.590,8	1.385,9	4.765,4	4.351,0
Assinatura	1.021,4	936,9	3.097,7	2.937,1
Tráfego Local	145,1	102,6	431,5	348,5
Habilitação	11,5	8,7	35,6	25,5
A Cobrar	0,1	0,1	0,6	0,3
Outras Receitas	3,9	2,9	10,9	8,8
Fixo-Móvel (VC1)	408,7	334,8	1.189,1	1.030,9
Receita de Longa Distância	510,0	429,8	1.674,7	1.313,5
Intra-Setorial	152,9	141,9	489,8	409,6
Inter-Setorial	51,2	33,5	154,9	112,9
Inter-Regional	43,5	29,6	141,8	100,8
Internacional	5,5	4,7	18,4	14,8
Fixo-Móvel (VC2 e VC3)	256,8	220,1	869,9	675,4
Receita de Voz Avançada	21,7	27,1	105,0	90,5
Receita de Telefone de Uso Público	49,2	20,3	180,9	125,7
Receita de Serviços Adicionais	112,3	125,9	336,9	361,2
Remuneração pelo Uso da Rede	95,6	102,5	280,2	292,4
Receita de Comunicação de Dados	1.447,7	1.373,4	4.324,6	4.144,2
Velox	867,8	774,9	2.625,0	2.392,1
EILD	101,5	109,8	300,6	317,5
Serviços de linhas Dedicadas (SLDD/SLDA)	118,4	95,4	340,8	306,9
Serviços IP	218,4	277,9	612,4	745,7
Comutação por Pacotes + Frame Relay	30,0	17,5	98,5	74,8
Outros Serviços de Dados	111,7	97,8	347,3	307,2
Outros	5,1	4,3	15,8	13,4
<b>Serviço Telefônico Móvel</b>	<b>563,1</b>	<b>582,8</b>	<b>1.639,0</b>	<b>1.693,0</b>
Assinatura	121,7	146,4	356,5	418,8
Chamadas originadas	171,4	161,8	476,2	463,5
Roaming nacional/internacional	6,3	6,3	22,4	13,6
Remuneração pelo Uso de Rede Móvel	162,0	153,7	501,7	484,1
Dados / Valor Adicionado	87,3	112,1	234,8	300,0
Material de Revenda	14,4	2,6	47,4	12,9
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>4.395,6</b>	<b>4.052,1</b>	<b>13.322,5</b>	<b>12.384,9</b>
Impostos e Deduções	(1.847,1)	(1.771,0)	(5.565,4)	(5.377,7)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>2.548,4</b>	<b>2.281,1</b>	<b>7.757,1</b>	<b>7.007,2</b>

### SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO:

Na comparação com o 3T10, a receita bruta de telefonia fixa caiu R\$363 milhões (-9,5%), principalmente em razão das seguintes reduções:

## Comentário do Desempenho

### COMENTÁRIO DE DESEMPENHO BRASIL TELECOM S.A.



- R\$205 milhões na receita de tráfego local (-12,9%), principalmente devido à menor tráfego e menor base de linhas fixas em serviço.
- R\$80 milhões na receita de tráfego longa-distância, principalmente devido à diminuição do tráfego.
- R\$74 milhões na receita de comunicação de dados (-5,1%), principalmente devido à maior agressividade das ofertas de Velox que refletiu no aumento da base de clientes, porém resultou em queda do ARPU.

#### SERVIÇO TELEFÔNICO MÓVEL:

A receita bruta do serviço telefônico móvel totalizou R\$583 milhões, o que representou aumento de 3,5% em relação ao 3T10, basicamente devido ao crescimento de:

- R\$25 milhões na receita de assinaturas (+20,3%);
- R\$25 milhões na receita de serviços de dados e valor adicionado, devido ao crescimento dos serviços de 3G e SMS (+28,4%);

O aumento na receita bruta com serviço telefônico móvel foi parcialmente compensado pela redução de:

- R\$8 milhões na receita de remuneração pelo uso de Rede Móvel (-5,2%);
- R\$12 milhões na receita com material de revenda (-82,1%).

#### **RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

A receita operacional líquida totalizou R\$2.281 milhões no 3T11, uma redução de R\$267 milhões (-10,5%) em relação ao 3T10.

#### **CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS (EX. DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES)**

Os custos e despesas operacionais consolidados da Brasil Telecom, que desconsideram as depreciações e amortizações do período no montante de R\$260 milhões, totalizaram R\$1.657 milhões no 3T11, aumento de R\$146 milhões (9,7%) em relação ao 3T10.

## Comentário do Desempenho

### COMENTÁRIO DE DESEMPENHO BRASIL TELECOM S.A.



Item - R\$ Milhões	3T10	3T11	Var. % Anual
Interconexão	494	430	-13,0%
Serviços de terceiros	558	571	2,3%
Pessoal	180	228	26,7%
Aluguéis, seguros e meios de conexão	125	138	10,4%
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	66	64	-3,0%
Fistel	25	32	28,0%
Publicidade e Propaganda	43	28	-34,9%
Custos dos aparelhos e outros	10	5	-50,0%
Materiais	24	19	-20,8%
Outras despesas (receitas) operacionais	-13	143	
<b>TOTAL</b>	<b>1.511</b>	<b>1.657</b>	<b>9,7%</b>

O aumento de 9,7% ocorreu, principalmente, devido ao crescimento de R\$143 milhões em outras despesas (receitas) operacionais, influenciado pelo aumento das provisões de contingências e outros gastos, e ao crescimento de R\$48 milhões em despesas de pessoal. Esses crescimentos foram parcialmente compensados pela redução dos custos de interconexão.

#### DEPRECIACIONES E AMORTIZACIONES

As depreciações e amortizações totalizaram R\$260 milhões no 3T11, praticamente estável em relação ao 3T10 (-0,2%).

#### RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido positivo totalizou R\$205 milhões no 3T11, representando um aumento de R\$187 milhões em relação ao 3T10. O resultado do trimestre é reflexo, principalmente, do ganho cambial obtido pelo maior volume de caixa mantido em dólares norte-americanos no trimestre, devido à valorização dessa moeda frente o real.

-----

## **Notas Explicativas**

# **Brasil Telecom S.A.**

**Informações Trimestrais - ITR  
em 30 de setembro de 2011 e  
Relatório do auditor independente  
sobre as revisões especiais**

## Notas Explicativas

### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Brasil Telecom S.A. (“Companhia” ou “BrT”) é uma concessionária do STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado e atua desde julho de 1998 na Região II do PGO - Plano Geral de Outorgas, que abrange os estados brasileiros do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal, na prestação do STFC nas modalidades local e de longa distância intra-regional. A partir de janeiro de 2004, a Companhia passou também a explorar os serviços de longa distância nacional e longa distância internacional em todas as Regiões e na modalidade local o serviço fora da Região II passou a ser ofertado a partir de janeiro de 2005.

A BrT é controlada pela Coari Participações S.A. (“Coari”), que em 30 de setembro de 2011, detém 49,28% do capital total e 79,63% do capital votante. A BrT é sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, no bairro do Leblon, na Rua Humberto de Campos, 425 – 8º andar.

A BrT ainda possui através da subsidiária 14 Brasil Telecom Celular S.A. (“BrT Celular”) autorização para prestação de serviços de telefonia móvel na Região II.

As vigências dos contratos de concessão e das autorizações acima mencionadas se encontram divulgadas na Nota 3 (i) e Nota 18.

### 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A autorização para a conclusão da preparação destas Informações Trimestrais ocorreu na reunião do Conselho de Administração do dia 25 de outubro de 2011.

#### 2.1 – Base de preparação

As Informações Trimestrais da Companhia foram preparadas para o período findo em 30 de setembro de 2011 e estão de acordo com o IAS - “*International Accounting Standards*” nº 34 e com o pronunciamento técnico emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 21 que tratam das demonstrações intermediárias.

O CPC 21 (IAS 34) requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As Informações Trimestrais foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados a valor justo.

Estas Informações Trimestrais não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas Demonstrações Financeiras anuais, portanto, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, arquivadas em 18 de março de 2011, as quais foram preparadas de acordo com o IFRS – “*International Financial Reporting Standards*” e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas em 31 de dezembro de 2010, exceto pela descrita abaixo:

#### a) Reconhecimento de receita – programa de fidelização de clientes (“Oi Pontos”)

A controlada BrT Celular implementou um programa de fidelização de clientes (“Oi Pontos”), no qual os clientes de telefonia móvel acumulam pontos através dos valores pagos por serviços de telefonia móvel, telefonia fixa, internet e TV, e podem trocá-los por pacotes de serviços de telefonia móvel, por eventos disponíveis no “experiências Oi” e/ou transferi-los ao Programa Multiplus

## Notas Explicativas

Fidelidade (parceiro da controlada BrT Celular) para trocá-los por diversos outros benefícios do referido programa, tais como passagens aéreas, abastecimento nos postos de combustíveis da rede Ipiranga, entre outros.

A controlada BrT Celular contabiliza os pontos concedidos no programa como um componente separadamente identificável da transação de venda em que os pontos são concedidos. O valor justo da contraprestação recebida ou a receber, com relação à venda inicial, é alocado entre os prêmios concedidos pelo programa. O valor alocado aos pontos é estimado com base no seu valor justo, ou seja, o valor pelo qual os créditos de prêmios podem ser vendidos separadamente. Tal valor é diferido e a receita relacionada é reconhecida somente quando os pontos são resgatados, expiram (prazo de 24 meses) e/ou são cancelados. O reconhecimento da receita é baseado no número de pontos que foram resgatados em troca de prêmios, bem como quando são cancelados ou expiram, em relação ao número total que se espera que seja resgatado. Tal programa começou a operar efetivamente no primeiro trimestre de 2011, sendo o saldo do passivo registrado na conta de receitas a apropriar.

### Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Ao preparar as Informações Trimestrais, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos foram divulgadas nas Demonstrações Financeiras anuais da Companhia, acima mencionadas. No período findo em 30 de setembro de 2011, não houve mudança relevante nas estimativas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas, além daquela mencionada na Nota 23, com relação as contingências trabalhistas.

### Sazonalidade

A Companhia e suas controladas não possuem operações sazonais relevantes.

## 2.2 – Novos pronunciamentos de IFRS

No dia 12 de maio de 2011 o IASB publicou um pacote de cinco (denominado "*package of five*") normas novas ou revisadas, endereçando o tratamento contábil para consolidação, envolvimento em acordos conjuntos ("*joint arrangements*") e divulgação de envolvimento com outras entidades. Cada uma das novas normas é aplicável para períodos anuais que iniciam em ou após 1 de janeiro de 2013, sendo sua aplicação antecipada permitida considerando que cada uma das normas no "*package of five*" seja também aplicada antecipadamente (a sua aplicação antecipada por entidades no Brasil em geral não é permitida até que essas normas sejam editadas na forma de CPCs e aprovadas pela CVM e/ou CFC). Entretanto, é permitida a incorporação nas Demonstrações Financeiras das divulgações exigidas pela IFRS 12, sem significar que a entidade aplicou antecipadamente essa norma e, conseqüentemente, cada uma das outras quatro normas editadas. Uma das modificações mais significativas é a edição da IFRS 11 – "*Joint Arrangements*", que substitui a IAS 31, eliminando a opção existente nessa norma de contabilizar os investimentos em entidades controladas em conjunto pelo método da consolidação proporcional (mantendo somente o método da equivalência patrimonial, diferentemente do que é hoje exigido no Brasil pelo CPC 19).

## Notas Explicativas

O “*package of five*” inclui as seguintes normas: IFRS 10 – “*Consolidated Financial Statements*”, IFRS 11 – “*Joint Arrangements*”, IFRS 12 – “*Disclosure of Interests in Other Entities*”, IAS 27 – “*Separate Financial Statements*”, IAS 28 – “*Investments in Associates and Joint Ventures*”. A Administração aplicará as determinações dos pronunciamentos aplicáveis a Companhia e suas controladas, após a edição destas normas pelo CPC e aprovação pela CVM.

No dia 12 de maio de 2011 o IASB publicou também a IFRS 13 – “*Fair Value Measurement*”, que substitui as orientações sobre mensurações pelo valor justo constantes na literatura das IFRS em uma única norma. Essa norma é resultante do esforço conjunto entre o IASB e o FASB para desenvolver uma única estrutura conceitual sobre “*fair value*” e desta forma o FASB também emitiu modificações nas suas orientações sobre valor justo constantes no ASC 820. Assim, as diferenças entre as IFRS e os US GAAP foram significativamente reduzidas (entre elas está o requerimento de divulgação da análise de sensibilidade para instrumentos financeiros, requerida pela IFRS 13 mas não requerida pelo ASC 820). A IFRS 13 define “*fair value*”, orienta sobre como determinar o “*fair value*” e requer certas divulgações sobre as mensurações a “*fair value*”. Entretanto, ela não introduz nenhum requerimento novo ou revisado sobre quais itens devem ser mensurados pelo valor justo ou quais devem ter o seu valor justo divulgado. A IFRS 13 é aplicável para períodos anuais que iniciam em ou após 1 de janeiro de 2013, sendo sua aplicação antecipada permitida (a sua aplicação antecipada por entidades no Brasil em geral não é permitida até que a norma seja editada na forma de CPC e aprovada pela CVM e/ou CFC). A Administração aplicará as determinações dos pronunciamentos aplicáveis a Companhia e suas controladas, após a edição destas normas pelo CPC e aprovação pela CVM.

### 3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS

#### Administração do risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas a expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo, risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger-se de certas exposições a estes riscos.

O gerenciamento de risco é realizado pela diretoria de tesouraria da Companhia, de acordo com as políticas aprovadas pela Administração.

A Política de Gestão de Riscos Financeiros (“Política”), aprovada pelo Conselho de Administração formaliza a gestão de exposição a fatores de risco de mercado gerados pelas operações financeiras das empresas do Grupo Oi. De acordo com a Política, os riscos de mercado são identificados com base nas características das operações financeiras contratadas e a contratar no ano fiscal em questão. Diversos cenários de cada um dos fatores de risco são então simulados através de modelos estatísticos, servindo de base para mensuração de impactos sobre o resultado financeiro do Grupo. Com base em tal análise, a Diretoria acorda anualmente com o Conselho de Administração, a Diretriz de Risco a ser seguida em cada ano fiscal. A Diretriz de Risco é equivalente ao pior impacto esperado do resultado financeiro sobre o lucro líquido do Grupo, com 95% de confiança. Para o devido gerenciamento de riscos de acordo com a Diretriz de Risco, a área de tesouraria poderá contratar instrumentos de proteção, incluindo operações de derivativos como “*swaps*” e termo de moedas. A Companhia e suas controladas não utilizam derivativos para outros fins.

## Notas Explicativas

Com a aprovação da Política, foi criado o Comitê de Gestão de Riscos Financeiros, atualmente composto pelo Diretor Presidente, Diretor de Finanças, Diretor de Assuntos Regulatórios, Diretor de Auditoria Interna, Diretor de Planejamento e Desempenho, Diretor Tributário, Diretor de Controladoria e Diretor de Tesouraria.

De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos. Assim, podem existir instrumentos financeiros com garantias ou sem garantias, dependendo de aspectos circunstanciais ou legais.

### **(a) Valor justo dos instrumentos financeiros**

A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Conseqüentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos.

O método utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos foi o dos fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, descontados às taxas de mercado vigentes na data de encerramento do período findo em 30 de setembro de 2011.

Para títulos negociáveis em mercados ativos, o valor justo equivale ao valor da última cotação de fechamento disponível na data do encerramento do período multiplicado pelo número de títulos em circulação. Para contratos em que as condições de contratação atuais são semelhantes àsquelas em que os mesmos se originaram ou que não apresentam parâmetros para cotação ou contratação, os valores justos são semelhantes aos valores contábeis.

## Notas Explicativas

Apresentamos a seguir os principais instrumentos financeiros ativos e passivos:

	Mensuração contábil	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/09/2011			
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo	2.138.510	2.138.510	3.771.886	3.771.886
Aplicações financeiras	Valor justo	48.858	48.858	952.448	952.448
Contas a receber	Custo amortizado	1.697.668	1.697.668	1.956.561	1.956.561
Créditos com empresas ligadas	Custo amortizado	5.781	5.781	2.139.244	2.248.788
<b>Passivos</b>					
Fornecedores	Custo amortizado	1.290.809	1.290.809	1.506.281	1.506.281
Empréstimos e financiamentos					
Empréstimos e financiamentos (*)	Custo amortizado	4.576.200	4.476.725	3.910.701	3.811.225
Debêntures	Custo amortizado	1.776.979	1.794.705	1.776.979	1.794.705
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	39.127	39.127	39.127	39.127
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	56.321	56.321	56.321	56.321
Autorizações e concessões a pagar (**)	Custo amortizado			648.622	648.622
Ações bonificadas a resgatar	Custo amortizado	1.501.984	1.501.984	1.501.984	1.501.984

## Notas Explicativas

	Mensuração contábil	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2010			
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo	1.788.001	1.788.001	3.216.937	3.216.937
Aplicações financeiras	Valor justo	582.115	582.115	832.077	832.077
Contas a receber	Custo amortizado	1.718.789	1.718.789	2.069.908	2.069.908
Créditos com empresas ligadas	Custo amortizado	1.548	1.548	1.911.134	2.042.397
<b>Passivos</b>					
Fornecedores	Custo amortizado	1.328.617	1.328.617	1.636.598	1.636.598
Empréstimos e financiamentos					
Empréstimos e financiamentos (*)	Custo amortizado	3.031.001	3.031.001	3.272.233	3.272.233
Debêntures	Custo amortizado	1.092.853	1.123.890	1.092.853	1.123.890
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	70.719	70.719	70.719	70.719
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	568.840	568.840	568.840	568.840
Autorizações e concessões a pagar (**)	Custo amortizado	56.759	56.759	756.631	756.631

(\*) Parte substancial deste saldo são empréstimos e financiamentos com o BNDES e outras partes relacionadas, que não possuem mercado, e por isso não são percebidos ajustes significativos de valor justo.

(\*\*) As autorizações e concessões a pagar não possuem mercado, e por isso não são percebidos ajustes de valor justo.

### Hierarquia do valor justo

O CPC 40 / IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço à um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas à dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“*nonperformance risk*”), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “*input*” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

## Notas Explicativas

Nível 1 — Os “*inputs*” são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia deve ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pela Companhia.

Nível 2 — Os “*inputs*” são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os “*inputs*” do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou “*inputs*” que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os “*inputs*” inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses “*inputs*” representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

De acordo com o CPC 40 / IFRS 7, a Companhia mensura seus equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo. Os equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são classificados como Nível 2, pois são mensurados utilizando preços de mercado para instrumentos similares.

As tabelas abaixo demonstram, de forma resumida, nossos ativos e passivos financeiros registrados a valor justo em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

Descrição	CONTROLADORA			
	30/09/2011	Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
<b>Ativo</b>				
Equivalentes de caixa	2.134.475		2.134.475	
Aplicações financeiras	48.858		48.858	
<b>Total dos ativos</b>	<b>2.183.333</b>		<b>2.183.333</b>	
<b>Passivo</b>				
Instrumentos financeiros derivativos	39.127		39.127	
<b>Total do passivo</b>	<b>39.127</b>		<b>39.127</b>	

Descrição	CONSOLIDADO			
	30/09/2011	Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
<b>Ativo</b>				
Equivalentes de caixa	3.722.021		3.722.021	
Aplicações financeiras	952.448		952.448	
<b>Total dos ativos</b>	<b>4.674.469</b>		<b>4.674.469</b>	
<b>Passivo</b>				
Instrumentos financeiros derivativos	39.127		39.127	
<b>Total do passivo</b>	<b>39.127</b>		<b>39.127</b>	

## Notas Explicativas

Descrição	CONTROLADORA			
	31/12/2010	Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
<b>Ativo</b>				
Equivalentes de caixa	1.714.227		1.714.227	
Aplicações financeiras	582.115		582.115	
<b>Total dos ativos</b>	<b>2.296.342</b>		<b>2.296.342</b>	
<b>Passivo</b>				
Instrumentos financeiros derivativos	70.719		70.719	
<b>Total do passivo</b>	<b>70.719</b>		<b>70.719</b>	

Descrição	CONSOLIDADO			
	31/12/2010	Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
<b>Ativo</b>				
Equivalentes de caixa	3.086.764		3.086.764	
Aplicações financeiras	832.077		832.077	
<b>Total dos ativos</b>	<b>3.918.841</b>		<b>3.918.841</b>	
<b>Passivo</b>				
Instrumentos financeiros derivativos	70.719		70.719	
<b>Total do passivo</b>	<b>70.719</b>		<b>70.719</b>	

### (b) Mensuração dos ativos e passivos financeiros pelo custo amortizado

Na avaliação efetuada para fins de ajuste a valor presente dos ativos e passivos financeiros mensurados pelo método de custo amortizado, não foi constatada a aplicabilidade deste ajuste, destacando-se as seguintes razões:

- Contas a receber: curtíssimo prazo de vencimento das faturas.
- Fornecedores, dividendos e juros sobre o capital próprio: curto prazo para liquidação de todas as obrigações.
- Empréstimos e financiamentos: todas as transações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.
- Autorizações e concessões a pagar: todas as obrigações advindas das aquisições de autorizações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.

### (c) Risco de taxa de câmbio

#### Ativos

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda estrangeira são mantidos, basicamente, em “*time deposits*”.

## Notas Explicativas

O risco vinculado a esses ativos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam diminuir os saldos dos mesmos. Os ativos sujeitos a esse risco representam cerca de 26,5% (31/12/2010 – 1,9%) do total das nossas disponibilidades que compreendem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Esses ativos estão assim representados no balanço:

	CONTROLADORA			
	30/09/2011		31/12/2010	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativo</b>				
Equivalentes de caixa	1.216.937	1.216.937	290	290

	CONSOLIDADO			
	30/09/2011		31/12/2010	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativo</b>				
Equivalentes de caixa	1.240.486	1.240.486	74.098	74.098

### Passivo

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos contratados em moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos dos mesmos. Os empréstimos sujeitos a esse risco representam cerca de 0,02% (31/12/2010 – 1,3%) do total dos passivos de empréstimos e financiamentos. Da parcela da dívida em moeda estrangeira 100% (31/12/2010 – 100,0%) está coberta por aplicações em moeda estrangeira.

Para as operações em moeda estrangeira (Iene) encerradas no primeiro trimestre a Companhia possuía proteção na modalidade “*swap*” cambial. Os efeitos positivos ou negativos não realizados nas operações de proteção, na modalidade “*swap*” cambial, foram registrados no resultado como ganho ou perda, de acordo com a situação de cada instrumento.

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos estão resumidos a seguir:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO					
	Indexador	Vencimento	Valor de referência (nacional)		Valor justo	
			30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
<b>Contratos de “<i>swap</i>”</b>						
<b>Posição ativa</b>						
Moeda estrangeira – Iene (i)	VC + 1,9%	Mar/2011		54.111		44.396
<b>Posição passiva</b>						
Taxa de juros – CDI (i)	93,2% a 97,0% CDI	Mar/2011		(54.111)		(115.115)
<b>Valor líquido</b>						<b>(70.719)</b>

(i) “*Swap*” de Iene para CDI (“*plain vanilla*”)

Contraparte: Citibank, JP Morgan e Santander.

## Notas Explicativas

A Companhia contratou em 2004 operações de “swap” cambial (“plain vanilla”) para proteger o fluxo de caixa referente ao seu passivo denominado em Iene com vencimento final em março de 2011. De acordo com esses contratos, a Companhia possuía posição ativa em Iene, acrescida de taxa pré-fixada, e posição passiva atrelada a um percentual da taxa de juros de um dia (CDI), protegendo, assim, contra o risco de variação cambial do Iene versus o Real, o que em termos efetivos representou uma troca do custo de Iene acrescido de 1,9% a.a. para uma taxa média ponderada de 95,9% do CDI no encerramento do contrato. As operações foram devidamente registradas na CETIP S.A. e foram encerrados com o vencimento de sua dívida lastro, em março de 2011.

### Contratos de NDF “Non Deliverable Forward” US\$/R\$

A Companhia contratou em setembro de 2011 operações de venda de Dólar futuro via instrumentos de NDF “Non Deliverable Forward” no intuito de se proteger de uma valorização do Real frente àquela moeda. A estratégia principal com estas contratações é fixar a variação cambial para o período contratado, mitigando assim variações desfavoráveis contra o caixa da Companhia, mantido no mercado externo em Dólar antes da internalização dos recursos do “Senior Notes” lançado em 15 de setembro de 2011.

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos NDF estão resumidos a seguir:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO						
							Valor justo
							Valores a (pagar) / a receber
	Indexador	Forward	Vencimento	Valor de referência (nacional)		Valores a (pagar) / a receber	
30/09/2011				31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010	
Contratos de “Non Delivery Forward” US\$/R\$ (NDF) (i)	US\$	1,7087 a 1,7472	dez/2011	430.120		(39.127)	
Posição passiva				430.120		(39.127)	

Contraparte:

(1) Citibank, Deutsche e HSBC

Em 30 de setembro de 2011 e de 2010, foram registrados em resultado de operações de instrumentos financeiros derivativos os montantes apresentados abaixo: (vide Nota 7).

	Períodos de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Ganho/(perda) com “swap” cambial		(5.529)		(5.529)
Operações de termo e opção de moeda	(39.127)		(39.127)	
<b>Total</b>	<b>(39.127)</b>	<b>(5.529)</b>	<b>(39.127)</b>	<b>(5.529)</b>

	Períodos de nove meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Ganho/(perda) com “swap” cambial	(2.434)	(6.685)	(2.434)	(6.685)
Operações de termo e opção de moeda	(39.127)		(39.127)	
<b>Total</b>	<b>(41.561)</b>	<b>(6.685)</b>	<b>(41.561)</b>	<b>(6.685)</b>

## Notas Explicativas

### Análise de sensibilidade de risco cambial

Em 30 de setembro de 2011, a Companhia possui, basicamente, ativos representados por aplicações financeiras, expostas à variação da cotação do Dólar norte-americano em relação ao Real. A análise de sensibilidade leva em consideração uma desvalorização de 25% e 50% na cotação do Dólar norte-americano em relação ao Real. Na avaliação da Administração, a desvalorização em 25% representa um cenário possível de variação na taxa de câmbio, e a desvalorização em 50% representa um cenário remoto de variação na taxa de câmbio.

Uma valorização do Real de 25% e 50% em relação ao Dólar norte-americano provocaria um impacto negativo no resultado da Companhia de cerca de R\$ 151.040 e R\$ 251.741, na controladora, e de R\$ 155.749 e R\$ 259.590 no consolidado, respectivamente. Uma desvalorização do Real nos mesmos patamares provocaria um impacto positivo no resultado da Companhia nos mesmos valores acima.

Cenários de taxas de câmbio		
Descrição	Taxa	
	31/12/2010	Desvalorização
<i>Cenário Provável</i>		
Dólar	1,6662	0%
Iene	0,0203	0%
Cesta de Moedas	0,0334	0%
<i>Cenário Possível</i>		
Dólar	2,0828	25%
Iene	0,0253	25%
Cesta de Moedas	0,0418	25%
<i>Cenário Remoto</i>		
Dólar	2,4993	50%
Iene	0,0304	50%
Cesta de Moedas	0,0501	50%

## Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2010, o valor justo dos instrumentos financeiros sujeitos a risco de taxa de câmbio sofreriam os seguintes impactos nos cenários estimados:

<b>CONTROLADORA</b>		
<b>Impactos no valor justo dos instrumentos financeiros</b>		
<b>Operação</b>	<b>Risco</b>	<b>Saldo em 31/12/2010</b>
<b><i>Cenário Provável</i></b>		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	2.617
Dívidas em Iene	Alta do Iene	44.546
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(44.396)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	9.068
<b>Total vinculado a taxas de câmbio</b>		<b>11.835</b>
<b><i>Cenário Possível</i></b>		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	3.271
Dívidas em Iene	Alta do Iene	55.683
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(55.495)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	11.335
<b>Total vinculado a taxas de câmbio</b>		<b>14.794</b>
<b><i>Cenário Remoto</i></b>		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	3.926
Dívidas em Iene	Alta do Iene	66.819
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(66.594)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	13.602
<b>Total vinculado a taxas de câmbio</b>		<b>17.753</b>
<b><i>Impactos</i></b>		
<b>Cenário Possível - Cenário Provável</b>		<b>2.959</b>
Dólar		654
Iene		38
Cesta de Moedas		2.267
<b>Cenário Remoto - Cenário Provável</b>		<b>5.918</b>
Dólar		1.309
Iene		75
Cesta de Moedas		4.534

**Notas Explicativas**

<b>CONSOLIDADO</b>		
<b>Impactos no valor justo dos instrumentos financeiros</b>		
<b>Operação</b>	<b>Risco</b>	<b>Saldo em 31/12/2010</b>
<b><i>Cenário Provável</i></b>		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	2.617
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(84.239)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	44.546
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(44.396)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	9.068
<b>Total vinculado a taxas de câmbio</b>		<b>(72.404)</b>
<b><i>Cenário Possível</i></b>		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	3.271
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(105.299)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	55.683
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(55.495)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	11.335
<b>Total vinculado a taxas de câmbio</b>		<b>(90.505)</b>
<b><i>Cenário Remoto</i></b>		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	3.926
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(126.359)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	66.819
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(66.594)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	13.602
<b>Total vinculado a taxas de câmbio</b>		<b>(108.606)</b>
<b><i>Impactos</i></b>		
<b>Cenário Possível - Cenário Provável</b>		<b>(18.101)</b>
Dólar		(20.406)
Iene		38
Cesta de Moedas		2.267
<b>Cenário Remoto - Cenário Provável</b>		<b>(36.202)</b>
Dólar		(40.811)
Iene		75
Cesta de Moedas		4.534

**(d) Risco de taxa de juros****Ativos**

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda local são mantidos em fundos de investimento financeiro (FIF's), geridos exclusivamente para as empresas do Grupo Oi e aplicações em carteira própria em títulos privados (CDB's pós-fixados), emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

Os créditos com empresas ligadas são debêntures privadas de emissão da Telemar Norte Leste S.A. ("TMAR") cuja remuneração é atrelada ao CDI.

O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e consequentemente, na remuneração desses ativos.

Esses ativos estão assim representados no balanço:

## Notas Explicativas

	CONTROLADORA			
	30/09/2011		31/12/2010	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
<b>Ativos</b>				
Equivalentes de caixa	1.010.562	1.010.562	1.714.227	1.714.227
Aplicações financeiras	48.858	48.858	582.115	582.115
Créditos com empresas ligadas	5.781	5.781	1.548	1.548
<b>Total</b>	<b>1.065.201</b>	<b>1.065.201</b>	<b>2.297.890</b>	<b>2.297.890</b>
Circulante	1.046.386	1.046.386	2.297.890	2.297.890
Não circulante	18.815	18.815		

	CONSOLIDADO			
	30/09/2011		31/12/2010	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
<b>Ativos</b>				
Equivalentes de caixa	2.598.108	2.598.108	3.086.764	3.086.764
Aplicações financeiras	952.448	952.448	832.077	832.077
Créditos com empresas ligadas (*)	2.139.244	2.248.788	1.911.134	2.042.397
<b>Total</b>	<b>5.689.800</b>	<b>5.799.344</b>	<b>5.829.975</b>	<b>5.961.238</b>
Circulante	3.537.522	3.537.522	3.918.841	3.918.841
Não circulante	2.152.278	2.261.822	1.911.134	2.042.397

(\*) Referem-se às debêntures privadas de emissão da TMAR (Nota 11).

### Passivos

A Companhia possui empréstimos e financiamentos em moeda nacional vinculados aos indexadores TJLP (Taxa de Juros em Longo Prazo) e CDI (Certificados de Depósito Interbancário).

Adicionalmente, a Companhia emitiu debêntures públicas, não conversíveis ou permutáveis em ações. Este passivo foi contratado a taxa de juros vinculada ao CDI, capitalizado de um "spread" de 3,5% a.a. O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem aumentos nessas taxas. A Companhia não possui operações de derivativos para proteção do seu passivo contra o risco de taxa de juros. Há um monitoramento contínuo das taxas de mercado com o propósito de avaliar a eventual contratação de instrumentos para proteção contra a variação dessas taxas.

### Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Administração considera que o risco mais relevante de variações nas taxas de juros advém do passivo vinculado ao CDI e à TJLP. O risco está associado à elevação dessas taxas.

Na data de encerramento do período findo em 30 de setembro de 2011, a Administração estimou cenários de variação nas taxas DI e TJLP. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas vigentes na data de encerramento do período. Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Cenários de taxas de juros					
Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
CDI	TJLP	CDI	TJLP	CDI	TJLP
11,88%	6,00%	14,85%	7,50%	17,82%	9,00%

## Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2011, a Administração estimou o fluxo futuro de pagamentos de juros de suas dívidas vinculadas ao CDI e à TJLP com base nas taxas de juros apresentadas acima, assumindo ainda, que todos os pagamentos de juros seriam realizados nas datas de liquidação previstas contratualmente. Não foram considerados fluxos de dívidas contratadas entre empresas do Grupo Oi. O impacto das elevações hipotéticas nas taxas de juros pode ser mensurado pela diferença dos fluxos futuros dos cenários possível e remoto em relação ao cenário provável, onde não há estimativa de elevação. Cabe ressaltar que tal análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente desses passivos. O valor justo desses passivos, mantendo-se o risco de crédito da Companhia inalterado, não seria impactado em caso de variações nas taxas de juros, tendo em vista que as taxas utilizadas para levar os fluxos a valor futuro seriam as mesmas que trariam os fluxos a valor presente.

Adicionalmente, são mantidos equivalentes de caixa e aplicações financeiras em títulos pós-fixados que teriam um aumento de remuneração nos cenários possível e remoto, neutralizando parte do impacto das elevações das taxas de juros no fluxo de pagamentos das dívidas. Entretanto, por não ter uma previsibilidade de vencimentos equivalente a dos passivos financeiros, o impacto dos cenários sobre tais ativos não foi considerado. Os saldos de equivalentes de caixa e de aplicações financeiras estão apresentados na Nota 9.

<b>CONTROLADORA</b>						
<b>Fluxo futuro de pagamentos de juros por período</b>						
<b>Operação</b>	<b>Risco individual</b>	<b>Até 1 ano</b>	<b>1 a 3 anos</b>	<b>3 a 5 Anos</b>	<b>Maiores que 5 anos</b>	<b>Total</b>
<i><b>Cenário Provável</b></i>						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	244.479	313.094	259.429	129.440	<b>946.442</b>
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	116.410	97.425	22.425	8.925	<b>245.185</b>
<b>Total vinculado a taxas de juros</b>		<b>360.889</b>	<b>410.519</b>	<b>281.854</b>	138.365	<b>1.191.627</b>
<i><b>Cenário Possível</b></i>						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	280.792	382.923	319.288	159.302	<b>1.142.305</b>
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	120.481	120.635	27.848	16.932	<b>285.896</b>
<b>Total vinculado a taxas de juros</b>		<b>401.273</b>	<b>503.558</b>	<b>347.136</b>	176.234	<b>1.428.201</b>
<i><b>Cenário Remoto</b></i>						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	319.680	452.615	379.144	189.161	<b>1.340.600</b>
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	124.534	144.170	33.512	25.547	<b>327.763</b>
<b>Total vinculado a taxas de juros</b>		<b>444.214</b>	<b>596.785</b>	<b>412.656</b>	214.708	<b>1.668.363</b>
<i><b>Impactos</b></i>						
<b>Cenário Possível - Cenário Provável</b>		<b>40.384</b>	<b>93.039</b>	<b>65.282</b>	<b>37.869</b>	<b>236.574</b>
CDI		36.313	69.829	59.859	<b>29.862</b>	<b>195.863</b>
TJLP		4.071	23.210	5.423	<b>8.007</b>	<b>40.711</b>
<b>Cenário Remoto - Cenário Provável</b>		<b>83.325</b>	<b>186.266</b>	<b>130.802</b>	<b>76.343</b>	<b>476.736</b>
CDI		75.201	139.521	119.715	<b>59.721</b>	<b>394.158</b>
TJLP		8.124	46.745	11.087	<b>16.622</b>	<b>82.578</b>

## Notas Explicativas

CONSOLIDADO						
Fluxo futuro de pagamentos de juros por período						
Operação	Risco individual	Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Maiores que 5 anos	Total
<b>Cenário Provável</b>						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	244.479	313.094	259.429	129.440	<b>946.442</b>
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	180.272	195.044	79.957	28.093	<b>483.366</b>
<b>Total vinculado a taxas de juros</b>		<b>424.751</b>	<b>508.138</b>	<b>339.386</b>	157.533	<b>1.429.808</b>
<b>Cenário Possível</b>						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	280.792	382.923	319.288	159.302	<b>1.142.305</b>
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	185.531	227.097	101.049	54.804	<b>568.481</b>
<b>Total vinculado a taxas de juros</b>		<b>466.323</b>	<b>610.020</b>	<b>420.337</b>	214.106	<b>1.710.786</b>
<b>Cenário Remoto</b>						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	319.680	452.615	379.144	189.161	<b>1.340.600</b>
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	190.766	259.624	123.081	83.515	<b>656.986</b>
<b>Total vinculado a taxas de juros</b>		<b>510.446</b>	<b>712.239</b>	<b>502.225</b>	272.676	<b>1.997.586</b>
<b>Impactos</b>						
<b>Cenário Possível - Cenário Provável</b>		<b>41.572</b>	<b>101.882</b>	<b>80.951</b>	<b>56.573</b>	<b>280.978</b>
CDI		36.313	69.829	59.859	29.862	<b>195.863</b>
TJLP		5.259	32.053	21.092	26.711	<b>85.115</b>
<b>Cenário Remoto - Cenário Provável</b>		<b>85.695</b>	<b>204.101</b>	<b>162.839</b>	<b>115.143</b>	<b>567.778</b>
CDI		75.201	139.521	119.715	59.721	<b>394.158</b>
TJLP		10.494	64.580	43.124	55.422	<b>173.620</b>

### (e) Risco de crédito

A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes não é relevante em função da pulverização da carteira. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas nas suas realizações.

As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os “ratings” publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes.

### (f) Risco de liquidez

A Administração utiliza o fluxo de caixa gerado a partir das operações e financiamentos externos para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede, pagar dividendos, pagar dívidas e investir em novos negócios.

### (g) Risco de vencimentos antecipados de empréstimos e financiamentos

A ocorrência de eventos de inadimplemento em alguns dos instrumentos de dívida da Companhia e de suas controladas poderá configurar o vencimento antecipado de outros instrumentos de dívida. A impossibilidade de incorrer em dívidas adicionais pode impedir a capacidade de investir em seu negócio e de fazer dispêndios de capital necessários ou aconselháveis, o que pode reduzir as suas vendas futuras e afetar negativamente sua lucratividade. Além disso, os recursos necessários para cumprir com as obrigações de pagamento dos empréstimos tomados podem reduzir a quantia disponível para dispêndios de capital.

## Notas Explicativas

### (h) Riscos contingenciais

Os riscos contingenciais são avaliados segundo hipóteses de exigibilidade e estão segregados entre provisões e passivos contingentes, conforme definições contidas no CPC 25 / IAS 37. Provisões são as contingências consideradas como de risco provável, reconhecidas no passivo, pois existe uma obrigação presente como resultado de evento passado, sendo provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação. Os detalhes desses riscos estão apresentados na Nota 23.

### (i) Risco de aspecto regulatório

Embora a regulamentação dos serviços de telecomunicações em geral seja bastante abrangente, ela é ainda mais restritiva quando se trata dos serviços prestados no regime público, definido na LGT - Lei Geral das Telecomunicações, como é o caso do STFC. Em decorrência, grande parte dos riscos e obrigações regulatórias diz respeito a esse serviço, que tem grande relevância nas atividades da Companhia.

### Contratos de Concessão

Estão em vigor contratos de concessão do STFC nas modalidades local e longa distância nacional, firmados pela Companhia junto à ANATEL, com abrangência no período compreendido entre 1 de janeiro de 2006 e 31 de dezembro de 2025. Estes contratos de concessão, que prevêem revisões quinquenais, no geral possuem um maior grau de intervenção na gestão dos negócios do que os instrumentos de outorga relativos aos serviços prestados no regime privado, contendo ainda vários dispositivos de defesa dos interesses do consumidor, conforme percebido pelo órgão regulador. Entre outros pontos destacam-se:

- (i) O ônus da concessão definido como 2% da receita anual líquida de tributos, paga a cada biênio, a partir do exercício social de 2006, cujo primeiro pagamento ocorreu no dia 30 de abril de 2007. Tal método de cálculo, no que diz respeito à competência, corresponde a 1% da receita líquida de tributos de cada exercício social;
- (ii) A imposição de metas de universalização que poderão ser revistas a cada cinco anos, na forma prevista nos referidos contratos de concessão. A imposição de novas metas que impliquem em ônus adicionais deverá ser sempre acompanhada da indicação de fontes de financiamento correspondentes. Em 30 de junho de 2011, a Companhia firmou junto à ANATEL e ao Ministério das Comunicações, a revisão dos contratos de concessão de STFC que serão imputadas para o período 2011 a 2015, para maiores detalhes vide Nota 30;
- (iii) A possibilidade do Órgão Regulador impor planos alternativos de oferta obrigatória;
- (iv) A introdução do direito do Órgão Regulador de intervir e modificar contratos da concessionária com terceiros;
- (v) A inclusão dos bens da controladora, controlada, coligada e de terceiros, indispensáveis à concessão, como bens reversíveis;
- (vi) A criação de conselho de usuários em cada concessão; e

## Notas Explicativas

- (vii) As tarifas de uso de redes são definidas como um percentual da tarifa de público local e longa distância nacional, até a efetiva implantação de modelo de custos por serviço/modalidade, conforme previsto no PGR – Plano Geral de Atualização da Regulamentação.

### (j) Gestão de capital

A Companhia administra sua estrutura de capital de acordo com melhores práticas de mercado.

O objetivo da gestão de capital é de assegurar níveis de liquidez e alavancagem financeira que possibilitem o crescimento sustentado do grupo, plano de investimentos estratégicos e retorno aos acionistas.

A Companhia poderá alterar sua estrutura de capital, de acordo com as condições econômico-financeiras de forma a otimizar sua alavancagem financeira e gestão da dívida.

Os indicadores utilizados para mensurar a gestão da estrutura de capital são: Dívida Bruta sobre o *EBITDA* acumulado nos últimos 12 meses (sigla em inglês que representa o lucro líquido antes dos juros (resultado financeiro), impostos, depreciações e amortizações), Dívida líquida (dívida total menos o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras) sobre o *EBITDA* acumulado nos últimos 12 meses, índice de cobertura de juros, conforme abaixo:

Dívida Bruta/*EBITDA*..... entre 2x e 3x  
 Dívida Líquida/*EBITDA* ..... entre 1,4 x e 2x  
 Índice de cobertura de juros (\*)..... maior que 4  
 (\*) Mede a capacidade da Companhia em cobrir suas obrigações futuras de juros.

## 4. RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

	Períodos de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
<b>Receita bruta de vendas e/ou serviços</b>	<b>3.374.127</b>	<b>3.715.454</b>	<b>4.052.142</b>	<b>4.395.551</b>
<b>Deduções da receita bruta</b>	<b>(1.532.217)</b>	<b>(1.638.246)</b>	<b>(1.771.042)</b>	<b>(1.847.146)</b>
Tributos	(679.964)	(794.373)	(812.457)	(913.130)
Outras deduções	(852.253)	(843.873)	(958.585)	(934.016)
<b>Receitas de vendas e/ou serviços</b>	<b>1.841.910</b>	<b>2.077.208</b>	<b>2.281.100</b>	<b>2.548.405</b>

	Períodos de nove meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
<b>Receita bruta de vendas e/ou serviços</b>	<b>10.410.522</b>	<b>11.349.965</b>	<b>12.384.862</b>	<b>13.322.509</b>
<b>Deduções da receita bruta</b>	<b>(4.705.688)</b>	<b>(4.996.721)</b>	<b>(5.377.686)</b>	<b>(5.565.407)</b>
Tributos	(2.154.604)	(2.421.829)	(2.531.629)	(2.766.018)
Outras deduções	(2.551.084)	(2.574.892)	(2.846.057)	(2.799.389)
<b>Receitas de vendas e/ou serviços</b>	<b>5.704.834</b>	<b>6.353.244</b>	<b>7.007.176</b>	<b>7.757.102</b>

## Notas Explicativas

### 5. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. O detalhamento das despesas por natureza é apresentado a seguir:

	Períodos de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Serviços de terceiros	(515.181)	(482.403)	(570.684)	(557.699)
Interconexão	(471.169)	(494.651)	(429.586)	(493.765)
Depreciação e amortização	(178.133)	(177.161)	(260.030)	(260.645)
Pessoal	(122.325)	(84.967)	(228.318)	(179.717)
Aluguéis e seguros	(83.463)	(74.571)	(117.724)	(103.056)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(51.487)	(43.079)	(63.625)	(65.868)
FISTEL	(4.489)	(4.476)	(32.284)	(25.049)
Publicidade e propaganda	(15.155)	(28.836)	(28.183)	(42.910)
Meios de conexão	(63.313)	(36.836)	(20.241)	(22.177)
Materiais	(17.797)	(16.028)	(18.710)	(24.181)
Taxa de prorrogação do contrato de concessão - ANATEL	(11.610)	(14.965)	(11.610)	(14.965)
Custo de aparelhos e outros			(5.176)	(10.066)
Outros custos e despesas	(2.284)	(4.408)	(3.266)	(14.516)
<b>Total</b>	<b>(1.536.406)</b>	<b>(1.462.381)</b>	<b>(1.789.437)</b>	<b>(1.814.614)</b>
<b>Classificados como:</b>				
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(1.010.511)	(941.998)	(1.170.275)	(1.170.024)
Despesas com vendas	(237.744)	(194.986)	(256.518)	(232.611)
Despesas gerais e administrativas	(288.151)	(325.397)	(362.644)	(411.979)
<b>Total</b>	<b>(1.536.406)</b>	<b>(1.462.381)</b>	<b>(1.789.437)</b>	<b>(1.814.614)</b>

**Notas Explicativas**

	<b>Períodos de nove meses findos em</b>			
	<b>CONTROLADORA</b>		<b>CONSOLIDADO</b>	
	<b>30/09/2011</b>	<b>30/09/2010</b>	<b>30/09/2011</b>	<b>30/09/2010</b>
Serviços de terceiros	(1.453.727)	(1.443.667)	(1.659.365)	(1.616.635)
Interconexão	(1.370.116)	(1.495.900)	(1.292.346)	(1.491.227)
Depreciação e amortização	(529.157)	(534.611)	(774.090)	(790.030)
Pessoal	(318.711)	(261.187)	(628.774)	(565.078)
Aluguéis e seguros	(224.906)	(202.323)	(328.328)	(295.466)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(211.205)	(226.506)	(268.504)	(287.174)
FISTEL	(13.468)	(13.426)	(108.212)	(82.291)
Publicidade e propaganda	(61.562)	(66.151)	(105.599)	(110.505)
Meios de conexão	(156.117)	(114.397)	(61.515)	(75.227)
Materiais	(40.131)	(54.076)	(46.646)	(82.370)
Taxa de prorrogação do contrato de concessão - ANATEL	(37.410)	(42.264)	(37.410)	(42.264)
Custo de aparelhos e outros			(18.635)	(40.035)
Outros custos e despesas	(7.292)	(6.401)	(9.431)	(29.353)
<b>Total</b>	<b>(4.423.802)</b>	<b>(4.460.909)</b>	<b>(5.338.855)</b>	<b>(5.507.655)</b>
<b>Classificados como:</b>				
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(2.852.948)	(2.927.146)	(3.424.360)	(3.594.724)
Despesas com vendas	(720.056)	(659.225)	(843.448)	(772.419)
Despesas gerais e administrativas	(850.798)	(874.538)	(1.071.047)	(1.140.512)
<b>Total</b>	<b>(4.423.802)</b>	<b>(4.460.909)</b>	<b>(5.338.855)</b>	<b>(5.507.655)</b>

## Notas Explicativas

### 6. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Períodos de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
<b>Outras receitas operacionais</b>				
Aluguel de infraestrutura operacional e outros	42.956	36.931	31.225	24.921
Multas	18.554	21.273	22.411	23.141
Recuperação de tributos e despesas recuperadas (i)	86.654	5.278	89.116	13.628
Serviços técnicos e administrativos	17.790	15.676	17.616	15.862
Receitas na venda de imobilizado	4.004	2.620	4.768	8.650
Outras receitas	3.415	40.632	6.942	42.870
<b>Total</b>	<b>173.373</b>	<b>122.410</b>	<b>172.078</b>	<b>129.072</b>
<b>Outras despesas operacionais</b>				
Provisões/Reversões	(185.987)	57.268	(198.914)	57.313
Tributos	(38.022)	(35.823)	(67.576)	(69.671)
Custas processuais	(12.006)	(12.543)	(12.546)	(12.886)
Participação de empregados e administradores		(23.534)	(5.623)	(37.693)
Baixa de imobilizado	(4.447)	619	(4.273)	(4.064)
Multas	(4.173)	(11.754)	(3.749)	(12.399)
Outras despesas	(3.612)	(8.784)	(7.063)	(7.040)
<b>Total</b>	<b>(248.247)</b>	<b>(34.551)</b>	<b>(299.744)</b>	<b>(86.440)</b>

	Períodos de nove meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
<b>Outras receitas operacionais</b>				
Aluguel de infraestrutura operacional e outros	125.756	102.438	90.628	66.127
Recuperação de tributos e despesas recuperadas (i)	136.918	13.456	150.956	40.566
Multas	57.510	62.691	69.050	70.065
Serviços técnicos e administrativos	50.835	46.341	51.293	48.129
Dividendos prescritos	50.330		50.330	
Receitas na venda de imobilizado	11.284	8.749	14.513	42.720
Outras receitas	21.530	54.061	32.295	59.946
<b>Total</b>	<b>454.163</b>	<b>287.736</b>	<b>459.065</b>	<b>327.553</b>
<b>Outras despesas operacionais</b>				
Provisões/Reversões	(466.394)	(279.469)	(492.609)	(287.736)
Tributos	(111.928)	(112.902)	(201.218)	(208.513)
Custas Processuais	(36.053)	(35.343)	(37.532)	(35.712)
Participação de empregados e administradores	(7.769)	(50.985)	(23.951)	(76.915)
Baixa de imobilizado	(10.466)	(5.350)	(19.490)	(31.998)
Multas	(15.209)	(20.559)	(18.624)	(22.408)
Outras despesas	(16.864)	(22.064)	(20.546)	(16.629)
<b>Total</b>	<b>(664.683)</b>	<b>(526.672)</b>	<b>(813.970)</b>	<b>(679.911)</b>

- (i) Refere-se ao reconhecimento da recuperação de gastos com benefícios pós-emprego (planos de aposentadoria) relacionados ao fundo de pensão superavitário PBS-A administrado pela Sistel, no valor de R\$ 71 milhões na controladora e no consolidado, cuja contrapartida está na rubrica “Demais ativos – Valores a receber”.

## Notas Explicativas

### 7. RESULTADO FINANCEIRO

	Períodos de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
<b>Receitas financeiras</b>				
Juros e variações monetárias sobre outros ativos	149.558	18.213	166.978	14.649
Atualização monetária de depósitos judiciais	94.825	95.160	99.190	96.221
Rendimentos de aplicações financeiras	21.499	52.683	93.884	84.146
Juros, variações monetárias e outros a receber de empresas ligadas	3.129	52.269	83.401	65.050
Descontos financeiros obtidos	1.494	205	3.162	424
Outras receitas financeiras	1.208	431	1.866	(5.053)
<b>Total</b>	<b>271.713</b>	<b>218.961</b>	<b>448.481</b>	<b>255.437</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(63.820)	(44.507)	(85.081)	(72.246)
Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros	(46.946)	(57.734)	(61.506)	(64.419)
Juros sobre debêntures	(48.074)	(38.464)	(48.074)	(38.464)
Operações com instrumentos financeiros derivativos	(39.127)	(5.529)	(39.127)	(5.529)
Juros e comissões sobre empréstimos a pagar a empresas ligadas	(55.295)	(14.294)	(10.011)	
Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários	(1.850)	(456)	(1.987)	(681)
Variação monetária e cambial sobre empréstimos a pagar a terceiros	(145)	21.978	(145)	22.000
Atualização monetária de provisões	15.647	(42.351)	15.411	(45.480)
Outras despesas financeiras	(19.928)	(25.812)	(12.846)	(32.295)
<b>Total</b>	<b>(259.538)</b>	<b>(207.169)</b>	<b>(243.366)</b>	<b>(237.114)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>12.175</b>	<b>11.792</b>	<b>205.115</b>	<b>18.323</b>

**Notas Explicativas**

	Períodos de nove meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
<b>Receitas financeiras</b>				
Rendimentos de aplicações financeiras	48.978	98.769	279.358	181.304
Atualização monetária de depósitos judiciais	233.880	242.477	241.128	245.193
Juros, variações monetárias e outros a receber de empresas ligadas	9.351	138.063	228.111	170.502
Juros e variações monetárias sobre outros ativos	179.166	51.936	200.904	55.390
Descontos financeiros obtidos	8.350	281	13.179	1.627
Outras receitas financeiras	1.450	4.721	3.300	6.277
<b>Total</b>	<b>481.175</b>	<b>536.247</b>	<b>965.980</b>	<b>660.293</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(160.522)	(106.815)	(254.738)	(194.053)
Reversão de atualização monetária sobre depósitos judiciais (i)	(198.853)		(198.853)	
Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros	(139.460)	(175.668)	(181.411)	(195.774)
Juros sobre debêntures	(122.876)	(103.745)	(122.876)	(103.745)
Atualização monetária de provisões	(115.901)	(176.193)	(120.914)	(186.239)
Operações com instrumentos financeiros derivativos	(41.561)	(6.685)	(41.561)	(6.685)
Juros e comissões sobre empréstimos a pagar a empresas ligadas	(119.872)	(36.842)	(34.095)	
Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários	(5.021)	(772)	(5.221)	(1.061)
Variação monetária e cambial sobre empréstimos a pagar a terceiros	25	296	24	109
Outras despesas financeiras	(39.506)	(48.952)	(42.553)	(61.570)
<b>Total</b>	<b>(943.547)</b>	<b>(655.376)</b>	<b>(1.002.198)</b>	<b>(749.018)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(462.372)</b>	<b>(119.129)</b>	<b>(36.218)</b>	<b>(88.725)</b>

- (i) No primeiro trimestre de 2011 a Companhia revisou a estimativa de atualização monetária sobre depósitos judiciais, resultando em uma reversão da atualização monetária nos montantes apresentados.

## Notas Explicativas

### 8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%.

Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

	Períodos de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro				
Tributos correntes	(3.412)	47.281	(77.767)	19.039
Tributos diferidos	(65.387)	(276.315)	(93.310)	(272.836)
<b>Total</b>	<b>(68.799)</b>	<b>(229.034)</b>	<b>(171.077)</b>	<b>(253.797)</b>

	Períodos de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	466.784	770.013	569.112	794.746
<b>Resultado das empresas não-sujeitas ao cálculo de IR/CSLL</b>			10.290	752
<b>Total do resultado tributado</b>	466.784	770.013	579.402	795.498
<b>IRPJ E CSLL</b>				
IRPJ + CSLL sobre o resultado tributado	(158.707)	(261.804)	(196.997)	(270.469)
Equivalência patrimonial	76.152	18.882		
Exclusões (adições) permanentes (i)	13.756	13.888	25.879	10.959
Compensação de prejuízos fiscais/base negativa da CSLL				7.478
Ativo fiscal diferido não constituído (ii)			41	(1.765)
<b>Efeito de IRPJ/CSLL na demonstração de resultado</b>	<b>(68.799)</b>	<b>(229.034)</b>	<b>(171.077)</b>	<b>(253.797)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>14,74%</b>	<b>29,74%</b>	<b>29,53%</b>	<b>31,90%</b>

**Notas Explicativas**

	Períodos de nove meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro				
Tributos correntes	(16.722)	(74.324)	(190.214)	(142.682)
Tributos diferidos	(161.126)	(373.125)	(221.930)	(399.785)
<b>Total</b>	<b>(177.848)</b>	<b>(447.449)</b>	<b>(412.144)</b>	<b>(542.467)</b>

	Períodos de nove meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	1.042.900	1.713.436	1.277.198	1.808.364
<b>Resultado das empresas não-sujeitas ao cálculo de IR/CSLL</b>			8.415	(2.035)
<b>Total do resultado tributado</b>	1.042.900	1.713.436	1.285.613	1.806.329
<b>IRPJ E CSLL</b>				
IRPJ + CSLL sobre o resultado tributado	(354.586)	(582.568)	(437.108)	(614.152)
Equivalência patrimonial	147.818	60.917		
Exclusões (adições) permanentes (i)	28.920	74.202	24.987	79.728
Compensação de prejuízos fiscais/base negativa da CSLL				21.074
Ativo fiscal diferido não constituído (ii)			(23)	(29.117)
<b>Efeito de IRPJ/CSLL na demonstração de resultado</b>	<b>(177.848)</b>	<b>(447.449)</b>	<b>(412.144)</b>	<b>(542.467)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>17,05%</b>	<b>26,11%</b>	<b>32,06%</b>	<b>30,03%</b>

(i) Os principais itens de efeitos tributários de exclusão (adição) permanentes são: multas indedutíveis, patrocínios e doações indedutíveis, receitas de dividendos prescritos, amortização de ágio (período pré-incorporação), reversões de provisões e aplicação no FINOR.

(ii) Referem-se a ajustes aos ativos fiscais diferidos em decorrência de controladas que não constituem crédito tributário sobre prejuízos fiscais e base negativa.

As Informações Trimestrais findas em 30 de setembro de 2011 foram elaboradas considerando as melhores estimativas da Administração e os procedimentos instituídos pelo RTT – Regime Tributário Transitório.

## Notas Explicativas

### 9. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas, nos períodos findos em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, são classificadas como mantidos para negociação e são mensuradas pelos respectivos valores justos.

#### (a) Caixa e equivalentes de caixa

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Caixa e contas bancárias	4.035	73.774	49.865	130.173
Equivalentes de caixa	2.134.475	1.714.227	3.722.021	3.086.764
<b>Total</b>	<b>2.138.510</b>	<b>1.788.001</b>	<b>3.771.886</b>	<b>3.216.937</b>

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Fundos de investimentos exclusivos	910.919	1.662.265	2.407.797	2.778.089
CDB – Certificado de Depósito Bancário	6.619	51.672	73.738	234.577
<i>Time Deposits</i> (*)	1.123.913		1.123.913	
Nota de cupom cambial	92.701		92.701	
Investimentos no exterior	323	290	23.872	74.098
<b>Equivalentes de caixa</b>	<b>2.134.475</b>	<b>1.714.227</b>	<b>3.722.021</b>	<b>3.086.764</b>

(\*) Refere-se à aplicação do montante captado através de emissão de “*Senior Notes*” em setembro de 2011, conforme Nota 19.

#### (b) Aplicações financeiras

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Fundos de investimentos exclusivos	35.824	582.115	939.414	832.077
Títulos privados	13.034		13.034	
<b>Aplicações financeiras</b>	<b>48.858</b>	<b>582.115</b>	<b>952.448</b>	<b>832.077</b>
Circulante	35.824	582.115	939.414	832.077
Não circulante	13.034		13.034	

#### (c) Composição das carteiras dos fundos de investimentos exclusivos

Todos os fundos de investimento nos quais a BrT e suas controladas aplicam recursos são fundos exclusivos do grupo, dos quais, em 30 de setembro de 2011, a BrT possui aproximadamente 10% (31/12/2010 – 29%), a controlada BrT Celular 17% (31/12/2010 – 10%), e as demais controladas 10% (31/12/2010 – 7%) de participação nas quotas destes fundos, somando 37% (31/12/2010 – 46%) no consolidado da BrT.

As carteiras dos fundos exclusivos são compostas dos títulos demonstrados no quadro abaixo que apresentam os saldos dos fundos consolidados:

## Notas Explicativas

	Saldos consolidados dos fundos de investimentos exclusivos	
	30/09/2011	31/12/2010
Operações compromissadas	5.827.781	5.747.697
CDB – Certificado de Depósito Bancário	1.274.882	265.732
<i>Time Deposits</i>	563.012	
Títulos privados		1.880
Títulos públicos		3.256
Outros	3.767	18.587
<b>Títulos classificados em equivalentes de caixa</b>	<b>7.669.442</b>	<b>6.037.152</b>
Títulos públicos	1.488.151	1.357.585
CDB – Certificado de Depósito Bancário	59.291	55.002
<i>Time Deposits</i>		199.229
<i>Bonds</i>	2.181	219.296
<b>Títulos classificados em aplicações financeiras de curto prazo</b>	<b>1.549.623</b>	<b>1.831.112</b>
<b>Total aplicado em fundos exclusivos</b>	<b>9.219.065</b>	<b>7.868.264</b>

A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras em fundos de investimentos exclusivos no Brasil e no exterior, que possuem como objetivo remunerar o caixa, tendo como “*benchmark*”, o CDI no Brasil e a LIBOR no exterior.

### 10. CONTAS A RECEBER

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Serviços faturados	1.374.615	1.418.673	1.645.777	1.757.622
Serviços a faturar	823.493	788.041	880.079	855.575
Aparelhos e acessórios vendidos	2.466	1.013	18.536	23.449
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(502.906)	(488.938)	(587.831)	(566.738)
<b>Total</b>	<b>1.697.668</b>	<b>1.718.789</b>	<b>1.956.561</b>	<b>2.069.908</b>
A faturar	823.493	788.041	880.079	855.575
A vencer	462.261	469.341	658.925	707.235
A receber de outros provedores	222.910	274.268	260.812	310.636
Vencidas até 60 dias	411.723	406.033	433.466	443.303
Vencidas de 61 a 90 dias	70.589	70.542	75.218	84.230
Vencidas de 91 a 120 dias	47.296	54.988	52.036	63.815
Vencidas de 121 a 150 dias	45.353	41.369	49.579	51.883
Vencidas de 151 a 180 dias	116.949	103.145	134.277	119.969
<b>Total</b>	<b>2.200.574</b>	<b>2.207.727</b>	<b>2.544.392</b>	<b>2.636.646</b>

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes da Companhia são as seguintes:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
<b>Saldo em 31/12/2010</b>	<b>(488.938)</b>	<b>(566.738)</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(211.205)	(268.504)
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis	197.237	247.411
<b>Saldo em 30/09/2011</b>	<b>(502.906)</b>	<b>(587.831)</b>

## Notas Explicativas

### 11. CRÉDITOS ENTRE EMPRESAS LIGADAS

	CONTROLADORA	
	30/09/2011	31/12/2010
Mútuo com controlada	5.423	1.490
Juros sobre mútuo	358	58
<b>Total</b>	<b>5.781</b>	<b>1.548</b>
Circulante		1.548
Não circulante	5.781	

A BrT firmou contratos de mútuos com as subsidiárias BrT Call Center em 20 de maio de 2009 e Vant Telecomunicações em 21 de maio de 2010. Os contratos vencerão nos dias 16 e 19 de maio de 2012 respectivamente. A remuneração destes mútuos corresponde à taxa de 115% do CDI e os juros são pagos juntamente com o principal no final do contrato.

	CONSOLIDADO	
	30/09/2011	31/12/2010
Debêntures privadas – principal	1.500.000	1.500.000
Juros sobre debêntures privadas	639.244	411.134
<b>Total</b>	<b>2.139.244</b>	<b>1.911.134</b>
Não circulante	2.139.244	1.911.134

#### Debêntures privadas de emissão da TMAR

Direitos da Companhia, adquiridos por incorporação

Os direitos da Companhia referem-se à subscrição pela incorporada BrT Part, em 17 de fevereiro de 2009, de 11.648 debêntures não conversíveis em ações, emitidas pela controladora indireta TMAR, pelo valor nominal unitário de R\$ 103, importando no montante de R\$ 1.200.000. O prazo de vencimento destas debêntures é de cinco anos, marcado para o dia 11 de dezembro de 2013. A remuneração corresponde à Taxa DI capitalizada de um “*spread*” de 4,0% a.a. e seu recebimento coincide com a data de vencimento das debêntures. Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia transferiu o direito sobre as referidas debêntures para a BrT Celular, como integralização parcial do aumento de capital realizado nesta controlada.

#### Subscrição pela BrT Celular

A BrT Celular subscreveu em 12 de março de 2009, 2.885 debêntures não conversíveis em ações, emitidas pela TMAR, pelo valor nominal unitário de R\$ 104, importando no montante de R\$ 300.000. O prazo de vencimento destas debêntures é de cinco anos, marcado para a data de 11 de dezembro de 2013. A remuneração corresponde à Taxa DI capitalizada de 4,0% a.a. e seu recebimento coincide com a data de vencimento das debêntures.

## Notas Explicativas

## 12. TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS SOBRE A RENDA

	Ativo			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
<b>Tributos correntes a recuperar</b>				
IR a recuperar	19.229	125.374	123.732	193.070
CS a recuperar	3.513	49.674	42.256	71.673
IRRF/CSLL – Impostos retidos na fonte (ii)	26.154	39.700	43.396	70.211
<b>Circulante</b>	<b>48.896</b>	<b>214.748</b>	<b>209.384</b>	<b>334.954</b>
<b>Tributos diferidos a recuperar</b>				
IR sobre diferenças temporárias e créditos fiscais – ágio incorporado (i)	2.951.137	3.142.734	3.042.196	3.259.485
CS sobre diferenças temporárias e créditos fiscais – ágio incorporado (i)	1.017.228	1.085.054	1.042.851	1.110.269
IR sobre prejuízos fiscais (i)	72.383		644.382	600.424
CS sobre base negativa (i)	16.284		232.610	229.533
Provisão para perda de recuperabilidade (i)			(5.327)	(5.304)
Outros tributos diferidos (iii)	68.711	49.113	112.990	82.036
<b>Não circulante</b>	<b>4.125.743</b>	<b>4.276.901</b>	<b>5.069.702</b>	<b>5.276.443</b>
<b>Adições (Exclusões) temporárias por natureza:</b>	<b>3.968.365</b>	<b>4.227.788</b>	<b>4.085.047</b>	<b>4.369.754</b>
Provisões	1.503.150	1.423.267	1.531.808	1.448.449
Provisões de impostos e contribuições com exigibilidade suspensa (Principal)	140.506	156.621	159.864	182.538
Provisões para fundos de pensão	205.994	220.811	206.763	221.999
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	170.988	166.239	199.821	192.828
Variações cambiais	(95.317)	(49.884)	(95.323)	(39.663)
Reclassificação ágio da licença e mais-valia	2.261.328	2.466.662	2.261.328	2.466.662
Outras adições e exclusões temporárias	(225.006)	(175.786)	(195.205)	(137.540)
Subsídios e Fistel			8.119	11.994
Provisão para desmobilização de ativos	3.624	7.465	4.774	10.094
Reconhecimento de receita	3.098	12.393	3.098	12.393

	Passivo			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
<b>Tributos correntes a recolher</b>				
Imposto de renda a pagar	3.328	76.758	125.945	145.133
Contribuição social a pagar	1.200	29.863	46.701	51.711
<b>Circulante</b>	<b>4.528</b>	<b>106.621</b>	<b>172.646</b>	<b>196.844</b>
<b>Tributos diferidos a recolher</b>				
Imposto de renda e contribuição social diferidos – Lei nº 8.200/1991		5.418		5.418
Imposto de renda e contribuição social diferidos – RTT		4.212		5.798
<b>Não circulante</b>		<b>9.630</b>		<b>11.216</b>

## Notas Explicativas

- (i) A Companhia e suas controladas registram seus créditos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias, dos prejuízos fiscais e da base negativa da contribuição social. Conforme estudo técnico aprovado pelos órgãos da administração da Companhia, submetido à aprovação do Conselho Fiscal, a geração de lucros tributáveis nos próximos dez anos, ajustados a valor presente, será suficiente para absorver esses créditos tributários como segue no quadro abaixo. A Companhia e suas controladas compensam seus prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, até o limite de 30% do lucro fiscal apurado, conforme legislação fiscal vigente.

A seguir estão apresentados os prazos de expectativa de realização dos ativos de tributos diferidos e crédito fiscal incorporado, líquidos da provisão reconhecida:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2011	117.447	134.259
2012	542.449	726.939
2013	499.658	779.763
2014	471.258	811.407
2015	417.039	495.163
De 2016 a 2018	983.322	983.322
De 2019 a 2021	461.456	461.456
De 2022 a 2024	422.357	422.357
De 2025 e exercícios seguintes	142.046	142.046
<b>Total</b>	<b>4.057.032</b>	<b>4.956.712</b>
Não circulante	<b>4.057.032</b>	<b>4.956.712</b>

A recuperação prevista no valor de R\$ 564.403 a partir do ano de 2022 decorre da amortização do saldo de ágio fundamentado na licença de STFC e no ágio do imobilizado mais valia, com aproveitamento fiscal previsto para os exercícios de 2022 a 2034.

Em 30 de setembro de 2011, em conformidade com a Instrução CVM nº 319/1999, alterada pela Instrução CVM nº 349/2001, os saldos (i) da licença do STFC registrada na Companhia através das incorporações da Copart 2 e BrT Part, no montante de R\$ 1.973.229, foi transferido do intangível para o ativo não circulante de tributos sobre o lucro. (ii) O montante de R\$ 288.098 foi transferido do imobilizado para o ativo não circulante de tributos sobre o lucro.

Para as controladas diretas e indiretas que não apresentaram histórico de rentabilidade e ou expectativa de geração de lucros tributáveis suficientes nos próximos dez anos, os créditos tributários sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social não foram reconhecidos na sua totalidade, bem como os créditos tributários sobre diferenças temporárias. Os créditos não reconhecidos contabilmente totalizaram R\$ 60.054 (31/12/2010 - R\$ 56.906).

- (ii) A Companhia e suas controladas registram créditos de IRRF sobre aplicações financeiras, mútuo, dividendos e outros que são utilizados como dedução nas apurações dos períodos.
- (iii) Referem-se principalmente a antecipações de tributos federais, os quais serão compensados com tributos federais a serem apurados futuramente.

## Notas Explicativas

## Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	CONTROLADORA					
	Saldo em 31/12/2010	Reconhecido no resultado de IR/CS diferidos	Adições / Compensações	Transf.saldo inicial do passivo diferido p/ ativo diferido	Reconhecido no resultado financeiro	Saldo em 30/09/2011
<b>Impostos diferidos (passivos) ativos com relação a:</b>						
Provisões	1.423.267	79.883				1.503.150
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa (Principal)	156.621	(16.115)				140.506
Provisões para fundos de pensão	220.811	(14.817)				205.994
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	166.239	4.749				170.988
Variações cambiais	(49.884)	(45.433)				(95.317)
Reclassificação ágio da licença e mais-valia	2.466.662	(205.334)				2.261.328
Outras adições e exclusões temporárias	(175.786)	(39.590)		(9.630)		(225.006)
Provisão para desmobilização de ativos	7.465	(3.841)				3.624
Reconhecimento de receita	12.393	(9.295)				3.098
Prejuízos fiscais		72.383				72.383
Base negativa de CSSL		16.284				16.284
Outros tributos diferidos – Saldo credor de exercícios anteriores	49.113		12.605		6.993	68.711
<b>Total</b>	<b>4.276.901</b>	<b>(161.126)</b>	<b>12.605</b>	<b>(9.630)</b>	<b>6.993</b>	<b>4.125.743</b>
<b>Imposto diferido passivo com relação a:</b>						
Outras adições e exclusões temporárias	(9.630)			9.630		
<b>Total</b>	<b>(9.630)</b>			<b>9.630</b>		
<b>Total</b>	<b>4.267.271</b>	<b>(161.126)</b>	<b>12.605</b>		<b>6.993</b>	<b>4.125.743</b>

	CONSOLIDADO					
	Saldo em 31/12/2010	Reconhecido no resultado de IR/CS diferidos	Adições / Compensações	Transf.saldo inicial do passivo diferido p/ ativo diferido	Reconhecido no resultado financeiro	Saldo em 30/09/2011
<b>Impostos diferidos (passivos) ativos com relação a:</b>						
Provisões	1.448.449	83.359				1.531.808
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa (Principal)	182.538	(22.674)				159.864
Provisões para fundos de pensão	221.999	(15.236)				206.763
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	192.828	6.993				199.821
Variações cambiais	(39.663)	(55.660)				(95.323)
Reclassificação ágio da licença e mais-valia	2.466.662	(205.334)				2.261.328
Outras adições e exclusões temporárias	(137.540)	(46.449)		(11.216)		(195.205)
Subsídios e Fistel	11.994	(3.875)				8.119
Provisão para desmobilização de ativos	10.094	(5.320)				4.774
Reconhecimento de receita	12.393	(9.295)				3.098
Provisão para perda de recuperabilidade	(5.304)	(23)				(5.327)
Prejuízos fiscais	600.424	47.394	(3.436)			644.382
Base negativa de CSSL	229.533	4.190	(1.113)			232.610
Outros tributos diferidos – Saldo credor de exercícios anteriores	82.036		21.212		9.742	112.990
<b>Total</b>	<b>5.276.443</b>	<b>(221.930)</b>	<b>16.663</b>	<b>(11.216)</b>	<b>9.742</b>	<b>5.069.702</b>
<b>Imposto diferido passivo com relação a:</b>						
Outras adições e exclusões temporárias	(11.216)			11.216		
<b>Total</b>	<b>(11.216)</b>			<b>11.216</b>		
<b>Total</b>	<b>5.265.227</b>	<b>(221.930)</b>	<b>16.663</b>		<b>9.742</b>	<b>5.069.702</b>

## Notas Explicativas

### 13. OUTROS TRIBUTOS

	Ativo			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
ICMS a recuperar (i)	493.545	357.630	695.279	496.577
PIS e COFINS	65.302	65.647	75.584	84.178
Outros	3.225	2.132	12.583	8.970
<b>Total</b>	<b>562.072</b>	<b>425.409</b>	<b>783.446</b>	<b>589.725</b>
Circulante	420.995	294.748	610.857	416.674
Não circulante	141.077	130.661	172.589	173.051

	Passivo			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
ICMS	558.949	517.614	689.342	596.297
ICMS Convênio nº 69/1998	38.735	30.482	40.947	31.788
PIS e COFINS	740.021	601.224	852.374	688.288
FUST/FUNTEL/Radio fusão	158.349	147.977	193.724	178.843
Outros	13.736	43.389	26.431	53.785
<b>Total</b>	<b>1.509.790</b>	<b>1.340.686</b>	<b>1.802.818</b>	<b>1.549.001</b>
Circulante	973.980	735.994	1.205.371	856.290
Não circulante	535.810	604.692	597.447	692.711

(i) O ICMS a recuperar é decorrente, em sua maior parte, das antecipações e dos créditos constituídos na aquisição de bens do imobilizado, cuja compensação com as obrigações fiscais desse imposto ocorre em até 48 meses, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

### 14. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Cíveis	4.883.588	4.326.630	4.964.692	4.376.651
Trabalhistas	815.303	626.136	828.559	636.118
Tributárias	698.076	622.367	739.540	637.167
<b>Total</b>	<b>6.396.967</b>	<b>5.575.133</b>	<b>6.532.791</b>	<b>5.649.936</b>
Circulante	1.432.293	1.357.777	1.468.652	1.383.914
Não circulante	4.964.674	4.217.356	5.064.139	4.266.022

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, os depósitos judiciais são atualizados monetariamente.

## Notas Explicativas

### 15. DEMAIS ATIVOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Valores a receber	136.656	81.684	167.103	52.224
Adiantamento e valores a recuperar de fornecedor	83.346	106.372	84.843	126.015
Taxa Fistel de manutenção (i)	16.377		43.167	
Publicidade e propaganda e patrocínio	11.070	5.128	23.227	9.560
Manutenção de softwares	13.861	4.144	20.143	7.068
Adiantamentos a empregados	8.440	17.799	13.101	24.447
Aluguel de faixa de domínio, circuitos e outros	7.891	1.124	12.839	3.043
Fiança bancária	10.115		10.248	
Editoração de listas telefônicas	4.428	8.218	4.428	8.218
Seguros	1.363	2.952	2.921	4.173
Outros	11.363	17.638	14.266	22.708
<b>Total</b>	<b>304.910</b>	<b>245.059</b>	<b>396.286</b>	<b>257.456</b>
Circulante	254.669	217.290	327.185	218.010
Não circulante	50.241	27.769	69.101	39.446

- (i) Taxa do FISTEL – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, paga anualmente a ANATEL com a finalidade de cobrir os gastos necessários ao exercício da atividade de fiscalização do setor de telecomunicações, em conformidade com a legislação aplicável, é registrada como despesa antecipada e tem sua apropriação mensal ao resultado ao longo do ano.

### 16. INVESTIMENTOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Participações avaliadas pela equivalência patrimonial	7.659.135	5.749.706		
Participações avaliadas pelo custo de aquisição	3.699	3.699	5.419	5.199
Incentivos fiscais, líquidos das provisões para perdas	3.057	130	3.057	130
Ágio “Goodwill”	11.618	11.618		
Outros investimentos	23	23	41	41
<b>Total</b>	<b>7.677.532</b>	<b>5.765.176</b>	<b>8.517</b>	<b>5.370</b>

#### Resumo das movimentações dos saldos de investimento

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
<b>Saldo em 31/12/2010</b>	<b>5.765.176</b>	<b>5.370</b>
Equivalência patrimonial	434.760	
Transferência de passivo a descoberto da Vant	6.444	
Incentivos fiscais, líquidos das provisões para perdas	2.927	2.927
Aumento de capital	1.468.225	
Outros		220
<b>Saldo em 30/09/2011</b>	<b>7.677.532</b>	<b>8.517</b>

Em dezembro de 2010, foi aprovada a proposta de aumento do capital social da BrT Celular, no valor de R\$ 3 bilhões. A integralização pela Companhia ocorreu da seguinte forma: (i) em 2010, mediante a transferência de debêntures de emissão da TMAR de titularidade da Companhia, no montante de R\$ 1.531.775; e (ii) em moeda corrente em 2011, no montante de R\$ 1.468.225.

## Notas Explicativas

Os principais dados relativos às participações avaliadas pelo método de equivalência patrimonial são os seguintes:

			CONTROLADORA				
			30/09/2011				
			Quantidade em milhares			Participação - %	
			Ações		Cotas		
Controladas	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro (prejuízo) líquido do período	Ordinárias	Preferenciais	Cotas	Capital total	Capital votante
BrT Celular	6.141.247	246.278	4.473.443			100	100
BrTI	378.876	2.941	685.154			100	100
BrT CS	603.238	136.835			272.443.966	99,99	99,99
BrT Multimídia	499.344	58.100			399.253	90,46	90,46
VANT	(8.731)	(6.444)	141.511.999			99,99	99,99
BrT Call Center	22.815	2.420	11.270	22.370		100	100
BrT Card	9.132	485			7.499.999	100	100
iG Brasil	278.754	(1.822)	112.047.365			13,64	13,64
iG Participações	87.888	(654)	125.502			0,16	0,16
NTPA	13.946	(62)			32.645.507	100	100

	CONTROLADORA							
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em		Valor do investimento		Provisão para passivo a descoberto	
	Equivalência patrimonial		Equivalência patrimonial					
	Controladas	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011
BrT Celular	123.985	6.995	246.278	(10.509)	6.141.246	4.426.743		
BrTI	8.838	(3.584)	2.941	7.783	378.876	375.935		
BrT CS	68.140	31.978	136.835	112.372	603.238	466.404		
BrT Multimídia	21.724	18.783	52.557	57.037	451.702	399.145		
VANT	(1.582)	1.435	(6.444)	(746)			(8.731)	(2.287)
BrT Call Center	1.294	787	2.420	(796)	22.815	20.395		
BrT Card	180	139	485	376	9.132	8.648		
iG Brasil	1.129	(1.685)	(249)	2.012	38.036	38.283		
iG Participações	4	(3)	(1)	11	144	145		
NTPA	267	(187)	(62)	10.564	13.946	14.008		
NTIN		877		1.062				
<b>Total</b>	<b>223.979</b>	<b>55.535</b>	<b>434.760</b>	<b>179.166</b>	<b>7.659.135</b>	<b>5.749.706</b>	<b>(8.731)</b>	<b>(2.287)</b>

## Notas Explicativas

## 17. IMOBILIZADO

CONTROLADORA							
	Obras em andamento	Equipamentos de comutação automática	Equipamentos de transmissão e outros (1)	Infraestrutura	Prédios	Outros ativos	Total
<b>Custo do imobilizado (valor bruto)</b>							
<b>Saldo em 31/12/2010</b>	<b>449.352</b>	<b>5.112.512</b>	<b>14.307.287</b>	<b>3.865.597</b>	<b>1.025.977</b>	<b>1.647.942</b>	<b>26.408.667</b>
Adições	526.503	28	130.610	1.194	1	8.364	666.700
Baixas	(2.662)	(11.467)	(29.206)	(8.502)		(2.835)	(54.672)
Transferências	(451.111)	19.871	316.962	84.684	1.223	8.089	(20.282)
<b>Saldo em 30/09/2011</b>	<b>522.082</b>	<b>5.120.944</b>	<b>14.725.653</b>	<b>3.942.973</b>	<b>1.027.201</b>	<b>1.661.560</b>	<b>27.000.413</b>
<b>Depreciação acumulada</b>							
<b>Saldo em 31/12/2010</b>		<b>(4.954.771)</b>	<b>(12.577.492)</b>	<b>(3.015.364)</b>	<b>(627.098)</b>	<b>(1.462.471)</b>	<b>(22.637.196)</b>
Despesas de depreciação		(17.858)	(253.957)	(131.781)	(3.545)	(25.761)	(432.902)
Baixas		11.344	24.172	7.115		2.754	45.385
<b>Saldo em 30/09/2011</b>		<b>(4.961.285)</b>	<b>(12.807.277)</b>	<b>(3.140.030)</b>	<b>(630.643)</b>	<b>(1.485.478)</b>	<b>(23.024.713)</b>
<b>Imobilizado líquido</b>							
Saldo em 31/12/2010	<b>449.352</b>	<b>157.741</b>	<b>1.729.795</b>	<b>850.233</b>	<b>398.879</b>	<b>185.471</b>	<b>3.771.471</b>
Saldo em 30/09/2011	<b>522.082</b>	<b>159.659</b>	<b>1.918.376</b>	<b>802.943</b>	<b>396.558</b>	<b>176.082</b>	<b>3.975.700</b>
Taxa anual de depreciação (média)		10,01%	10,01%	5,81%	4,09%	12,43%	

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

CONSOLIDADO							
	Obras em andamento	Equipamentos de comutação automática	Equipamentos de transmissão e outros (1)	Infraestrutura	Prédios	Outros ativos	Total
<b>Custo do imobilizado (valor bruto)</b>							
<b>Saldo em 31/12/2010</b>	<b>738.062</b>	<b>5.464.567</b>	<b>16.213.043</b>	<b>4.229.942</b>	<b>1.077.415</b>	<b>2.034.573</b>	<b>29.757.602</b>
Adições	645.417	28	155.471	8.210	183	13.928	823.237
Baixas	(7.768)	(11.470)	(31.436)	(9.648)		(21.090)	(81.412)
Transferências	(601.133)	51.364	404.542	96.149	634	27.578	(20.866)
<b>Saldo em 30/09/2011</b>	<b>774.578</b>	<b>5.504.489</b>	<b>16.741.620</b>	<b>4.324.653</b>	<b>1.078.232</b>	<b>2.054.989</b>	<b>30.478.561</b>
<b>Depreciação acumulada</b>							
<b>Saldo em 31/12/2010</b>		<b>(5.136.580)</b>	<b>(13.743.941)</b>	<b>(3.199.969)</b>	<b>(655.348)</b>	<b>(1.704.965)</b>	<b>(24.440.803)</b>
Despesas de depreciação		(37.537)	(339.981)	(147.316)	(6.701)	(39.480)	(571.015)
Baixas		11.347	26.055	7.605		20.411	65.418
Transferências				23		(8.109)	(8.086)
<b>Saldo em 30/09/2011</b>		<b>(5.162.770)</b>	<b>(14.057.867)</b>	<b>(3.339.657)</b>	<b>(662.049)</b>	<b>(1.732.143)</b>	<b>(24.954.486)</b>
<b>Imobilizado líquido</b>							
Saldo em 31/12/2010	<b>738.062</b>	<b>327.987</b>	<b>2.469.102</b>	<b>1.029.973</b>	<b>422.067</b>	<b>329.608</b>	<b>5.316.799</b>
Saldo em 30/09/2011	<b>774.578</b>	<b>341.719</b>	<b>2.683.753</b>	<b>984.996</b>	<b>416.183</b>	<b>322.846</b>	<b>5.524.075</b>
Taxa anual de depreciação (média)		10,04%	10,02%	6,09%	4,18%	12,59%	

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

## Notas Explicativas

### Informações adicionais

De acordo com os contratos de concessão da ANATEL, todos os bens integrantes do patrimônio da Companhia, que sejam indispensáveis à prestação de serviços autorizados nos referidos contratos são denominados reversíveis, e integram o custo da concessão. Esses bens são revertidos à ANATEL ao término dos Contratos de Concessão não renovados.

Em 30 de setembro de 2011, o saldo residual dos bens reversíveis é de R\$ 3.071.525 (31/12/2010 – R\$ 3.292.438), composto por bens e instalações em andamento, equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação.

No período findo em 30 de setembro de 2011, foram capitalizados encargos financeiros e custos de transação às obras em andamento no montante de R\$ 39.763 (30/09/2010 - R\$ 15.990) pela Companhia e R\$ 51.828 (30/09/2010 - R\$ 33.161) no consolidado, na taxa média de 16,69%.

A Companhia e suas controladas não possuem contratos de arrendamento mercantil operacional, cujos riscos e benefícios inerentes à propriedade dos ativos permanecem com o arrendador.

### 18. INTANGÍVEL

	CONTROLADORA			
	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Outros	Total
<b>Custo do intangível (valor bruto)</b>				
Saldo em 31/12/2010	82.150	2.035.225	58.144	2.175.519
Adições		75		75
Transferências	(48.525)	69.422		20.897
<b>Saldo em 30/09/2011</b>	<b>33.625</b>	<b>2.104.722</b>	<b>58.144</b>	<b>2.196.491</b>
<b>Amortização acumulada</b>				
Saldo em 31/12/2010		(1.787.420)	(23.609)	(1.811.029)
Despesas de amortização		(93.293)	(2.962)	(96.255)
<b>Saldo em 30/09/2011</b>		<b>(1.880.713)</b>	<b>(26.571)</b>	<b>(1.907.284)</b>
<b>Intangível líquido</b>				
Saldo em 31/12/2010	82.150	247.805	34.535	364.490
Saldo em 30/09/2011	33.625	224.009	31.573	289.207
Taxa anual de amortização (média)		19,99%	20,00%	

## Notas Explicativas

	CONSOLIDADO					
	Ágios	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Licenças regulatórias	Outros	Total
<b>Custo do intangível (valor bruto)</b>						
Saldo em 31/12/2010	533.525	152.123	2.787.865	883.851	18.005	4.375.369
Adições			400	1.073	265	1.738
Transferências		(76.248)	97.191			20.943
<b>Saldo em 30/09/2011</b>	<b>533.525</b>	<b>75.875</b>	<b>2.885.456</b>	<b>884.924</b>	<b>18.270</b>	<b>4.398.050</b>
<b>Amortização acumulada</b>						
Saldo em 31/12/2010	(453.031)		(2.334.729)	(255.484)	(13.692)	(3.056.936)
Despesas de amortização			(156.484)	(43.293)	(3.298)	(203.075)
<b>Saldo em 30/09/2011</b>	<b>(453.031)</b>		<b>(2.491.213)</b>	<b>(298.777)</b>	<b>(16.990)</b>	<b>(3.260.011)</b>
<b>Intangível líquido</b>						
Saldo em 31/12/2010	80.494	152.123	453.136	628.367	4.313	1.318.433
Saldo em 30/09/2011	80.494	75.875	394.243	586.147	1.280	1.138.039
Taxa anual de amortização (média)			19,99%	5,87%	19,42%	

### Licenças regulatórias

	CONSOLIDADO		
	Assinatura do termo	Prazo do termo	Custo de aquisição
<b>Concessão / Autorização</b>			
Radiofrequências e SMP BrT Celular Região 2 (2G)	18/12/2002	17/12/2017	191.502
Radiofrequências e SMP BrT Celular Região 2 (2G)	03/05/2004	22/12/2017	28.624
Radiofrequências e SMP BrT Celular Região 2 (3G)	29/04/2008	30/04/2023	488.235
Radiofrequências e SMP BrT Celular Região 2 (Banda H)			1.073
Custos de transação capitalizados às autorizações BrT Celular			81.523
Outras licenças			93.967
<b>Total</b>			<b>884.924</b>

### 19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (Inclui debêntures)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Financiamentos	3.077.085	2.433.639	3.852.755	3.236.944
Juros provisionados e outros encargos sobre financiamentos	82.698	45.474	86.367	49.634
Debêntures	1.720.360	1.080.000	1.720.360	1.080.000
Juros provisionados sobre debêntures	56.619	12.853	56.619	12.853
Empréstimos (mútuos com empresas ligadas)	1.270.743	477.804		
Juros provisionados e outros encargos sobre empréstimos (mútuos com empresas ligadas)	173.190	87.423		
Custo de transação incorrido	(27.516)	(13.339)	(28.421)	(14.345)
<b>Total</b>	<b>6.353.179</b>	<b>4.123.854</b>	<b>5.687.680</b>	<b>4.365.086</b>
Circulante	955.095	1.561.691	1.054.942	1.044.226
Não circulante	5.398.084	2.562.163	4.632.738	3.320.860

## Notas Explicativas

### Empréstimos e financiamentos por natureza

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO			
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010	TIR %	Vencimentos
BNDES	1.477.831	1.843.598	2.194.150	2.588.066		
Moeda nacional	1.477.831	1.834.530	2.194.150	2.578.998	9,92%	Fev/2011 à Dez/2018
Cesta de moedas, incluindo Dólar		9.068		9.068		Abr/2011
Debêntures públicas	1.776.979	1.092.853	1.776.979	1.092.853	13,58%	Jun/2013
Instituições financeiras	1.681.610	635.083	1.744.630	698.080		
Moeda nacional	1.681.048	588.352	1.744.068	651.349	10,57%	Abr/2011 à Dez/2033
Moeda estrangeira	562	46.731	562	46.731	2,26%	Jul/2010 à Fev/2014
Mútuo com empresas ligadas – moeda nacional	1.443.933	565.227			13,67%	Abr/2012
Fornecedores – moeda estrangeira	342	432	342	432	4,77%	Fev/2014
<b>Subtotal</b>	<b>6.380.695</b>	<b>4.137.193</b>	<b>5.716.101</b>	<b>4.379.431</b>		
Custo de transação incorrido	(27.516)	(13.339)	(28.421)	(14.345)		
<b>Total</b>	<b>6.353.179</b>	<b>4.123.854</b>	<b>5.687.680</b>	<b>4.365.086</b>		

### Custos de transações por natureza

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Instituições financeiras	15.163	10.930	15.163	10.930
Moeda nacional	15.163	10.492	15.163	10.492
Moeda estrangeira		438		438
BNDES	833	965	1.738	1.971
Moeda nacional	833	965	1.738	1.971
Debêntures públicas	11.520	1.444	11.520	1.444
<b>Total</b>	<b>27.516</b>	<b>13.339</b>	<b>28.421</b>	<b>14.345</b>
Circulante	4.390	1.936	4.524	2.070
Não circulante	23.126	11.403	23.897	12.275

### Composição da dívida por moeda

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Reais	6.352.275	4.068.062	5.686.776	4.309.294
Ienes		44.108		44.108
UMBNDDES – Cesta de moedas do BNDES		9.068		9.068
Dólar Norte-Americano	904	2.616	904	2.616
<b>Total</b>	<b>6.353.179</b>	<b>4.123.854</b>	<b>5.687.680</b>	<b>4.365.086</b>

### Composição da dívida por indexador

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
TJLP	1.383.458	1.740.014	2.086.642	2.471.881
CDI	3.209.392	1.656.636	1.765.459	1.091.409
IPCA	517.807	536.958	517.807	536.958
Taxa pré-fixada	1.218.813	127.113	1.250.434	163.098
INPC	23.147	7.341	66.776	45.948
Libor Iene		44.108		44.108
UMBNDDES – Cesta de moedas do BNDES		9.068		9.068
Libor	562	2.616	562	2.616
<b>Total</b>	<b>6.353.179</b>	<b>4.123.854</b>	<b>5.687.680</b>	<b>4.365.086</b>

## Notas Explicativas

### Descrição das principais captações e pagamentos de empréstimos e financiamentos

A Companhia possui contrato de mútuo com a subsidiária BrT Celular, firmado em 14 de dezembro de 2009, com remuneração correspondente à taxa de 115% do CDI. No período findo em 30 de setembro de 2011 houve a captação de R\$ 842.982.

Durante o período findo em 30 de setembro de 2011, foram amortizadas parcelas de principal mais os juros atualizados, no montante total de R\$ 562.764, dos contratos de financiamento contratados pela Companhia e sua subsidiária BrT Celular junto ao BNDES, em fevereiro de 2008 e novembro de 2006, nos montantes de R\$ 259 milhões e R\$ 2 bilhões, respectivamente. As condições contratuais estão divulgadas nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2010.

### Debêntures públicas

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de julho de 2011 e 28 de julho de 2011, foi aprovada a 5ª emissão pública, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no mercado local, para distribuição com esforços restritos (conforme termos da instrução CVM nº 476) no valor de R\$ 1.000 milhões (valor unitário de R\$ 10 milhões de reais), em série única. A emissão ocorreu em 8 de agosto de 2011 e a subscrição da totalidade das notas ocorreu em 10 de agosto de 2011. As 100 debêntures têm vencimento em 8 de agosto de 2017 com remuneração de CDI + 1% a.a., pagamento de juros anual e pagamento de principal no vencimento final. Os custos da transação associados a esta emissão, no valor de R\$ 10.802, estão sendo apropriados no resultado conforme os prazos contratuais desta emissão.

Em 1 de junho de 2006, a Companhia realizou sua quarta emissão pública de 108.000 debêntures não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10, perfazendo o total de R\$ 1.080 milhão. O prazo de pagamento é de sete anos, vencendo em 1 de junho de 2013. A remuneração corresponde à Taxa DI capitalizada de um “*spread*” de 3,5% a.a. e sua periodicidade de pagamento é semestral. A amortização, que deverá contemplar indistintamente todas as debêntures, dar-se-á anualmente a partir de 1 de junho de 2011, em três parcelas de 33,3%, 33,3% e 33,4% do valor nominal unitário, respectivamente. Em junho de 2011 foi amortizada a primeira parcela de principal mais os juros atualizados no montante total de R\$ 438.750.

### “Bonds”

Em setembro de 2011, a Companhia emitiu “*Senior Notes*” no valor de R\$ 1.100 milhões, com o objetivo de reduzir o custo da dívida da empresa, além de propósitos corporativos gerais incluindo investimentos e refinanciamento de dívidas. A operação tem juros de 9,75% a.a., com vencimento final em setembro de 2016. Os encargos financeiros tem vencimento semestral em março e setembro, desde março de 2012 até o vencimento. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R\$ 5.324 serão amortizados ao resultado do exercício conforme os prazos contratuais desta emissão pela taxa efetiva.

## Notas Explicativas

### Cronograma de vencimento

A dívida de longo prazo possui o seguinte cronograma de vencimento:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
	30/09/2011	
2012	1.632.241	216.767
2013	897.422	1.011.264
2014	282.183	393.825
2015	95.987	203.228
2016	1.192.029	1.299.271
2017 e exercícios seguintes	1.321.348	1.532.280
<b>Total</b>	<b>5.421.210</b>	<b>4.656.635</b>

### Cronograma de apropriação dos custos de transação ao resultado

Os custos de transação classificados no passivo não circulante serão apropriados aos resultados dos exercícios subsequentes, como segue:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
	30/09/2011	
2012	1.094	1.127
2013	4.201	4.335
2014	3.926	4.060
2015	3.940	4.075
2016	3.713	3.848
2017 e exercícios seguintes	6.252	6.452
<b>Total</b>	<b>23.126</b>	<b>23.897</b>

### Garantias

Os financiamentos do BNDES possuem garantias em recebíveis da Companhia e sua controlada BrT Celular e aval das controladoras no montante de R\$ 2.194.150 (31/12/2010 – R\$ 2.588.066).

Certos empréstimos e financiamentos contraídos estão garantidos por cauções de direitos creditórios provenientes da prestação de serviços de telefonia fixa, avais, fianças da TNL e TMAR.

As debêntures públicas da quarta emissão possuem garantia fidejussória, por meio de fiança prestada pela TNL.

### “Covenants”

A Companhia e sua subsidiária BrT Celular possuem obrigações no cumprimento de índices financeiros (“covenants”) nos contratos de financiamento junto ao BNDES, outras instituições financeiras e na emissão de Debêntures. A apuração dos índices financeiros é feita trimestralmente (em março, junho, setembro e dezembro), exceto nos contratos com o BNDES que é realizada semestralmente (em junho e dezembro).

Especificamente nos contratos com o BNDES, os índices financeiros são apurados com base nas informações contábeis/financeiras consolidadas da Interviente Tele Norte Leste Participações S.A. (“TNL”).

## Notas Explicativas

No fechamento das Informações Trimestrais findas em 30 de setembro de 2011 todos os índices foram cumpridos.

### 20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
<b>Passivos</b>				
Swaps de moeda cruzada– Iene x CDI		70.719		70.719
Contratos de "Non Deliverable Forward" – NDF	39.127		39.127	
<b>Total</b>	<b>39.127</b>	<b>70.719</b>	<b>39.127</b>	<b>70.719</b>
Circulante	39.127	70.719	39.127	70.719

A Companhia possuía proteção na modalidade "swap" cambial para as operações em moeda estrangeira (Iene), que foram encerradas no primeiro trimestre de 2011. Os efeitos positivos ou negativos não realizados nas operações de proteção, na modalidade "swap" cambial foram registrados no resultado como ganho ou perda, de acordo com a situação de cada instrumento (Nota 7).

A Companhia contratou operações de venda de dólar futuro via instrumentos de NDF "Non Deliverable Forward" no intuito de se proteger de uma valorização do Real frente àquela moeda. A estratégia principal com estas contratações é fixar a variação cambial para o período contratado, mitigando assim variações desfavoráveis contra o caixa da Companhia, mantido no mercado externo em dólar antes da internalização dos recursos do "Bond" lançado em 15 de setembro de 2011.

### 21. AUTORIZAÇÕES E CONCESSÕES A PAGAR

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
SMP			648.622	696.159
Concessões do STFC		56.759		56.759
Outras autorizações				3.713
<b>Total</b>		<b>56.759</b>	<b>648.622</b>	<b>756.631</b>
Circulante		56.759	122.549	183.627
Não circulante			526.073	573.004

Correspondem aos valores a pagar à ANATEL pelas outorgas de radiofrequência e autorizações de prestação de SMP e concessões de serviços STFC, obtidas através de leilões.

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	CONSOLIDADO
2012	122.549
2013	131.268
2014	131.434
2015	131.434
2016	131.434
2017 a 2019	503
<b>Total</b>	<b>648.622</b>

## Notas Explicativas

### 22. PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO FISCAL

#### Parcelamento instituído pela Lei 11.941/2009

A Companhia e algumas de suas controladas aderiram ao Novo Parcelamento de Débitos Tributários Federais, disciplinado pela Lei nº 11.941/2009, incluindo parte dos débitos com a Fazenda Nacional e com o INSS vencidos até 30 de novembro de 2008.

Conforme previsto no art. 1, V, § 9 da Lei, as empresas são obrigadas a manter o pagamento regular das parcelas do novo parcelamento, podendo ser excluídas do programa caso mantenham em aberto três parcelas, consecutivas ou não, ou de uma parcela, estando pagas todas as demais.

Os refinanciamentos foram pactuados em 180 meses. Conforme previsto na legislação de regência e nas portarias que a disciplinaram, as empresas que aderiram ao Programa passaram a fazer o recolhimento mínimo mensal das parcelas, uma vez que seu valor definitivo apenas será obtido após a consolidação dos débitos pela Receita Federal. A Companhia e suas controladas formalizaram junto à Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, dentro do prazo estabelecido pelas portarias conjuntas editadas pelos referidos órgãos, a consolidação dos débitos incluídos nas diversas modalidades do parcelamento da Lei nº 11.941/2009. Os débitos da Companhia e de suas controladas encontram-se em consolidação pela Receita Federal do Brasil. Com a adesão, os depósitos judiciais relacionados aos processos transferidos para o novo parcelamento serão convertidos, na forma da legislação aplicável, em renda para a União.

Os valores dos parcelamentos são compostos como segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
REFIS II - PAES	4.336	4.336	4.336	4.336
Parcelamento da Lei nº 11.941/2009	416.282	393.761	443.959	425.626
<b>Total</b>	<b>420.618</b>	<b>398.097</b>	<b>448.295</b>	<b>429.962</b>
Circulante	33.637	32.801	35.882	35.046
Não circulante	386.981	365.296	412.413	394.916

Os valores do novo parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009 segregados em principal, multas e juros são compostos como segue:

	CONSOLIDADO				
	Principal	Multas	Juros	30/09/2011	31/12/2010
				Total	Total
COFINS	160.058	11.897	63.709	235.664	227.671
CPMF	165	66	281	512	484
Imposto de renda	65.808	5.290	33.856	104.954	99.302
Contribuição social	16.580	1.772	9.753	28.105	26.577
INSS – SAT	6.253	3.411	19.101	28.765	27.216
PIS	34.231	2.466	12.975	49.672	48.125
Outros	341	28	254	623	587
<b>Total</b>	<b>283.436</b>	<b>24.930</b>	<b>139.929</b>	<b>448.295</b>	<b>429.962</b>

**Notas Explicativas**

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	<b>CONTROLADORA</b>	<b>CONSOLIDADO</b>
2011	8.037	8.566
2012	32.149	34.265
2013	32.149	34.265
2014	32.149	34.265
2015 a 2017	96.447	102.794
2018 a 2020	96.447	102.794
2021 a 2023	96.447	102.794
2024 e exercícios seguintes	26.793	28.552
<b>Total</b>	<b>420.618</b>	<b>448.295</b>

## Notas Explicativas

### 23. PROVISÕES

#### Composição do saldo

Natureza	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
<b>Trabalhista</b>				
(i) Horas extras	280.377	229.040	284.547	232.483
(ii) Diferenças salariais	148.775	119.255	150.871	122.016
(iii) Adicionais diversos	128.626	117.945	131.292	121.886
(iv) Subsidiariedade	92.446	83.506	93.274	84.244
(v) Estabilidade / Reintegração	77.999	80.247	78.345	82.779
(vi) Verbas rescisórias	71.271	79.615	73.691	79.920
(vii) Indenizações	61.604	66.985	61.650	67.885
(viii) Complemento de aposentadoria	51.981	47.363	51.909	47.368
(ix) FGTS	33.423	31.434	33.380	31.459
(x) Multas trabalhistas	4.005	4.118	4.100	4.242
(xi) Honorários advocatícios/periciais	1.477	1.338	1.561	1.375
(xii) Vínculo empregatício	2.076	1.866	2.154	3.742
(xiii) Demais ações	56.070	57.425	57.712	57.814
<b>Total</b>	<b>1.010.130</b>	<b>920.137</b>	<b>1.024.486</b>	<b>937.213</b>
<b>Tributária</b>				
(i) ICMS	258.404	227.997	289.367	254.917
ISS	951	956	8.088	8.006
(ii) FUST			4.493	4.164
(ii) INSS (responsabilidade solidária, honorários e verbas indenizatórias)	323	301	868	972
Demais ações	4.528	4.200	6.466	5.823
<b>Total</b>	<b>264.206</b>	<b>233.454</b>	<b>309.282</b>	<b>273.882</b>
<b>Cível</b>				
(i) Societário	2.411.063	2.415.967	2.411.063	2.415.967
(ii) Estimativas ANATEL	166.971	158.000	169.453	160.640
(iii) Juizado Especial	107.585	102.262	126.640	120.355
(iv) Multas ANATEL	93.562	75.931	100.313	79.455
(v) Demais ações	353.292	293.138	374.567	309.355
<b>Total</b>	<b>3.132.473</b>	<b>3.045.298</b>	<b>3.182.036</b>	<b>3.085.772</b>
<b>Total das provisões</b>	<b>4.406.809</b>	<b>4.198.889</b>	<b>4.515.804</b>	<b>4.296.867</b>
Circulante	1.250.087	1.198.211	1.294.634	1.236.971
Não circulante	3.156.722	3.000.678	3.221.170	3.059.896

#### Detalhamento dos processos por natureza de risco (consolidado)

Risco	30/09/2011			
	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
Provisões	1.024.486	309.282	3.182.036	<b>4.515.804</b>
Passivos contingentes	2.797.573	2.950.299	805.454	<b>6.553.326</b>

Risco	31/12/2010			
	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
Provisões	937.213	273.882	3.085.772	<b>4.296.867</b>
Passivos contingentes	2.205.808	2.435.016	779.905	<b>5.420.729</b>

## Notas Explicativas

### Resumo das movimentações dos saldos de provisões:

	CONTROLADORA			
	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
<b>Saldo em 31/12/2010</b>	<b>920.137</b>	<b>233.454</b>	<b>3.045.298</b>	<b>4.198.889</b>
Atualização monetária	27.510	33.063	55.328	115.901
Adições / Reversões	127.642	10.821	327.931	466.394
Baixas por pagamentos / encerramentos	(65.159)	(13.132)	(296.084)	(374.375)
<b>Saldo em 30/09/2011</b>	<b>1.010.130</b>	<b>264.206</b>	<b>3.132.473</b>	<b>4.406.809</b>

	CONSOLIDADO			
	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
<b>Saldo em 31/12/2010</b>	<b>937.213</b>	<b>273.882</b>	<b>3.085.772</b>	<b>4.296.867</b>
Atualização monetária	24.550	38.071	58.293	120.914
Adições / Reversões	131.802	13.015	347.792	492.609
Baixas por pagamentos / encerramentos	(69.079)	(15.686)	(309.821)	(394.586)
<b>Saldo em 30/09/2011</b>	<b>1.024.486</b>	<b>309.282</b>	<b>3.182.036</b>	<b>4.515.804</b>

### Resumo dos principais objetos vinculados às provisões constituídas e passivos contingentes

#### Provisões

##### Trabalhista

- (i) Horas extras – referem-se ao pleito de pagamento salarial e de adicional em razão de trabalho supostamente desempenhado além da jornada ordinariamente contratada;
- (ii) Diferenças salariais e reflexos – referem-se, principalmente, a pedidos de incidência de aumentos salariais decorrentes de negociações sindicais supostamente descumpridas. Já os reflexos dizem respeito à repercussão do aumento salarial supostamente devido nas demais verbas calculadas com base no salário do empregado;
- (iii) Adicionais diversos – referem-se ao pleito de percepção de adicional de periculosidade, com base na Lei nº 7.369/1985, regulamentada pelo Decreto nº 93.412/1986, em razão de suposto risco por contato do empregado com sistema elétrico de potência, adicional de insalubridade, sobreaviso, adicional de transferência;
- (iv) Responsabilidade solidária/subsidiária – refere-se a pedido de responsabilização da Companhia, feito por empregados de terceiros, em razão de suposta inobservância de seus direitos trabalhistas por seus empregadores diretos;
- (v) Estabilidade/Reintegração – refere-se ao pleito decorrente de suposta inobservância de condição especial do empregado, garantidora da impossibilidade de rescisão de contrato de trabalho sem justa causa;
- (vi) Verbas rescisórias – referem-se a verbas supostamente não adimplidas na rescisão contratual ou suas diferenças;
- (vii) Indenizações – referem-se a valores supostamente decorrentes de acidente de trabalho, veículos locados, doença do trabalho, dano moral e estabilidade provisória;
- (viii) Complemento de aposentadoria – diferenças supostamente devidas no salário de benefício referente a verbas trabalhistas;

## Notas Explicativas

- (ix) Complemento de multa FGTS – decorrente de expurgos inflacionários, refere-se a pedidos de complementação da indenização da multa de FGTS, em razão da recomposição das contas desse fundo por expurgos inflacionários.  
  
A BrT ingressou com ação judicial contra a Caixa Econômica Federal, no intuito de assegurar o ressarcimento de todos os valores que forem pagos a esse título;
- (x) Multas trabalhistas - valores decorrentes do atraso ou não pagamento de determinadas verba do contrato de trabalho, nos prazos previstos nas legislações vigentes e acordos e convenções coletivas;
- (xi) Honorários advocatícios/periciais - parcelas pagas nos processos aos advogados que patrocinam os reclamantes, bem como os peritos nomeados pelo Juízo, quando faz-se necessário, para a instrução processual, de prova técnica pericial;
- (xii) Vínculo empregatício - reclamações de ex-empregados de empresas terceirizadas requerendo o reconhecimento do vínculo empregatício direto com a Companhia e suas controladas, sob o fundamento de terceirização ilícita e/ou configuração dos elementos do vínculo, como subordinação direta;
- (xiii) Demais ações – refere-se a questionamentos diversos relativos a pedidos de readmissão, participação nos resultados, integração de salário, entre outros.

No primeiro trimestre de 2011, a Companhia concluiu o processo de padronização da metodologia de cálculo das provisões para contingências trabalhistas, alinhando seus procedimentos ao praticado pela TMAR. A metodologia considerada anteriormente pela Companhia tinha como base atribuir às causas os valores informados por seus consultores jurídicos externos e o modelo que passou a ser adotado considera a média dos valores históricos em processos de mesma natureza. Como consequência, a Companhia reconheceu efeitos no resultado de R\$ 53.074, contabilizado como outras despesas operacionais na conta “Provisões/reversões” e R\$ 63.566, contabilizado como despesas financeiras na conta “Atualização monetária de provisões”.

### Tributária

- (i) Tributos estaduais – exigência de ICMS sobre operações que, no entendimento da Companhia, não são passíveis de tributação por este imposto. Discussões sobre créditos de ICMS tomados pela Companhia, cuja validade ou legalidade é contestada pelos Fiscos Estaduais.
- (ii) Tributos federais – autuações diversas que exigem impostos e contribuições federais sobre fatos qualificados de forma supostamente inadequada pela Companhia ou sobre diferenças na apuração e cálculos destes tributos.

### Cível

- (i) Societário – Contratos de Participação Financeira – os contratos de participação financeira surgiram, regrados pelas portarias ministeriais nºs 415/1972, 1.181/1974, 1.361/1976, 881/1990, 86/1991 e 1.028/1996. O assinante participava financeiramente da empresa concessionária, integralizando determinada quantia que, inicialmente, era lançada como recurso capitalizável e, posteriormente, após aprovado aumento de capital pela Assembleia Geral de Acionistas, era lançada no patrimônio líquido da empresa, gerando, assim, a

## Notas Explicativas

emissão de ações. As demandas ajuizadas contra a antiga CRT, sociedade incorporada pela Companhia, discutem a forma utilizada para realizar a retribuição acionária em virtude dos acima mencionados contratos de participação financeira.

A Companhia provisionava o risco de perda com relação a essas ações, considerando determinadas teses jurídicas. Ao longo do período de 2009, foram proferidas decisões nos tribunais de justiça as quais levaram a Companhia a rever a avaliação de valor e grau de risco atribuído aos processos que discutem a matéria. A Companhia, respeitando, por óbvio, as peculiaridades de cada decisão e apoiada na avaliação de seus consultores jurídicos internos e externos, alterou a sua estimativa sobre a probabilidade de perda de possível para provável. Durante o exercício de 2009, a Administração da Companhia, apoiada em seus consultores jurídicos internos e externos, revisou o processo de mensuração da provisão para contingências relativas aos contratos de participação financeira. A referida revisão contemplou considerações adicionais correspondentes às datas e às teses que nortearam o trânsito em julgado de processos existentes, bem como a utilização de critérios estatísticos, para estimar o valor da provisão para contingências referente aos processos mencionados. A Companhia atualmente provisiona tais valores levando-se em conta, principalmente, (i) as referidas teses acima mencionadas, (ii) a quantidade de processos em aberto por tese e (iii) o valor médio das perdas históricas estratificado por cada tese (incluindo todos os custos processuais).

Ao final de 2010, foi divulgada notícia pelo site do STJ - Superior Tribunal de Justiça, que o mesmo fixou critérios de indenização a serem adotados pela Companhia, em benefício de acionistas da extinta CRT - Companhia Riograndense de Telecomunicações, na hipótese de não ser possível a emissão de ações complementares, eventualmente devidas, em razão de decisão condenatória proferida. De acordo com a referida notícia de julgamento, mas cuja decisão final ainda não se tornou definitiva, os critérios deverão ser baseados em (i) na definição da quantidade de ações a que teria direito o reclamante, aferindo-se o capital investido pelo valor patrimonial da ação informado no balancete mensal da companhia na data da respectiva integralização, (ii) após apurada a referida quantidade passa-se à multiplicação do número de ações pelo valor de sua cotação na Bolsa de Valores, vigente no fechamento do pregão do dia do trânsito em julgado da decisão judicial, ocasião em que o reclamante passou a ter o direito às ações e a comercializá-las ou aliená-las e (iii) sobre o resultado obtido, deverão incidir correção monetária (IPC/INPC), a partir do pregão da Bolsa de Valores do dia do trânsito em julgado, e juros legais desde a citação. Quando houver sucessão, o valor de parâmetro será o das ações na Bolsa de Valores da companhia sucessora.

Com base nas informações atuais, a Administração julga que sua estimativa não seria impactada materialmente em 30 de setembro de 2011, caso tal metodologia já estivesse aprovada. Entretanto, eventuais mudanças poderão ocorrer, caso haja variação significativa nos itens acima, principalmente com relação a cotação de mercado das ações da BrT.

- (ii) Estimativas ANATEL – refere-se, substancialmente, a descumprimento das obrigações de PGMU – Plano Geral de Metas de Universalização e PGMQ – Plano Geral de Metas de Qualidade;
- (iii) Juizados Especiais Cíveis - questionamentos realizados por clientes cujos valores individuais de indenização não ultrapassam 40 salários mínimos.

## Notas Explicativas

- (iv) Multas ANATEL – refere-se, substancialmente, as provisões de PADO´s – Procedimento de Apuração por Descumprimento de Obrigações, de PGMQ e de RIQ – Regulamento de Indicadores de Qualidade; e
- (v) Demais ações – refere-se a diversas ações em curso abrangendo rescisão contratual, indenização de ex-fornecedores e empreiteiras, basicamente, em virtude de ações judiciais em que empresas fornecedoras de equipamentos propuseram contra a Companhia, a revisão de condições contratuais por superveniência de plano de estabilização econômica, bem como, litígios cujas principais naturezas referem-se a discussões de quebras contratuais.

### Passivo contingente

A Companhia e suas controladas também possuem diversos processos cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis na opinião de seus consultores jurídicos e para as quais não foram constituídas provisões para perdas em processos judiciais.

Na opinião da Administração, baseado em seus consultores jurídicos, as principais contingências classificadas com expectativa de perda possível estão resumidas abaixo:

### Trabalhista

Referem-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos a diferenças salariais, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, e responsabilidade subsidiária, dentre outros, no valor aproximado de R\$ 2.797.573 (31/12/2010 - R\$ 2.205.808).

### Tributária

As principais causas existentes estão representadas pelos seguintes objetos:

- (i) ICMS – diversas autuações fiscais de ICMS, dentre as quais se destacam dois objetos principais: a cobrança de ICMS sobre determinadas receitas de serviços já tributadas pelo ISS ou que não compõem a base de cálculo do ICMS, e o aproveitamento de créditos sobre a aquisição de bens e outros insumos, no montante aproximado de R\$ 1.334.867 (31/12/2010 - R\$ 1.119.720);
- (ii) ISS – suposta incidência sobre serviços auxiliares à comunicação e discussão quanto ao enquadramento dos serviços tributados pelos municípios na Lista da Lei Complementar nº 116/2003, no montante aproximado de R\$ 342.502 (31/12/2010 - R\$ 356.878);
- (iii) INSS – autuações versando sobre a adição de rubricas no salário de contribuição supostamente devidas pela Companhia, no montante aproximado de R\$ 333.607 (31/12/2010 - R\$ 308.273); e
- (iv) Tributos federais – diversas autuações de tributos federais, relativas, principalmente, a glosas efetuadas na apuração dos tributos, erros no preenchimento de obrigações acessórias, repasse de PIS e COFINS e FUST relacionado aos efeitos da mudança de interpretação de sua base de cálculo pela ANATEL. O montante aproximado é de R\$ 939.323 (31/12/2010 - R\$ 650.145).

## Notas Explicativas

### Cível

As principais ações não possuem nenhuma decisão judicial vinculada, cujos principais objetos estão associados a questionamentos em relação aos planos de expansão da rede, indenizações por danos morais e materiais, ações de cobrança, processos de licitação, entre outras. Esses questionamentos perfazem aproximadamente, R\$ 805.454 (31/12/2010 - R\$ 779.905).

### Cartas de fiança

Com relação às contingências passivas, a Companhia mantém contratos de cartas de fiança firmados com instituições financeiras, a título de garantia complementar de processos judiciais em execução provisória e como garantia de execução de compromissos de abrangência referentes a autorizações concedidas pela ANATEL. O valor atualizado de fianças contratadas pela Companhia e vigentes na data do encerramento do período findo em 30 de setembro de 2011 corresponde a R\$ 2.964.529 (31/12/2010 - R\$ 2.791.604) e R\$ 3.066.953 (31/12/2010 - R\$ 2.836.335) relativos ao consolidado. Os encargos de comissão desses contratos refletem as taxas praticadas no mercado.

### Ativo contingente

A seguir estão apresentadas as demandas judiciais de ordem tributária promovida pela Companhia, através da qual reivindica a recuperação de tributos pagos.

PIS/COFINS: questionamento judicial sobre a aplicação da Lei nº 9.718/1998, que ampliou a base de cálculo do PIS e da COFINS. O período abrangido pela Lei foi de fevereiro de 1999 a novembro de 2002 para o PIS e fevereiro de 1999 a janeiro de 2004 para a COFINS. Em novembro de 2005, o STF – Superior Tribunal Federal concluiu o julgamento de alguns processos que tratam do tema e considerou inconstitucional a majoração da base de cálculo introduzida pela referida Lei. Parte das ações da Companhia e das empresas concessionárias do STFC da Região II do Plano de Outorgas, incorporadas pela Companhia em fevereiro de 2000, transitaram em julgado no decorrer de 2006, no que se refere ao alargamento da base de cálculo da COFINS. A Companhia aguarda o julgamento dos processos das demais empresas incorporadas, cuja avaliação de êxito dos assessores jurídicos da Companhia, na entrada futura de recursos, está considerada como provável. O montante atribuído a esses processos, que representam um ativo contingente não reconhecido contabilmente, é de R\$ 20.601 (31/12/2010 - R\$ 19.784) e de R\$ 21.092 (31/12/2010 - R\$ 20.271) para o consolidado.

## Notas Explicativas

### 24. DEMAIS OBRIGAÇÕES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Ações bonificadas a resgatar (i)	1.501.984		1.501.984	
Adiantamento de clientes	28.539	29.064	325.321	316.006
Consignação a favor de terceiros	144.150	224.509	208.388	250.175
Valores a pagar - grupamento de ações	116.625	117.516	116.625	117.516
Provisão para desmobilização de ativos	22.622	21.956	30.274	29.384
Valores consorciáveis	41.158	53.539	23.051	36.591
Receitas a apropriar	9.113	36.451	8.706	36.451
Valores a pagar de aval recebido de empresas ligadas	5.260		5.260	
Outros	54.690	52.561	55.177	56.300
<b>Total</b>	<b>1.924.141</b>	<b>535.596</b>	<b>2.274.786</b>	<b>842.423</b>
Circulante	1.741.601	476.464	1.925.713	611.805
Não circulante	182.540	59.132	349.073	230.618

(i) Refere-se ao registro da bonificação de ações a resgatar provenientes da reorganização societária, conforme divulgado na Nota 30 (a).

### 25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### (a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 3.731.059 (31/12/2010 - R\$ 3.731.059), composto pelas seguintes ações sem valor nominal:

	Quantidade (em milhares de ações)	
	30/09/2011	31/12/2010
<b>Capital total em ações</b>		
Ações ordinárias	203.423	203.423
Ações preferenciais	399.597	399.597
<b>Total</b>	<b>603.020</b>	<b>603.020</b>
<b>Ações em tesouraria</b>		
Ações preferenciais	13.231	13.231
<b>Total</b>	<b>13.231</b>	<b>13.231</b>
<b>Ações em circulação</b>		
Ações ordinárias	203.423	203.423
Ações preferenciais	386.366	386.366
<b>Total em circulação</b>	<b>589.789</b>	<b>589.789</b>
Valor patrimonial por ação em circulação	18,06	19,22

Na apuração do cálculo do valor patrimonial estão deduzidas as ações preferenciais e ordinárias mantidas em tesouraria.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, até o limite total de 800.000.000 (oitocentos milhões) de ações ordinárias ou preferenciais, observado o limite legal de 2/3 (dois terços) no caso de emissão de novas ações preferenciais sem direito a voto.

## Notas Explicativas

Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, o capital da Companhia poderá ser aumentado pela capitalização de lucros acumulados ou de reservas anteriores a isto destinados pela Assembleia Geral. Nestas condições, a capitalização poderá ser feita sem modificação do número de ações.

O capital social é representado por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, não havendo obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre elas.

Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, pode ser excluído o direito de preferência para emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, nas hipóteses previstas no art. 172 da Lei das Sociedades por Ações.

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto nas hipóteses dos parágrafos 1º a 3º do art. 12 do estatuto social, sendo a elas assegurada prioridade no recebimento de dividendo mínimo e não cumulativo de 6% a.a., calculado sobre o valor resultante da divisão do capital social pelo número total de ações ou de 3% a.a., calculado sobre o valor resultante da divisão do patrimônio líquido contábil pelo número total de ações, o que for maior.

### (b) Ações em tesouraria

As ações em tesouraria são originadas de programas de recompra realizados durante os exercícios de 2002 a 2004. Na data de 13 de setembro de 2004 foi divulgada o fato relevante da última proposta aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, para recompra de ações preferenciais de própria emissão, para permanência em tesouraria ou cancelamento, ou posterior alienação.

A posição das ações em tesouraria é a seguinte:

	Ações preferenciais	Valor <sup>(1)</sup>
<b>Saldo em 31/12/2010</b>	13.231.556	149.642
Ações alienadas		
<b>Saldo em 30/09/2011</b>	13.231.556	149.642

(1) Equivale ao custo das ações alienadas

Custo histórico na aquisição das ações em tesouraria (R\$ por ação)	30/09/2011	31/12/2010
Médio ponderado	11,31	11,31
Mínimo	10,31	10,31
Máximo	13,80	13,80

O custo unitário na aquisição considera a totalidade dos programas de recompra de ações.

### Valor de mercado das ações em tesouraria

O valor de mercado das ações em tesouraria na data de encerramento do período era o seguinte:

	30/09/2011	31/12/2010
Quantidade de ações preferencias em tesouraria	13.231.556	13.231.556
Cotação por ação na BOVESPA (R\$)	10,97	12,00
<b>Valor de mercado</b>	145.150	158.779

## Notas Explicativas

Segue abaixo quadro demonstrativo, considerando a dedução do valor das ações em tesouraria dos saldos das reservas que deram origem a recompra:

	Ágio na subscrição de ações		Outras reservas de capital	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Saldo contábil das reservas	458.684	458.684	126.372	126.372
Ações em tesouraria	(99.822)	(99.822)	(49.820)	(49.820)
<b>Saldo, líquido das ações em tesouraria</b>	<b>358.862</b>	<b>358.862</b>	<b>76.552</b>	<b>76.552</b>

### (c) Reservas de capital

As reservas de capital são constituídas em conformidade com as seguintes práticas:

Reserva de ágio na subscrição de ações: resultado da diferença entre o valor pago na subscrição e o valor destinado ao capital.

Reserva especial de ágio na incorporação: representa o valor líquido da contrapartida do valor do crédito tributário, conforme disposições da Instrução CVM nº 319/1999. A reserva poderá ser capitalizada na medida em que o ágio que lhe deu origem for amortizado, em benefício de todos os acionistas.

Administração da Companhia encaminhará proposta a assembleia geral sugerindo sua capitalização, sem emissão de novas ações.

Reserva de doações e subvenções para investimentos: constituída em razão de doações e subvenções recebidas antes do início do exercício social de 2008 e cuja contrapartida representa um ativo recebido pela Companhia.

Reserva de correção monetária especial da Lei nº 8.200/1991: constituída em razão dos ajustes de correção monetária especial do ativo permanente e cuja finalidade foi a compensação de distorções nos índices de correção monetária anteriores a 1991.

Reserva de opções de ações: conta constituída em razão das opções de ações, outorgadas e reconhecidas de acordo com os planos de pagamentos com base em ações, e liquidada com instrumentos do patrimônio líquido.

Juros sobre obras em andamento: formadas pela contrapartida de juros sobre obras em andamento incorridos até 31 de dezembro de 1998 e pelos recursos aplicados em incentivos fiscais de imposto de renda, antes do início do exercício social de 2008.

Outras reservas de capital: formadas pela contrapartida de juros sobre obras em andamento incorridos até 31 de dezembro de 1998 e pelos recursos aplicados em incentivos fiscais de imposto de renda, antes do início do exercício social de 2008.

### (d) Reservas de lucros

As reservas de lucros são constituídas de acordo com as seguintes práticas:

## Notas Explicativas

Reserva legal: destinação de 5% do lucro anual até o limite de 20% do capital social realizado. A destinação é optativa quando a reserva legal, somada às reservas de capital, supera em 30% o capital social. A reserva somente é utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.

Reserva para investimentos: formada pelos saldos de lucros do exercício, ajustados nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/1976 e destinados após o pagamento dos dividendos. Os saldos de lucros dos exercícios que contribuem para a formação desta reserva foram integralmente destinados como lucros retidos pelas respectivas assembleias gerais de acionistas, face ao orçamento de investimentos da Companhia e de acordo com o art. 196 da Lei das Sociedades por Ações. Até o encerramento do exercício de 2007 a retenção de lucros para investimentos permanecia na conta de lucros acumulados, em linha com o art. 8º da Instrução CVM nº 59/1986. Com a vigência da Lei nº 11.638/2007, que determina que não deve permanecer saldo na conta de lucros acumulados ao final do exercício, a referida retenção de lucros remanescentes integra esta reserva para investimentos.

### (e) Outros resultados abrangentes

Nessa rubrica são reconhecidos itens de receita, despesa, ajustes de reclassificação e os efeitos tributários relativos a esses componentes, não reconhecidos nas demonstrações do resultado. A Companhia não apurou efeitos de outros resultados abrangentes nos períodos apresentados.

### (f) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Os dividendos são calculados ao final do exercício social, de acordo com o estatuto da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/1976 e os preferenciais ou prioritários de conformidade com o estabelecido no estatuto da Companhia.

Por deliberação do Conselho de Administração a Companhia pode pagar ou creditar, a título de dividendos, juros sobre o capital próprio nos termos do art. 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249/1995. Os juros pagos ou creditados serão compensados com o valor do dividendo anual mínimo obrigatório, de acordo com o art. 43 do estatuto social.

Conforme AGO da Companhia realizada em 27 de abril de 2011, foi aprovada a destinação do lucro líquido do exercício de 2010 no montante de R\$ 1.971.023 da seguinte forma: (i) constituição da reserva de investimentos no montante de R\$ 1.431.365, (ii) pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 363.176 e (iii) dividendos complementares aos juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 176.482. Os lucros acumulados provenientes do reprocessamento do exercício de 2009 em função da adoção das normas internacionais de contabilidade, no montante de R\$ 70.619 foram destinados para constituição da reserva de investimento naquele exercício.

### (g) Lucro (Prejuízo) por ação básico e diluído

Os acionistas ordinários e preferenciais possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro por ação básico e diluído, foi calculado com base no lucro do exercício disponível para os acionistas ordinários e preferenciais.

## Notas Explicativas

### Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

### Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia possui categoria de ações potenciais diluídas provenientes de opções de compra de ações, mencionado na Nota 26, que foi considerado no cálculo do lucro por ação diluído. A seguir são apresentados os cálculos do lucro por ação básico e diluído:

	Período de três meses findos em 30/09/2011	Período de nove meses findos em 30/09/2011	Período de três meses findos em 30/09/2010	Período de nove meses findos em 30/09/2010
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia	397.985	865.052	540.979	1.265.987
Lucro alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	137.268	298.363	186.588	436.650
Lucro alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas	260.717	566.689	354.391	829.337
Média ponderada das ações em circulação				
Ações ordinárias – básicas	203.423.176	203.423.176	203.423.176	203.423.176
Ações ordinárias – diluídas	203.423.176	203.423.176	203.423.176	203.423.176
Ações preferenciais – básicas	386.365.814	386.365.814	386.365.814	386.365.814
Ações potenciais dilutivas	21.967	21.967	29.224	29.224
Ações preferenciais – diluídas	386.387.781	386.387.781	386.395.038	386.395.038
Lucro por ação (Em reais):				
Ações ordinárias – básicas	0,67479	1,46671	0,91724	2,14651
Ações ordinárias – diluídas	0,67479	1,46671	0,91724	2,14651
Ações preferenciais - básicas	0,67479	1,46671	0,91724	2,14651
Ações preferenciais - diluídas	0,67475	1,46663	0,91717	2,14634

## 26. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A leitura desta nota explicativa deve ser realizada em conjunto com as respectivas divulgações apresentadas na Nota 27 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2010.

### (a) Fundos de pensão

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios de aposentadoria (“Fundos de pensão”) aos seus empregados, desde que estes optem pelos referidos planos, e aos participantes assistidos. Segue abaixo quadro demonstrativo dos planos de benefícios existentes em 30 de setembro de 2011.

## Notas Explicativas

Planos de benefícios	Empresas patrocinadoras	Gestor
TCSPREV	BrT, BrT Celular, VANT, BrT Multimídia, BrT CS, iG e BrTI	FATL
BrTPREV	BrT, BrT Celular, BrT Multimídia, BrT CS, iG e BrTI	FATL
Fundador / Alternativo	BrT, BrT Celular, BrT Multimídia, BrT CS, iG e BrTI	FATL
TelemarPrev	BrT	FATL
PAMEC	BrT	BrT
PBS-A	BrT	Sistel
PAMA	BrT	Sistel

Sistel – Fundação Sistel de Seguridade Social

FATL – Fundação Atlântico de Seguridade Social

A Companhia, para efeitos de fundos de pensão citada nesta nota, também poderá estar denominada como “Patrocinadora”.

Em 1 de janeiro de 2010 os planos de benefícios de previdência complementar, que até então estavam sob administração da Fundação 14 de Previdência Privada e Fundação BrTPREV, foram transferidos para administração da FATL.

Os planos patrocinados são avaliados por atuários independentes na data de encerramento do exercício social. Para o exercício social encerrado em 2010, as avaliações atuariais foram realizadas pela Mercer Human Resource Consulting Ltda. Os estatutos sociais prevêm a aprovação da política de previdência complementar, sendo que a solidariedade atribuída aos planos de benefícios definidos vincula-se aos atos firmados junto às fundações, com a anuência da PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no que cabe aos planos específicos.

Nos planos patrocinados de benefício definido não há mais possibilidade de novas adesões por serem planos fechados. As contribuições de participantes e da patrocinadora estão definidas no Plano de Custeio. A PREVIC é o órgão oficial que aprova e fiscaliza os referidos planos.

Para os planos que apresentam situação atuarial superavitária são constituídos ativos nos casos de autorização explícita para compensação com contribuições patronais futuras.

A Administração da Companhia encontra-se, atualmente, avaliando a possibilidade de migrar os participantes do plano Fundador/Alternativo para o plano BrTPREV, bem como os eventuais impactos dessa migração nas provisões consignadas em suas Demonstrações Financeiras. A Companhia estima que o referido processo de estudo e aprovação do assunto pelos órgãos de sua Administração ocorram até o encerramento do exercício de 2011.

### Provisões para fundos de pensão

Referem-se ao reconhecimento do déficit atuarial dos planos de benefício definido, conforme demonstração a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Planos BrTPREV e Fundador/Alternativo	602.444	646.444	605.018	650.305
Plano PAMEC	3.422	3.001	3.422	3.001
<b>Total</b>	<b>605.866</b>	<b>649.445</b>	<b>608.440</b>	<b>653.306</b>
Circulante	60.056	74.080	62.630	77.941
Não circulante	545.810	575.365	545.810	575.365

## Notas Explicativas

### Ativo constituído para compensação de contribuições patronais futuras

A Companhia reconheceu um ativo junto ao Plano TCSPREV, referente a: (i) contribuições da patrocinadora sem direito de resgate pelos participantes que se desligaram do Plano; e (ii) parte do superávit do Plano, atribuído à patrocinadora.

O ativo reconhecido compõe a rubrica de outros ativos e se destina à compensação de contribuições patronais futuras. Sua composição está apresentada a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Plano TCSPREV	98.073	90.249	100.635	92.619
<b>Total</b>	<b>98.073</b>	<b>90.249</b>	<b>100.635</b>	<b>92.619</b>
Não circulante	98.073	90.249	100.635	92.619

### (b) Participações dos empregados nos lucros

O plano de participação nos lucros foi instituído em 1999, como forma de incentivar os empregados a alcançar as metas individuais e corporativas, melhorando o retorno dos acionistas. O plano entra em vigor quando são atingidas as seguintes metas:

- Cumprimento de metas de valor adicionado econômico (indicadores de lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização, além de indicadores de valor econômico adicionado); e
- Indicadores operacionais, qualidade e mercado.

No período findo em 30 de setembro de 2011, a Companhia e suas controladas registraram provisões com base nas estimativas do cumprimento dessas metas, no montante total de R\$ 25.170 (31/12/2010 – R\$ 96.344).

As diferenças entre os valores provisionados e os apresentados nas demonstrações de resultado, referem-se a complementos das estimativas do ano anterior quando do pagamento efetivo.

### (c) Plano de remuneração baseada em ações

A Companhia e suas controladas possuem planos de remuneração baseadas em ações, para os quais não houve movimentações significativas no período findo em 30 de setembro de 2011.

## 27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Companhia utiliza as informações por segmentos de negócios para a tomada de decisões. Os segmentos de negócios estão identificados através da natureza dos serviços e pela tecnologia empregada na prestação dos serviços de telecomunicações. Os segmentos divulgáveis estão resumidos a seguir:

- Telefonia fixa/Dados: Oferece basicamente serviços de transmissão de voz local, de longa distância e comunicação de dados;
- Telefonia móvel: Oferece principalmente serviços de voz móvel, comunicação de dados 3G e serviços adicionais, que incluem serviços de mensagens e interatividade; e

## Notas Explicativas

- Outros: Inclui serviços de provedor internet e “Call Center”.

O desempenho de cada segmento é extraído dos registros contábeis da Companhia e estão segregados conforme abaixo:

	Períodos de três meses findos em									
	Telefonia Fixa / Dados		Telefonia Móvel		Todos os outros segmentos		Eliminações		Total	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
<b>Receitas</b>	<b>1.992.534</b>	<b>2.210.688</b>	<b>515.979</b>	<b>480.545</b>	<b>153.947</b>	<b>150.837</b>	<b>(381.360)</b>	<b>(293.665)</b>	<b>2.281.100</b>	<b>2.548.405</b>
<b>Custos dos serviços prestados</b>	<b>(1.068.897)</b>	<b>(993.419)</b>	<b>(331.941)</b>	<b>(338.022)</b>	<b>(86.378)</b>	<b>(91.996)</b>	<b>316.941</b>	<b>253.413</b>	<b>(1.170.275)</b>	<b>(1.170.024)</b>
Interconexão	(471.169)	(494.612)	(131.843)	(145.545)			173.425	146.392	(429.587)	(493.765)
Depreciação e amortização	(150.316)	(145.300)	(59.002)	(56.239)	(460)	(325)			(209.778)	(201.864)
Serviço de manutenção de rede	(179.912)	(142.186)	(15.425)	(15.431)	(57)	(69)			(195.394)	(157.686)
Aluguéis e seguros	(101.842)	(63.455)	(36.990)	(30.870)	(5.126)	(16.797)	33.785	32.192	(110.173)	(78.930)
Meios de conexão	(79.517)	(50.877)	(47.184)	(45.557)		(572)	106.461	74.829	(20.240)	(22.177)
Custos de aparelhos e acessórios			(5.186)	(10.066)			10		(5.176)	(10.066)
Outros custos e despesas	(86.141)	(96.989)	(36.311)	(34.314)	(80.735)	(74.233)	3.260		(199.927)	(205.536)
<b>Lucro bruto</b>	<b>923.637</b>	<b>1.217.269</b>	<b>184.038</b>	<b>142.523</b>	<b>67.569</b>	<b>58.841</b>	<b>(64.419)</b>	<b>(40.252)</b>	<b>1.110.825</b>	<b>1.378.381</b>
<b>Receitas (Despesas) operacionais</b>	<b>(607.808)</b>	<b>(437.200)</b>	<b>(138.715)</b>	<b>(130.788)</b>	<b>(64.804)</b>	<b>(71.962)</b>	<b>64.499</b>	<b>37.992</b>	<b>(746.828)</b>	<b>(601.958)</b>
<b>Comercialização de serviços</b>	<b>(234.821)</b>	<b>(196.664)</b>	<b>(89.248)</b>	<b>(98.809)</b>	<b>(34.242)</b>	<b>(14.508)</b>	<b>101.793</b>	<b>77.370</b>	<b>(256.518)</b>	<b>(232.611)</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(46.393)	(42.939)	(15.422)	(19.275)	(1.810)	(3.654)			(63.625)	(65.868)
Comissão de vendas	(153)	(192)	(2.809)	(2.580)					(2.962)	(2.772)
Central de atendimento	(87.911)	(76.365)	(5.692)	(12.779)	(3.518)	(5.432)	92.832	78.681	(4.289)	(15.895)
Publicidade e propaganda	(15.259)	(29.128)	(10.055)	(8.433)	(2.868)	(5.710)		361	(28.182)	(42.910)
Outros serviços de terceiros	(38.711)	(21.591)	(50.122)	(36.953)	(3.443)	1.553	4.008	1.376	(88.268)	(56.615)
Outros custos e despesas	(46.394)	(26.449)	(5.148)	(18.789)	(22.603)	(1.265)	4.953	(3.048)	(69.192)	(49.551)
<b>Gerais e administrativas</b>	<b>(301.227)</b>	<b>(335.884)</b>	<b>(42.210)</b>	<b>(44.709)</b>	<b>(23.468)</b>	<b>(41.961)</b>	<b>4.261</b>	<b>10.575</b>	<b>(362.644)</b>	<b>(411.979)</b>
<b>Outras receitas operacionais (despesas), líquidas</b>	<b>(71.760)</b>	<b>95.348</b>	<b>(7.257)</b>	<b>12.730</b>	<b>(7.094)</b>	<b>(15.493)</b>	<b>(41.555)</b>	<b>(49.953)</b>	<b>(127.666)</b>	<b>42.632</b>
Outras receitas operacionais	205.829	129.965	4.898	20.622	837	583	(39.486)	(22.098)	172.078	129.072
Outras despesas operacionais	(277.589)	(34.617)	(12.155)	(7.892)	(7.931)	(16.076)	(2.069)	(27.855)	(299.744)	(86.440)
<b>Resultado financeiro</b>	<b>54.623</b>	<b>10.977</b>	<b>143.114</b>	<b>1.156</b>	<b>7.458</b>	<b>3.930</b>	<b>(80)</b>	<b>2.260</b>	<b>205.115</b>	<b>18.323</b>
Receitas financeiras	312.696	222.480	183.320	47.183	6.123	4.925	(53.658)	(19.151)	448.481	255.437
Despesas financeiras	(258.073)	(211.503)	(40.206)	(46.027)	1.335	(995)	53.578	21.411	(243.366)	(237.114)
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>370.452</b>	<b>791.046</b>	<b>188.437</b>	<b>12.891</b>	<b>10.223</b>	<b>(9.191)</b>			<b>569.112</b>	<b>794.746</b>
Provisão para IR/CSLL	(105.879)	(250.197)	(64.452)	(5.895)	(746)	2.295			(171.077)	(253.797)
<b>Lucro (prejuízo) do período</b>	<b>264.573</b>	<b>540.849</b>	<b>123.985</b>	<b>6.996</b>	<b>9.477</b>	<b>(6.896)</b>			<b>398.035</b>	<b>540.949</b>
Resultado atribuído ao controlador									397.985	540.979
Resultado atribuído aos acionistas não controladores									50	(30)
<b>Informações adicionais</b>										
Serviços prestados	1.843.544	2.105.732	370.739	355.080	65.366	74.616			2.279.649	2.535.428
Vendas			1.451	12.977					1.451	12.977
<b>Receita de clientes externos</b>	<b>1.843.544</b>	<b>2.105.732</b>	<b>372.190</b>	<b>368.057</b>	<b>65.366</b>	<b>74.616</b>			<b>2.281.100</b>	<b>2.548.405</b>
Receita entre segmentos	148.990	104.956	143.789	112.488	88.581	76.221			381.360	293.665
<b>Receita total</b>	<b>1.992.534</b>	<b>2.210.688</b>	<b>515.979</b>	<b>480.545</b>	<b>153.947</b>	<b>150.837</b>			<b>2.662.460</b>	<b>2.842.070</b>
Depreciações e amortizações										

## Notas Explicativas

	190.472	190.745	65.047	65.623	4.511	4.277			260.030	260.645
Acréscimos de imobilizado/intangível (i)	310.853	91.457	194	34.593	3.654	5.132			314.701	131.182

	Períodos de nove meses findos em									
	Telefonia Fixa / Dados		Telefonia Móvel		Todos os outros segmentos		Eliminações		Total	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
<b>Receitas</b>	6.136.043	6.728.121	1.452.502	1.437.351	453.089	473.300	(1.034.458)	(881.670)	7.007.176	7.757.102
<b>Custos dos serviços prestados</b>	<b>(3.030.048)</b>	<b>(3.063.071)</b>	<b>(982.341)</b>	<b>(1.026.361)</b>	<b>(264.895)</b>	<b>(231.271)</b>	<b>852.924</b>	<b>725.979</b>	<b>(3.424.360)</b>	<b>(3.594.724)</b>
Interconexão	(1.370.116)	(1.495.830)	(389.668)	(428.301)			467.437	432.904	(1.292.347)	(1.491.227)
Depreciação e amortização	(444.620)	(439.060)	(173.137)	(166.465)	(1.358)	(962)			(619.115)	(606.487)
Serviço de manutenção de rede	(465.036)	(488.063)	(44.382)	(38.757)	(143)	(79)			(509.561)	(526.899)
Aluguéis e seguros	(284.475)	(208.741)	(105.905)	(102.378)	(17.245)	(20.732)	99.298	60.510	(308.327)	(271.341)
Meios de conexão	(202.031)	(164.179)	(141.186)	(143.025)		(572)	281.703	232.549	(61.514)	(75.227)
Custos de aparelhos e acessórios			(18.649)	(40.051)			14	16	(18.635)	(40.035)
Outros custos e despesas	(263.770)	(267.198)	(109.414)	(107.384)	(246.149)	(208.926)	4.472		(614.861)	(583.508)
<b>Lucro bruto</b>	<b>3.105.995</b>	<b>3.665.050</b>	<b>470.161</b>	<b>410.990</b>	<b>188.194</b>	<b>242.029</b>	<b>(181.534)</b>	<b>(155.691)</b>	<b>3.582.816</b>	<b>4.162.378</b>
<b>Receitas (Despesas) operacionais</b>	<b>(1.813.155)</b>	<b>(1.794.738)</b>	<b>(448.376)</b>	<b>(404.840)</b>	<b>(189.504)</b>	<b>(221.478)</b>	<b>181.635</b>	<b>155.767</b>	<b>(2.269.400)</b>	<b>(2.265.289)</b>
<b>Comercialização de serviços</b>	<b>(724.155)</b>	<b>(656.626)</b>	<b>(317.672)</b>	<b>(293.194)</b>	<b>(93.683)</b>	<b>(87.233)</b>	<b>292.062</b>	<b>264.634</b>	<b>(843.448)</b>	<b>(772.419)</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(208.669)	(219.041)	(54.510)	(54.020)	(5.325)	(14.113)			(268.504)	(287.174)
Comissão de vendas	(497)	(520)	(8.849)	(8.621)					(9.346)	(9.141)
Central de atendimento	(243.503)	(214.692)	(21.242)	(46.341)	(13.135)	(12.394)	261.099	240.993	(16.781)	(32.434)
Publicidade e propaganda	(62.024)	(66.635)	(37.096)	(30.654)	(7.781)	(15.158)	1.303	1.942	(105.598)	(110.505)
Outros serviços de terceiros	(106.827)	(89.089)	(165.518)	(94.333)	(11.287)	(10.599)	14.038	7.114	(269.594)	(186.907)
Outros custos e despesas	(102.635)	(66.649)	(30.457)	(59.225)	(56.155)	(34.969)	15.622	14.585	(173.625)	(146.258)
<b>Gerais e administrativas</b>	<b>(884.824)</b>	<b>(911.288)</b>	<b>(119.888)</b>	<b>(133.166)</b>	<b>(81.799)</b>	<b>(130.394)</b>	<b>15.464</b>	<b>34.336</b>	<b>(1.071.047)</b>	<b>(1.140.512)</b>
<b>Outras receitas operacionais (despesas), líquidas</b>	<b>(204.176)</b>	<b>(226.824)</b>	<b>(10.816)</b>	<b>21.520</b>	<b>(14.022)</b>	<b>(3.851)</b>	<b>(125.891)</b>	<b>(143.203)</b>	<b>(354.905)</b>	<b>(352.358)</b>
Outras receitas operacionais	494.015	304.238	35.044	65.977	10.500	33.524	(80.494)	(76.186)	459.065	327.553
Outras despesas operacionais	(698.191)	(531.062)	(45.860)	(44.457)	(24.522)	(37.375)	(45.397)	(67.017)	(813.970)	(679.911)
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(399.929)</b>	<b>(108.912)</b>	<b>352.346</b>	<b>7.936</b>	<b>11.466</b>	<b>12.327</b>	<b>(101)</b>	<b>(76)</b>	<b>(36.218)</b>	<b>(88.725)</b>
Receitas financeiras	592.588	554.598	496.092	127.643	13.984	16.087	(136.684)	(38.035)	965.980	660.293
Despesas financeiras	(992.517)	(663.510)	(143.746)	(119.707)	(2.518)	(3.760)	136.583	37.959	(1.002.198)	(749.018)
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>892.911</b>	<b>1.761.400</b>	<b>374.131</b>	<b>14.086</b>	<b>10.156</b>	<b>32.878</b>			<b>1.277.198</b>	<b>1.808.364</b>
Provisão para IR/CSLL	(274.132)	(500.711)	(127.852)	(24.594)	(10.160)	(17.162)			(412.144)	(542.467)
<b>Lucro (prejuízo) do período</b>	<b>618.779</b>	<b>1.260.689</b>	<b>246.279</b>	<b>(10.508)</b>	<b>(4)</b>	<b>15.716</b>			<b>865.054</b>	<b>1.265.897</b>
Resultado atribuído ao controlador									865.052	1.265.987
Resultado atribuído aos acionistas não controladores									2	(90)
<b>Informações adicionais</b>										
Serviços prestados	5.726.026	6.418.556	1.068.535	1.060.466	203.799	236.151			6.998.360	7.715.173
Vendas			8.816	41.929					8.816	41.929
<b>Receita de clientes externos</b>	<b>5.726.026</b>	<b>6.418.556</b>	<b>1.077.351</b>	<b>1.102.395</b>	<b>203.799</b>	<b>236.151</b>			<b>7.007.176</b>	<b>7.757.102</b>
Receita entre segmentos	410.017	309.565	375.151	334.956	249.290	237.149			1.034.458	881.670
<b>Receita total</b>	<b>6.136.043</b>	<b>6.728.121</b>	<b>1.452.502</b>	<b>1.437.351</b>	<b>453.089</b>	<b>473.300</b>			<b>8.041.634</b>	<b>8.638.772</b>
Depreciações e amortizações	567.235	578.724	193.212	198.739	13.643	12.567			774.090	790.030
Acréscimos de imobilizado/intangível (i)	722.492	234.114	94.620	83.710	7.863	14.591			824.975	332.415
<b>Informações patrimoniais</b>	<b>30/09/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>30/09/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>30/09/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>30/09/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>30/09/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Ativos	21.775.017	22.329.731	8.600.334	4.988.303	616.052	633.486	(2.387.433)	(1.065.406)	28.603.970	26.886.114

## Notas Explicativas

- (i) O maior volume de adições registrado no período findo em 30 de setembro de 2011 está concentrado na melhoria da qualidade da rede e expansão da cobertura de banda larga fixa.

Os quadros a seguir apresentam os componentes das receitas dos segmentos de serviços de telefonia fixa/dados e de telefonia móvel para os períodos de 30 de setembro de 2011 e 2010.

Telefonia fixa/dados	Períodos de três meses findos em	
	30/09/2011	30/09/2010
Serviço local (ex - VC1)	1.052.081	1.186.006
Serviço ligações fixo móvel (VC1)	340.566	404.847
Longa distância (ex - VC2 e VC3)	209.657	253.171
Longa distância fixo móvel VC2 e VC3	221.949	257.420
Remuneração pelo uso da rede	115.976	127.266
Serviço de comunicação de dados	1.434.478	1.451.900
Telefones de uso público	20.346	49.201
Outros serviços	159.118	139.654
<b>Receita bruta de serviços</b>	<b>3.554.171</b>	<b>3.869.465</b>
Tributos sobre os serviços	(695.935)	(810.450)
Outras deduções	(865.702)	(848.327)
<b>Receita de serviços</b>	<b>1.992.534</b>	<b>2.210.688</b>

Telefonia fixa/dados	Períodos de nove meses findos em	
	30/09/2011	30/09/2010
Serviço local (ex - VC1)	3.310.373	3.576.791
Serviço ligações fixo móvel (VC1)	1.040.869	1.189.125
Longa distância (ex - VC2 e VC3)	638.104	804.801
Longa distância fixo móvel VC2 e VC3	679.931	871.255
Remuneração pelo uso da rede	368.034	377.081
Serviço de comunicação de dados	4.275.428	4.322.535
Telefones de uso público	125.710	180.883
Outros serviços	470.054	459.638
<b>Receita bruta de serviços</b>	<b>10.908.503</b>	<b>11.782.109</b>
Tributos sobre os serviços	(2.201.851)	(2.469.311)
Outras deduções	(2.570.609)	(2.584.677)
<b>Receita de serviços</b>	<b>6.136.043</b>	<b>6.728.121</b>

**Notas Explicativas**

	Períodos de três meses findos em	
	30/09/2011	30/09/2010
<b>Telefonia móvel</b>		
Serviço móvel	426.563	387.724
Remuneração pelo uso da rede	313.601	276.782
Venda de aparelhos e acessórios	2.574	14.370
<b>Receita bruta de serviços</b>	<b>742.738</b>	<b>678.876</b>
Tributos sobre os serviços	(126.757)	(113.146)
Outras deduções	(100.002)	(85.185)
<b>Receita de serviços</b>	<b>515.979</b>	<b>480.545</b>

	Períodos de nove meses findos em	
	30/09/2011	30/09/2010
<b>Telefonia móvel</b>		
Serviço móvel	1.196.398	1.092.447
Remuneração pelo uso da rede	875.923	837.634
Venda de aparelhos e acessórios	12.882	47.459
<b>Receita bruta de serviços</b>	<b>2.085.203</b>	<b>1.977.540</b>
Tributos sobre os serviços	(357.639)	(327.655)
Outras deduções	(275.062)	(212.534)
<b>Receita de serviços</b>	<b>1.452.502</b>	<b>1.437.351</b>

O segmento de telefonia fixa/dados opera em países estrangeiros através de um sistema de cabos submarinos de fibra ótica, com pontos de conexão nos Estados Unidos, Ilhas Bermudas e Venezuela, permitindo o tráfego de dados através de pacotes de serviços integrados, oferecidos a clientes corporativos nacionais e internacionais.

Na apresentação com base em segmentos geográficos, a receita do segmento é baseada na localização geográfica do país onde os serviços são prestados. Os ativos não circulantes do segmento são baseados na localização geográfica dos ativos.

Por não serem relevantes, as receitas e ativos não circulantes provenientes de operações em países estrangeiros estão sendo divulgadas em conjunto.

	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em		Ativos não circulantes (*)	
	Receitas de clientes		Receitas de clientes			
Informações geográficas	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	31/12/2010
No país sede da entidade	2.265.481	2.535.915	6.963.387	7.708.329	11.825.613	10.978.658
Em países estrangeiros	15.619	12.490	43.789	48.773	150.847	140.463
<b>Total</b>	<b>2.281.100</b>	<b>2.548.405</b>	<b>7.007.176</b>	<b>7.757.102</b>	<b>11.976.460</b>	<b>11.119.121</b>

(\*) Exceto instrumentos financeiros, ativos relacionados a fundos de pensão e tributos diferidos, conforme exigência do CPC 22 – Informações por Segmento.

**Notas Explicativas****28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
<b>Ativo</b>				
<b>Contas a receber</b>	<b>170.664</b>	<b>77.434</b>	<b>31.728</b>	<b>33.984</b>
BrT Call Center	2.052	6.033		
BrTI	1.459	915		
BrT CS		3		
iG Brasil	3.285	4.102		
BrT Multimídia	6.719	3.959		
BrT Celular	141.547	58.041		
VANT	318	246		
iG Part	8	8		
TMAR	9.626	3.783	17.430	19.051
Oi Internet	973	41	7.998	
Oi Móvel	3.256	303	4.879	14.933
Portugal Telecom	1.421		1.421	
<b>Empréstimos com controlada</b>	<b>5.781</b>	<b>1.548</b>		
BrT Call Center	9	4		
VANT	5.772	1.544		
<b>Debêntures</b>			<b>2.139.244</b>	<b>1.911.134</b>
TMAR			2.139.244	1.911.134
<b>Outros</b>	<b>37.753</b>	<b>53.305</b>		
BrT Call Center	14.047	26.625		
BrT of America	66	60		
BrTI	245	245		
BrT Bermudas	30	27		
BrT CS	94	90		
BrT Venezuela	9	8		
iG Brasil	243	228		
BrT Multimídia	941	5.013		
BrT Celular		21.009		
VANT	22.078			

**Notas Explicativas**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
<b>Passivo</b>				
<b>Fornecedores</b>	<b>120.579</b>	<b>145.324</b>	<b>30.198</b>	<b>31.491</b>
BrT Call Center	5.327	46.419		
BrT CS	45.762	4.391		
iG Brasil	2.392	12.206		
BrT Multimídia	3.945	5.397		
BrT Celular	55.717	51.468		
TMAR	4.634	3.783	10.114	10.203
Oi Móvel		17.774	17.282	21.288
Oi Internet	2.694		2.694	
Contax S.A.		3.886		
Portugal Telecom	108		108	
<b>Empréstimos e financiamentos</b>	<b>1.443.933</b>	<b>565.227</b>		
BrT Celular	1.443.933	565.227		
<b>Demais obrigações</b>	<b>43.127</b>	<b>37.280</b>	<b>5.587</b>	
BrT Call Center	101			
BrTI	15.262	10.210		
BrT Bermudas	6.201	5.962		
iG Brasil	30	27		
BrT Multimídia	3.622	16.353		
BrT Celular	3.480	2.324		
BrT CS	10			
VANT	8.834	2.404		
TMAR	327		327	
TNL	5.260		5.260	

**Notas Explicativas**

	Períodos de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
<b>Receitas</b>				
<b>Receita dos serviços prestados</b>	<b>107.177</b>	<b>128.151</b>	<b>63.767</b>	<b>84.875</b>
BrT Internet	524	(348)		
BrT Bermudas		137		
BrT CS	10	(1)		
iG Brasil	2.369	1.826		
BrT Multimídia	1.892	2.083		
BrT Celular	78.305	77.595		
VANT	676	155		
TMAR	15.956	35.688	46.955	70.510
Oi Móvel	5.433	11.016	10.196	14.365
Oi Internet	1.768		6.372	
Portugal Telecom	244		244	
<b>Outras receitas operacionais</b>	<b>13.196</b>	<b>13.384</b>		
BrT Call Center	1.892	1.981		
iG Brasil	724	905		
BrT Multimídia	626	578		
BrT Celular	9.954	9.936		
VANT		(16)		
<b>Receitas financeiras</b>	<b>3.129</b>	<b>52.269</b>	<b>83.401</b>	<b>65.050</b>
BrT Call Center	199	14		
iG Brasil		3		
BrT Multimídia		11		
BrT Celular	2.753	80		
VANT	177	23		
TMAR		52.138	83.401	65.050

**Notas Explicativas**

	Períodos de nove meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
<b>Receitas</b>				
<b>Receita dos serviços prestados</b>	<b>338.114</b>	<b>385.175</b>	<b>259.134</b>	<b>243.017</b>
BrT Internet	1.571	996		
BrT Bermudas	176	418		
BrT CS	62	88		
iG Brasil	8.596	14.814		
BrT Multimídia	6.902	4.539		
BrT Celular	235.724	236.815		
VANT	1.297	438		
TMAR	62.150	89.803	207.510	196.999
Oi Móvel	16.934	37.264	32.435	46.018
Oi Internet	3.672		18.159	
Portugal Telecom	1.030		1.030	
<b>Outras receitas operacionais</b>	<b>40.023</b>	<b>39.722</b>		
BrT Call Center	5.791	5.907		
BrT Internet		20		
BrT CS	(1)	2		
iG Brasil	2.234	1.924		
BrT Multimídia	2.101	1.766		
Nova Tarrafa Inc.		16		
BrT Celular	29.893	30.099		
iG Part		(1)		
VANT	5	(11)		
<b>Receitas financeiras</b>	<b>9.351</b>	<b>138.063</b>	<b>228.111</b>	<b>170.502</b>
BrT Call Center	785	1.072		
BrTI		17		
iG Brasil		44		
BrT Multimídia		11		
BrT Celular	8.243	238		
VANT	323	23		
TMAR		136.658	228.111	170.502

**Notas Explicativas**

	Períodos de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
<b>Custos/Despesas</b>				
<b>Custos dos serviços prestados</b>	<b>(261.777)</b>	<b>(183.068)</b>	<b>(62.786)</b>	<b>(40.733)</b>
BrT CS	(45.242)	(15.550)		
BrT Multimídia	(9.269)	(9.417)		
BrT Celular	(149.193)	(116.038)		
TMAR	(17.808)	(10.275)	(19.948)	(9.712)
Oi Móvel	(35.186)	(31.788)	(37.218)	(31.021)
Oi Internet	(2.737)			
Portugal Telecom	(30)		(30)	
Contax S.A.	(2.312)		(5.590)	
<b>Comercialização dos serviços</b>	<b>(91.214)</b>	<b>(69.579)</b>	<b>(16.515)</b>	
BrT Call Center	(83.885)	(66.536)		
iG Brasil	(487)	(2.040)		
BrT Multimídia	(9)	(9)		
BrT Celular	(1)	(994)		
Contax S.A.	(6.832)		(16.515)	
<b>Despesas gerais e administrativas</b>	<b>(3.970)</b>	<b>(7.764)</b>	<b>(3.303)</b>	
BrT Call Center	(489)	(2.630)		
BrT Multimídia	(307)	(302)		
BrT Celular	(1.808)	(4.832)		
Contax S.A.	(1.366)		(3.303)	
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(55.295)</b>	<b>(14.294)</b>	<b>(10.011)</b>	
BrT Call Center				
BrT Celular	(44.044)	(14.291)		
TNL	(9.337)		(9.337)	
TMAR	(1.914)	(3)	(674)	

## Notas Explicativas

	Períodos de nove meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
<b>Custos/Despesas</b>				
<b>Custos dos serviços prestados</b>	<b>(705.775)</b>	<b>(518.346)</b>	<b>(213.147)</b>	<b>(102.032)</b>
BrT CS	(96.674)	(46.798)		
BrT Multimídia	(28.387)	(28.435)		
BrT Celular	(388.941)	(345.777)		
TMAR	(46.345)	(23.260)	(49.987)	(25.065)
Oi Móvel	(136.796)	(74.076)	(145.015)	(76.967)
Portugal Telecom	(72)		(72)	
Contax S.A.	(8.560)		(18.073)	
<b>Comercialização dos serviços</b>	<b>(258.189)</b>	<b>(214.692)</b>	<b>(53.398)</b>	
BrT Call Center	(228.920)	(204.230)		
BrT Participações		(37)		
iG Brasil	(3.438)	(7.875)		
BrT Multimídia	(62)	(18)		
BrT Celular	(475)	(2.504)		
BrT Colombia	(2)			
VANT		(28)		
Contax S.A.	(25.292)		(53.398)	
<b>Despesas gerais e administrativas</b>	<b>(14.775)</b>	<b>(18.298)</b>	<b>(10.680)</b>	
BrT Call Center	(997)	(3.113)		
BrT Multimídia	(498)	(897)		
BrT Celular	(8.222)	(14.288)		
Contax S.A.	(5.058)		(10.680)	
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(119.872)</b>	<b>(36.842)</b>	<b>(34.095)</b>	
BrT Call Center	(9)			
BrT Celular	(85.768)	(36.839)		
TNL	(31.889)		(31.889)	
TMAR	(2.206)	(3)	(2.206)	

### (a) Linhas de créditos

As linhas de crédito concedidas pela Companhia para suas controladas têm por finalidade fornecer capital de giro para as atividades operacionais, onde o prazo de vencimento pode ser repactuado com base nos fluxos de caixa projetados dessas empresas.

### (b) Debêntures privadas de emissão da TMAR

A Companhia adquiriu, com a incorporação da BrT Part, os direitos junto à controladora indireta referentes à subscrição de debêntures privadas não conversíveis em ações, no valor de R\$ 1.200.000, da emissão da TMAR. O prazo de vencimento destas debêntures é de cinco anos, em 11 de dezembro de 2013. A remuneração corresponde à Taxa DI capitalizada de 4,0% a.a. e em 30 de setembro de 2010 foi contabilizada uma receita financeira no montante de R\$ 136.658. Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia transferiu o direito sobre as referidas debêntures para a BrT Celular, como integralização parcial do aumento de capital realizado nesta controlada.

## Notas Explicativas

### *Transação da BrT Celular*

A controlada BrT Celular subscreveu em 12 de março de 2009 debêntures privadas não conversíveis em ações, emitidas em dezembro de 2008 pela TMAR, no valor de R\$ 300.000. O prazo de vencimento destas debêntures é de cinco anos, em 11 de dezembro de 2013. A remuneração corresponde à Taxa DI capitalizada de 4,0% a.a. Na data de encerramento do período findo em 30 de setembro de 2011, o montante atualizado das debêntures a receber era de R\$ 2.139.244 (31/12/2010 – R\$ 1.911.134), sendo contabilizada uma receita financeira de R\$ 228.111 (30/09/2010 – R\$ 33.845).

### (c) **Contratos de financiamentos com o BNDES**

A Companhia e a controlada BrT Celular firmaram contratos de financiamentos com o BNDES, acionista controlador do BNDESPAR, que detinha 13,05% (31/12/2010 – 31,4%) do capital votante da TmarPart, empresa holding do Grupo e, por consequência, é uma empresa ligada da Companhia.

O saldo devido relativo aos financiamentos do BNDES, na data de encerramento do período findo em 30 de setembro de 2011 era de R\$ 1.478 milhões (31/12/2010 – R\$ 1.844 milhões), na controladora e R\$ 2.194 milhões (31/12/2010 – R\$ 2.588 milhões) no consolidado e foram registradas despesas financeiras de R\$ 78 milhões (30/09/2010 – R\$ 134 milhões) na controladora e R\$ 118 milhões (30/09/2010 – R\$ 151 milhões) no consolidado.

### (d) **Aluguel de infra-estrutura de transmissão**

As transações realizadas com a TMAR e Oi, referem-se a prestação de serviços e cessão de meios abrangendo, principalmente, interconexão e EILD.

As transações realizadas com a Oi Internet, controlada da TMAR, referem-se a prestação de serviços de aluguel de portas Dial.

### (e) **Remuneração do pessoal-chave da administração**

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

	Períodos de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Salários e demais benefícios de curto prazo	348	457	426	566
Remuneração com base em ações	185	299	231	373
<b>Total</b>	<b>533</b>	<b>756</b>	<b>657</b>	<b>939</b>

	Períodos de nove meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Salários e demais benefícios de curto prazo	2.417	1.746	2.994	2.149
Remuneração com base em ações	741	1.223	926	1.528
<b>Total</b>	<b>3.158</b>	<b>2.969</b>	<b>3.920</b>	<b>3.677</b>

## Notas Explicativas

### (f) Garantias

Os financiamentos contratados junto ao BNDES, debêntures públicas e demais empréstimos possuem garantias e aval da TNL. A Companhia registrou no período findo em 30 de setembro de 2011, a título de comissão pelo aval da TNL, despesas no montante de R\$ 31.889 (30/09/2010 – R\$ 3.819). Adicionalmente, na operação do CRI, foram concedidos avais pela TMAR ao custo de 0,5% a.a. calculados sobre o saldo devedor. As despesas relativas a esses avais totalizaram R\$ 421 no período findo em 30 de setembro de 2011 (30/09/2010 – R\$ 88).

## 29. SEGUROS

Durante o período de concessão, compete à concessionária manter as seguintes coberturas de seguros, conforme os prazos previstos: seguro do tipo “todos os riscos” para danos materiais relativos a propriedade que cobre todos os ativos seguráveis que pertencem à concessão, seguro de preservação de condições econômicas para continuidade da exploração do serviço e seguro garantia do cumprimento das obrigações relativas à qualidade e à universalização, de acordo com as disposições constantes dos Contratos de Concessão. Os ativos e responsabilidades de valores relevantes e ou alto risco estão cobertos por seguros. A Companhia e suas controladas mantêm seguro garantindo cobertura para danos materiais, perda de receitas decorrentes desses danos (lucros cessantes), entre outros. A Administração entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional, bem como o cumprimento das regras estabelecidas nos Contratos de Concessão.

As apólices de seguros propiciam as seguintes coberturas, segundo os riscos e a natureza dos bens:

	<b>CONSOLIDADO</b>
<b>Modalidade de seguro</b>	<b>30/09/2011</b>
Riscos operacionais e lucros cessantes	800.000
Responsabilidade civil - terceiros (*)	148.352
Incêndio – estoques	100.000
Roubo - estoques	20.000
Responsabilidade civil - geral	15.000
Garantia de concessão	40.443
Responsabilidade civil - veículos	3.000

(\*) conforme cotação do câmbio do dia 30/09/2011 (ptax) -US\$ 1,8544

**Notas Explicativas**

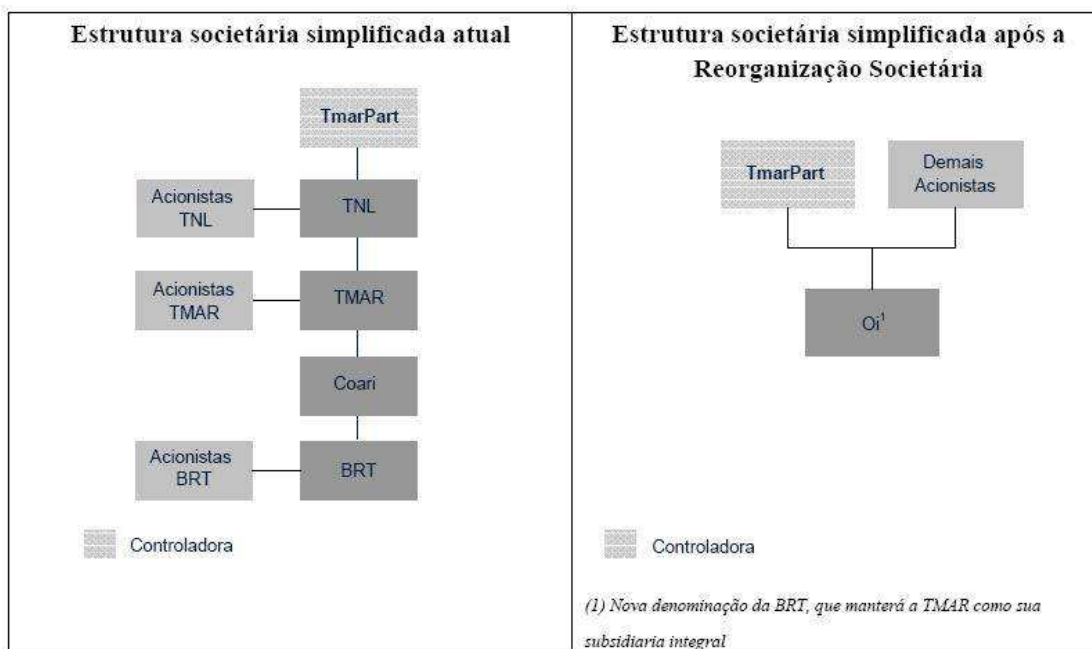
**30. OUTRAS INFORMAÇÕES**

**(a) Reorganização Societária – Oi S.A.**

Em 24 de maio de 2011, a Companhia divulgou Fato Relevante no qual comunicou aos seus acionistas que foi orientado pela TMAR Part aos seus administradores a conduzirem estudos e adotarem procedimentos pertinentes visando uma reorganização societária das empresas Grupo Oi envolvendo as seguintes empresas: TNL, TMAR, Coari e BrT.

A Reorganização Societária pretendida compreende conjuntamente a incorporação de ações da TMAR pela Coari e as incorporações da Coari e da TNL pela BrT, companhia esta que concentrará todas as participações acionárias atuais nas Companhias Oi e será a única das Companhias Oi listada em bolsa de valores, passando a ser denominada Oi S.A.

O organograma simplificado a seguir demonstra a estrutura societária atual e a estrutura após a implementação da Reorganização Societária:



A Reorganização Societária tem por objetivo simplificar de forma definitiva a estrutura societária e a governança das Companhias Oi, eliminando custos operacionais e administrativos e aumentando a liquidez para todos os acionistas. A Reorganização Societária pressupõe a incorporação de ações da TMAR pela Coari e incorporações de ambas Coari e TNL pela BrT na mesma data, conjunta e indissociada uma da outra, de modo que a implementação de cada uma dessas operações será condicionada à aprovação da outra.

A manutenção do controle acionário da Oi S.A. exclusivamente pela TMAR Part. é condição para a aprovação da Reorganização Societária, cumprindo, assim, suas obrigações legais e regulatórias perante a ANATEL. A TMAR Part e seus acionistas diretos ou indiretos implementarão as medidas necessárias para a manutenção do controle e o cumprimento de tais obrigações, incluindo, potencialmente, a permuta de ações preferenciais que detém por ações ordinárias de titularidade de seus acionistas diretos ou indiretos.

## Notas Explicativas

Estima-se que a Reorganização Societária resultará em criação de valor para os acionistas através de, dentre outros fatores:

- Simplificação da estrutura acionária das Companhias Oi;
- Unificação das bases acionárias das Companhias Oi atualmente divididas em três companhias abertas e sete diferentes classes e espécies de ações negociadas, em uma única empresa com duas espécies diferentes de ações negociadas;
- Aumento significativo de liquidez das ações, devido à concentração de acionistas em uma única companhia, cujas ações ordinárias e preferenciais serão negociadas na BM&F Bovespa e na NYSE, mediante programa de ADR;
- Unificação dos balanços das Companhias Oi, após a conclusão da Reorganização Societária, de forma a permitir a definição de uma política de dividendos de longo prazo; e
- Redução dos custos operacionais, administrativos e financeiros com a racionalização e unificação da administração geral dos negócios, a otimização de sua estrutura de capital, a maximização da capacidade de captação de recursos e o acesso ao mercado de capitais.

Quando da AGO da BrT que aprovar as incorporações da Coari e da TNL, será proposta a bonificação em ações resgatáveis de emissão da BrT a serem atribuídas exclusivamente aos acionistas da BrT anteriores à incorporação, as quais serão imediatamente resgatadas em dinheiro, pelo valor total de R\$ 1,5 bilhão, a ser pago proporcionalmente à participação de cada acionista no capital social. O valor das ações resgatadas acima será deduzido no cálculo das relações de substituição que vier a ser deliberado.

Em 29 de junho de 2011 a TNL, a TMAR e a BrT constituíram comitês especiais independentes. A Coari não instalou seu próprio comitê especial independente uma vez que TMAR é sua única acionista.

Em 17 de agosto de 2011, o Conselho de Administração de TNL, TMAR e BrT aprovaram as relações de troca recomendadas pelos seus respectivos Comitês Especiais Independentes, a saber:

<b>Ação original / Ação em substituição</b>	<b>Relação de substituição</b>
TNLP3 / BRTO3	2,3122
TNLP4 / BRTO4	2,1428
TNLP4 / BRTO3	1,8581
TMAR3 / BRTO3	5,1149
TMAR5 e TMAR6 / BRTO4	4,4537
TMAR5 e TMAR6 / BRTO3	3,8620

Em 26 de agosto de 2011, o Conselho de Administração de TNL, TMAR, Coari e BrT aprovaram as condições gerais da Reorganização Societária.

Além das aprovações societárias pertinentes, a Reorganização Societária está sujeita à anuência da ANATEL.

## Notas Explicativas

Tendo em vista que as ações de BrT e da TNL possuem registro junto à SEC, a Reorganização Societária estará sujeita ao registro de ações a serem emitidas pela Oi S.A. junto à SEC.

A Reorganização Societária também será submetida à anuência de certos credores e debenturistas, nos termos dos respectivos instrumentos de dívida, não estando, contudo, condicionada à concordância destes.

Em Assembleia realizada em 17 de outubro de 2011, foi aprovada a extinção das garantias fidejussórias prestadas por meio de fiança da TNL às debêntures públicas da quarta emissão da Companhia.

Nos termos do art. 137, §1º da Lei das S.A., os acionistas dissidentes terão direito de retirada, o qual será exercível em relação às ações de que sejam titulares ininterruptamente desde o encerramento do pregão do dia 23 de maio de 2011 até a data do efetivo exercício do direito de retirada. As ações adquiridas a partir do dia 24 de maio de 2011 não conferirão ao seu titular direito de retirada com relação à Reorganização Societária.

Estima-se que as Assembleias Gerais da BrT, da Coari, da TMAR e da TNL que deliberarão sobre as operações acima descritas sejam convocadas para se realizar em aproximadamente 180 dias contados do dia 24 de maio de 2011. Além disso, estima-se que as ações ordinárias e preferenciais da Oi S.A. passarão a ser negociadas, já sob seu novo código, em aproximadamente 40 dias após a data das Assembleias que deliberarem sobre as incorporações.

Em decorrência do fato da Companhia estar compromissada com a reestruturação societária das empresas do grupo Oi, tendo parte substancial dos eventos sob seu controle, e em função da estratégia de negócio a ser adotada pela Administração as operações futuras da Companhia serão impactadas de tal forma que certas receitas serão consolidadas, haverá economia de despesas, certos ativos serão utilizados de forma integrada, bem como ocorrerão outros benefícios e efeitos provenientes da reestruturação. Portanto os fluxos de caixa serão analisados pela Administração de forma consolidada em seu processo de tomada de decisões.

Como conseqüência, a Companhia, com base nos pronunciamentos CPC 01 e CPC 25, considerou os fluxos de caixa futuros consolidados de suas operações para análise de indicativo de “*impairment*” de seus ativos (representando esta a unidade geradora de caixa). A referida análise não evidenciou indícios de “*impairment*” sobre os ativos de longa duração da Companhia.

Também em decorrência de estar compromissada com a reestruturação societária das empresas do grupo Oi, a Companhia procedeu ao registro do passivo decorrente da bonificação de ações a serem resgatadas no montante de R\$ 1.501.984.

### **(b) Revisão dos contratos de concessão STFC**

Em 30 de junho de 2011, a Companhia firmou junto à ANATEL e ao Ministério das Comunicações, a revisão dos contratos de concessão de STFC e Termo de Compromisso com a finalidade de adesão aos objetivos do Decreto nº 7.175/2010 (PNBL - Plano Nacional de Banda Larga).

A revisão dos contratos de concessão de STFC traz, entre suas principais alterações, a eliminação de vedação a que coligadas das concessionárias de telecomunicações possam oferecer o serviço de TV a Cabo.

## Notas Explicativas

Acompanha também a revisão, nova versão do Plano Geral de Metas Universalização (PGMU III), que constitui anexo aos referidos Contratos. Nessa versão, a Companhia se compromete com a instalação de TUPs em áreas rurais (em escolas, postos de saúde e outros locais), com a oferta de acesso individual a populações situadas em área rural e a oferta de acesso individual classe especial (AICE) a assinantes de baixa renda inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

O Decreto Presidencial que edita o novo PGMU III estabelece que as obrigações previstas tenham asseguradas a sua viabilidade técnica e econômica e limita a instalação de TUPs em áreas rurais ao saldo disponível decorrente da desoneração de TUPs urbanos, em linha com o que prevê a Lei Geral de Telecomunicações e os contratos de concessão em vigor.

A meta de densidade de TUPs em áreas urbanas foi reduzida de seis a cada 1.000 para quatro a cada 1.000 habitantes e produz efeitos imediatos. As metas de TUPs em áreas rurais e acesso individual rural são todas sob demanda e só terão início após a cobertura de rede por meio de sistema de radiocomunicação operando nas subfaixas de radiofrequências de 451 MHz a 458 MHz e de 461 MHz a 468 MHz, a ser implementada pelo vencedor de processo de licitação da radiofrequência que ocorrerá em prazo ainda não definido.

Concomitantemente com a assinatura da revisão dos contratos de concessão e com a edição do novo PGMU, a Companhia firmou voluntariamente com o Ministério das Comunicações e com a ANATEL um Termo de Compromisso, aderindo ao PNBL. Por esse Termo, as empresas que integram a “Oi” comprometem-se a realizar oferta popular de banda larga (“Oferta de Varejo”) bem como uma “Oferta de Atacado”, ambas voltadas para atendimento aos objetivos do Governo Federal de expansão e disseminação da banda larga no Brasil.

### (c) Contrato de prestação de serviços e patrocínio oficial da Copa do Mundo FIFA 2014

Em junho de 2010, a Companhia celebrou contrato com a FIFA – “*Fédération Internationale de Football Association*” para ser o prestador oficial de todos os serviços de telecomunicações da Copa do Mundo FIFA 2014, bem como ser um dos patrocinadores oficiais do evento.

Os compromissos estabelecidos no contrato passaram a trazer efeitos apenas no exercício de 2011, tendo em vista que somente a partir de janeiro deste ano é que o referido contrato passou a vigorar.

Do contrato de prestação de serviços de telecomunicações a Companhia tem o compromisso de fazer os investimentos necessários em infraestrutura para prover os serviços.

**Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes****Divulgações adicionais a demonstração do fluxo de caixa**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Varição entre investimento econômico e financeiro (ativo imobilizado e intangível)	207.221	21.580	68.915	(124.213)
Ações bonificadas a resgatar	1.501.984		1.501.984	
Compensação de depósitos judiciais contra provisões	147.478	241.455	148.804	241.867

## **Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva**

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
Brasil Telecom S.A.  
Rio de Janeiro – RJ

## Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Brasil Telecom S.A. e de suas controladas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board – IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

## Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

## Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

## Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 e a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

## Outros assuntos

### Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (“DVA”), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da Administração, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs), que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 25 de outubro de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Marco Antonio Brandão Simurro  
Auditores Independentes Contador  
CRC 2SP 011.609/O-8 “F” RJ CRC n° RJ 052000/O-0